

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE**

STEPHANIE FREIRES BASTOS

**PERCEPÇÕES SOBRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA
ADOLESCENTES EGRESSOS E EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS
OU LIBERDADE ASSISTIDA – O PROJETO TEMPO DE DESPERTAR**

DISSERTAÇÃO

**CURITIBA
2019**

STEPHANIE FREIRES BASTOS

**PERCEPÇÕES SOBRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA
ADOLESCENTES EGRESSOS E EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS
SOCIOEDUCATIVAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS
OU LIBERDADE ASSISTIDA – O PROJETO TEMPO DE DESPERTAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e
Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do
Paraná.

Linha de Pesquisa: Tecnologia e Trabalho

Orientador: Mario Lopes Amorim

**CURITIBA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Bastos, Stephanie Freires

Percepções sobre a qualificação profissional para adolescentes egressos e em cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços comunitários ou liberdade assistida [recurso eletrônico] : O Projeto Tempo de Despertar / Stephanie Freires Bastos.-- 2019.

1 arquivo eletrônico (146 f.) : PDF ; 1,22 MB.

Modo de acesso: World Wide Web.

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. Linha de Pesquisa: Tecnologia e Trabalho, Curitiba, 2019.

Bibliografia: f. 89-93.

1. Tecnologia - Dissertações. 2. Assistência a menores - Araucária (PR) - Estudo de casos. 3. Qualificações profissionais. 4. Formação profissional. 5. Aprendizagem. 6. Percepção. 7. Delinquentes juvenis - Assistência em instituições. 8. Delinquentes juvenis - Reabilitação. 9. Serviços correccionais comunitários. 10. Educação para o trabalho. I. Amorim, Mário Lopes, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: Ed. 23 -- 600

Biblioteca Central do Câmpus Curitiba - UTFPR
Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 553

A Dissertação de Mestrado intitulada PERCEPÇÕES SOBRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES EGRESSOS E EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS OU LIBERDADE ASSISTIDA – O PROJETO TEMPO DE DESPERTAR defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) Stephanie Freires Bastos no dia **14 de junho de 2019**, foi julgada aprovada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Tecnologia e Trabalho, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Prof.^a. Dr.^a. Maria Sara de Dias Lima - (UTFPR)
Prof.^a. Dr.^a. Marcia Regina Mocelin - (UNINTER)
Prof. Dr. Márcio Luiz Bernardim - (UniCentro)
Prof. Dr. Mário Lopes Amorim - (UTFPR) - *Orientador*

Curitiba, **14 de junho de 2019**.

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.



DEDICATÓRIA

*Aos meus pais que plantaram em mim o amor pelo estudo e pelo próximo.
Aos adolescentes da socioeducação que me modificam a cada dia.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao meu orientador Mário Lopes Amorim, pelo apoio, palavras de força, pelas orientações e, principalmente, pela amizade construída.

Agradeço a minha banca de qualificação, professores Marcio Bernardim, Marcia Mocelin e Maria Sara de Lima Dias, pelas orientações e indicações de leitura, esses olhares me despertaram maior inspiração em finalizar minha pesquisa.

A todos os professores do PPGTE, especialmente aos que integram o grupo do GETET – Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia, nossos debates, discussões e trocas de experiências muito me incentivaram.

A amizade que nasceu de estudos, especialmente com a Luceli, Luciane, Tiago e Danilo.

Agradeço ao promotor Doutor David Kreber de Aguiar por ter me oportunizado desenvolver um trabalho próximo com crianças e adolescentes, você é um exemplo para mim!

Agradeço a equipe da Prefeitura do Município de Araucária, especialmente ao Leonardo Ferreira e a Andrea Bossek, vocês são pessoas maravilhosas que transformam vidas.

Agradeço a equipe pedagógica, especialmente à Marcia Pereira Salles e ao Edilson Rodrigues, obrigada por compartilharem um sonho comigo.

A toda a minha família, principalmente aos meus pais Adalias e Cleide, agradeço pelo apoio, incentivo e carinho!

A minha amiga Talita Maria de Andrade, que me incentivou a não desistir.

Ao meu eterno amigo Miguel Igino Valentini, que me incentivou a iniciar o mestrado.

E a todos os adolescentes da socioeducação que confirmam a cada dia que a educação transforma!

RESUMO

BASTOS, Stephanie Freires. **Percepções sobre a qualificação profissional para adolescentes egressos e em cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços comunitários ou liberdade assistida – O Projeto Tempo de Despertar.** 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

Esta dissertação tem por objetivo analisar as possibilidades da qualificação profissional para a transformação social dos adolescentes egressos e em cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços comunitários e/ou liberdade assistida, tomando como base o estudo de caso de uma turma do Programa de Aprendizagem intitulado Tempo de Despertar. O Projeto é desenvolvido através de uma parceria firmada entre a Prefeitura do Município de Araucária, o Ministério Público do Estado do Paraná e uma instituição de ensino que intitularemos de Instituição Mantenedora para mantermos o sigilo. Apoia-se nos fundamentos do materialismo histórico e dialético, e utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica para a estruturação do referencial teórico, pesquisa documental da legislação referente a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, e instrumentos de coleta de dados como entrevistas semiestruturadas realizadas com os adolescentes e equipe técnica participante do Programa para realizar a análise das possíveis percepções sobre a transformação da realidade social dos adolescentes em questão. Buscou-se apresentar resultados em torno das possibilidades de transformação da realidade social dos adolescentes que participaram do programa, além de verificar o nível de escolaridade e sua perspectiva de futuro. Pretendeu-se compreender se a estratégia do desenvolvimento de Programa de Aprendizagem, como possibilidade de convívio social em novos ambientes, trouxe ao adolescente uma nova perspectiva de vida. Conclui-se que a passagem pelo Projeto Tempo de Despertar contribuiu para tornar possível uma mudança na realidade social dos adolescentes da socioeducação, no sentido de concorrer para a não reincidência em situações que os levaram ao exercício das medidas socioeducativas.

Palavras-chaves: Medidas socioeducativas; qualificação profissional; programa de aprendizagem.

ABSTRACT

BASTOS, Stephanie Freires. **Perceptions about the professional qualification for adolescent graduates and in compliance with socio-educational measures of community service delivery or assisted freedom – The Project Tempo de Despertar.** 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

The objective of this dissertation is to analyze the possibilities of professional qualification for the social transformation of the adolescents who are graduates and in fulfillment of socio-educational measures of community service and / or assisted freedom, based on the case study of a group of the Learning Program entitled Awakening Time. The Project is developed through a partnership signed between the Municipality of Araucária, the Public Ministry of the State of Paraná and a teaching institution that we will call a Keeping Institution to maintain secrecy. It is based on the foundations of historical and dialectical materialism, and it is used as methodology the bibliographical research for the structuring of the theoretical reference, documentary research of the legislation referring to adolescents in fulfillment of socio-educational measures, and instruments of data collection as semi-structured interviews carried out with the adolescents and technical team participating in the Program to carry out the analysis of possible perceptions about the transformation of the social reality of the adolescents in question. We sought to present results about the possibilities of transforming the social reality of the adolescents who participated in the program, as well as verifying the level of schooling and its future perspective. The intention was to understand if the strategy of the development of Learning Program, as a possibility of social interaction in new environments, brought to the adolescent a new perspective of life. It is concluded that the passage through the Project Time of Awakening facilitated to make possible a change in the social reality of the adolescents of socioeducation, in order to compete for non-recurrence in situations that led them to the exercise of socio-educational measures.

Keywords: Educational measures; professional qualification; learning program.

“Um livro, uma caneta,
uma criança e um professor
podem mudar o mundo”.
Malala Yousafzai

LISTA DE ABREVIATURAS

CBO – CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS

CNACL – CADASTRO NACIONAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

COMSE – CENTRO OPERACIONAL DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

CONANDA – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DAESE – DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

FEBEM – FUNDAÇÃO ESTADUAL PARA O BEM ESTAR DO MENOR

LA – LIBERDADE ASSISTIDA

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MSE – MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

PNAS – PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PNAISARI – POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

PSC – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

SECJ – SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

SINASE – SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

TIP – LISTA DOS PIORES TRABALHOS INFANTIS

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resoluções Aprovadas pelo CONANDA _____	17
Quadro 2 – Atendimento da socioeducação no município de Araucária _____	24
Quadro 3 – Organização Curricular do Curso Assistente Administrativo _____	29
Quadro 4 – Atividades desenvolvidas com os alunos da turma _____	33
Quadro 5 – Caracterização das pessoas chaves entrevistadas _____	70
Quadro 6 – Caracterização dos alunos que participaram das atividades _____	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	16
2.1 MARCO LEGAL DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	16
2.2 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	20
2.3 O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PARANÁ	23
2.4 PROGRAMA DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.....	26
2.5 O ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PARANÁ	28
3. TRABALHO, ADOLESCÊNCIA E PERCEPÇÕES DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	38
3.1 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO.....	38
3.2 OS SISTEMAS DE COMPETÊNCIAS.....	44
3.2.1 Competência x Qualificação: aporte teórico	44
3.2.2 O Sistema de Competências da Instituição Mantenedora	51
3.3 ADOLESCÊNCIA	53
3.4 O ADOLESCENTE DA SOCIOEDUCAÇÃO.....	57
3.5 CIDADANIA	59
3.6 RESSOCIALIZAÇÃO OU REINTEGRAÇÃO?.....	63
3.7 REINCIDÊNCIA.....	66
4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL QUE OPORTUNIZA A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE.....	69
4.1 PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES ATORES ATUANTES SOBRE O PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR.....	72
4.2 RELAÇÃO EMPREGO X ABANDONO	76
4.3 CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA: MUNDO DO TRABALHO, PROFISSÃO E CIDADANIA	79
4.4 PERSPECTIVA DE FUTURO: POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE – ENTREVISTAS	94

1. INTRODUÇÃO

A existência de diversas leis e políticas públicas que orientam e regulam o trabalho com os adolescentes em atendimento socioeducativo demonstra que existe um esforço na busca de articulações das políticas públicas com os diversos órgãos públicos, instituições de ensino e organizações não governamentais, dentre outros, para possibilitar uma atuação integrada entre esses diversos atores, pois compreende-se que as medidas socioeducativas extrapolam um único segmento institucional. Segundo o Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (BRASIL, 2016), o atendimento socioeducativo no Brasil busca agir de maneira positiva, garantindo o acesso dos adolescentes aos serviços socioassistenciais e às políticas públicas de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer, porém o aumento da reincidência de ato infracional¹, indica que as orientações técnicas pré-estabelecidas não estejam atingindo seu objetivo: a possibilidade de transformação da realidade do adolescente da socioeducação.

Conhecedor desse cenário, o promotor da Vara da Infância e da Juventude do município de Araucária, estado do Paraná, no ano de 2016, David Kreber Aguiar, buscou articular uma parceria entre o Ministério Público, a Prefeitura do Município e a Instituição de Ensino na qual a pesquisadora atua, para o desenvolvimento de alguma ação que realmente seja efetiva na garantia dos direitos de serviços e acessos às políticas públicas, visando a alteração da realidade social dos adolescentes. Considerando que o trabalho e a educação são as formas mais transformadoras de si e do meio onde se está inserido, e considerando a relação indissociável entre trabalho e educação, esse grupo indicou que a parceria deveria oportunizar uma qualificação profissional aos adolescentes.

Neste sentido, a presente dissertação trata de um estudo de caso exploratório, desenvolvido em uma Instituição de Ensino, localizada no município de Araucária (PR), que aqui chamaremos de Instituição Mantenedora. O programa, intitulado Tempo de Despertar, tem como base uma turma de 30 (trinta) alunos com faixa etária entre 15 a 18 anos, prioritariamente masculino, em cumprimento de medidas socioeducativas, ou egressos dessas. A oferta escolhida

¹ Segundo o Dicionário Jurídico, o ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal cometida por criança ou adolescente. Ao ato infracional praticado por adolescente infrator aplicam-se as medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do ECA.

para o desenvolvimento do curso situa-se no âmbito da educação básica, na modalidade de educação profissional.

Optou-se por essa modalidade porque é nela que estão inseridos os cursos de aprendizagem industrial, considerados como formação inicial da educação profissional, o que facultaria aos seus egressos uma suposta inserção no mercado de trabalho. A partir do acompanhamento desta turma, o presente trabalho tem como objetivo geral refletir sobre as possibilidades de transformação da realidade dos adolescentes egressos e/ou em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviços comunitários ou de liberdade assistida, a partir de sua qualificação profissional.

A motivação pessoal para o estudo da qualificação profissional como possibilidade de transformação da realidade social dos adolescentes da socioeducação coincide com a trajetória da pesquisadora que, desde a sua formação em pedagogia, acredita que somente através da educação é possível a construção de novas histórias. A escolha especificamente pela socioeducação se deu por ter atuado com adolescentes oriundos e/ou egressos de medidas socioeducativas, na prefeitura do município de Araucária-PR. Um trabalho que se tornou projeto de vida por compreender que cada um tem uma responsabilidade para a construção de uma sociedade melhor.

A dissertação propõe analisar a relação entre qualificação profissional e a possibilidade de transformação da realidade social do adolescente da socioeducação, caracterizando-se como pesquisa qualitativa de natureza interpretativa. Os procedimentos metodológicos utilizados para coleta dos dados são as entrevistas semiestruturadas com os alunos, professores, pedagogos e funcionários da prefeitura, além de análise da legislação referente ao tema, documentos internos e relatórios dos órgãos envolvidos. O referencial teórico-metodológico utilizado é o materialismo histórico e dialético, que segundo Triviños (1987, p. 128), “intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência”, pois compreende todo o contexto, neste caso vinculado ao cumprimento da medida socioeducativa. A pesquisa “busca, porém, as causas da existência dele [do fenômeno], procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir consequências que terão para a vida humana” (TRIVIÑOS, 1987, p. 129).

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro diz respeito à introdução. No segundo capítulo, procurou-se caracterizar o objeto, apresentar a legislação e conceitos da socioeducação no Brasil e a legislação e conceitos sobre a aprendizagem industrial. O terceiro

capítulo apresenta o referencial teórico, onde são abordados o sistema de competências e a qualificação profissional e as categorias adolescência e cidadania.

Também neste capítulo são expostas as reflexões sobre a possibilidade de transformação da realidade social dos adolescentes egressos e/ou atendidos pela socioeducação, apresentando conceitos sobre ressocialização e reintegração, que nos leva a refletir sobre sua factibilidade e seus limites, bem como foi abordada a reincidência, tópico importante quando analisamos os indicadores das políticas públicas aplicadas aos adolescentes alvos das medidas socioeducativas. Estas, quando aplicadas pela promotoria, são executadas em sigilo, e dessa forma torna-se difícil o acesso às informações referentes aos atos infracionais, medidas sancionais, público incluído, etc. Para tratar sobre a socioeducação em meio aberto, a pesquisadora utilizou os estudos de Marcia Mocelin (2016), uma das poucas autoras a tratar sobre o tema. Diante da escassez de referencial teórico sobre o meio aberto, a pesquisadora utilizou autores que estudam mais profundamente o meio fechado, como Antonio Costa (2004) e Elionaldo Julião (2009, 2013).

O quarto capítulo refere-se à análise dos dados obtidos a partir das entrevistas que foram realizadas com as pessoas chave participantes do programa, e duas atividades desenvolvidas com os alunos durante o curso. Uma logo no início, em 14/07/2016, e outra realizada em 01/12/2016. Optou-se por utilizar esse material desenvolvido com os alunos, pois a pesquisadora encontrou dificuldade no contato com os mesmos após a conclusão do curso. Ambas as atividades podem ser consideradas entrevistas narrativas que, segundo Flick (2009), são iniciadas com uma pergunta gerativa de narrativa, onde o entrevistado inicia contando o que aconteceu, com o objetivo de buscar o relato da realidade dos alunos. O foco deste capítulo foi compreender os sentidos atribuídos ao trabalho e à qualificação profissional pelos entrevistados.

A elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada a ser aplicada com a equipe que trabalhou no Programa se deu a partir da pergunta-chave e de outras questões que propiciassem a análise das categorias propostas. O roteiro foi seguido, porém não de forma rígida e estruturada, uma vez que as questões dependem da interação com cada pessoa chave. Optou-se pela entrevista semiestruturada, pois “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Sendo assim, se faz necessária:

[...] certa sensibilidade a esses procedimentos no processo de pesquisa e compreender a situar-se em campo. Pesquisadores e entrevistados, bem como suas competências comunicativas, constituem o principal instrumento de coleta de dados e de

reconhecimento. Por esse motivo, os pesquisadores não podem adotar um papel neutro no campo e em seus contatos com as pessoas a serem entrevistadas ou observadas. Em vez disso, devem adotar certos papéis ou posições de modo indireto e posturas apropriadas. (FLICK, 2009, p.110)

Para a realização das entrevistas semiestruturadas elegeram-se os participantes ativos do Programa Tempo de Despertar, sendo eles: promotor do Ministério Público, assistentes sociais e pedagogos, funcionários da Prefeitura do município de Araucária e funcionários da Instituição Mantenedora. A escolha desse público foi proposital, pois compreende-se que os funcionários da prefeitura e o promotor conheceram os alunos antes do curso, e os funcionários da Instituição Mantenedora após o ingresso no curso, podendo assim serem consideradas duas visões diferentes dos adolescentes em questão. As entrevistas foram realizadas, no período de janeiro a fevereiro de 2019, com a equipe pedagógica da Instituição Mantenedora, da Prefeitura do Município de Araucária e com o Promotor da Vara da Infância e Juventude. Além desse material, levou-se em consideração a atuação da pesquisadora durante o desenvolvimento do programa. A técnica utilizada foi da observação indireta, isto é, um procedimento que visa captar informações circulantes por meios de mensagens que existem, independentemente do processo de investigação (FLICK, 2009), além dos registros da Instituição Mantenedora, dados e informações obtidas em conversas informais e reuniões realizadas pela pesquisadora com pessoas chave.

O roteiro das entrevistas procurou buscar informações sobre a implantação do programa e suas possíveis melhorias, além de questionar sobre a contribuição do programa na questão mercado de trabalho e escolaridade, para os adolescentes participantes, e as possíveis causas de abandono do programa. Na atividade realizada com os alunos, buscou-se levantar os pontos positivos do programa na vida pessoal, profissional e escolar dos adolescentes participantes, além de tentar caracterizar o adolescente da socioeducação e identificar suas perspectivas de futuro. A análise dos dados obtidos através deste material permitiu à pesquisadora levantar algumas percepções sobre a possibilidade de transformação da realidade social pela qualificação profissional proporcionada aos adolescentes oriundos e/ou egressos das medidas socioeducativas.

Conclui-se que as medidas socioeducativas, para serem eficazes, precisam considerar a necessária inversão da ordem “infração – pena/castigo”, de modo que a falta de condições ou interesse pela escola, que marcou a via dos adolescentes, não se repita de forma ainda mais agressiva, aumentando a aversão e representando apenas um rito de passagem ou de purgação, com prazo de validade estabelecido para acabar e sem os resultados efetivos esperados. Em outras

palavras: estudar e trabalhar não podem ser compreendidos como um castigo, mas como um caminho para a transformação de si, que possibilite a transformação do mundo que nos rodeia.

2. O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

A garantia de direitos dos adolescentes em atendimento socioeducativo está presente na Constituição Federal de 1988 nos incisos IV e V, parágrafo 3º do artigo 227, que trata do direito à proteção especial de adolescentes. Com a Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e estabelece a doutrina da proteção integral, as medidas socioeducativas passaram a ser articuladas com o conjunto de políticas setoriais direcionadas aos adolescentes da socioeducação, além de estabelecer as políticas de atendimento e dispor sobre a apuração dos atos infracionais. De acordo com o ECA, apesar de serem sujeitos em desenvolvimento, os adolescentes que cometem atos infracionais devem ser responsabilizados por sua prática. Por possuírem previsão de proteção, os atos infracionais cometidos não podem ser julgados frente à legislação comum, mas frente ao próprio ECA, que prevê a aplicação de medidas socioeducativas. Na legislação brasileira, existem dois tipos de ordenamento jurídico para os que cometem crimes: um para responsabilizar os indivíduos com mais de dezoito anos, o sistema penal; e, outro destinado aqueles com menos de dezoito anos, o sistema socioeducativo.

Segundo o Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013, p. 13), no Brasil o número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa cresceu 12% de 2012 (20.532 adolescentes) a 2013 (23.066 adolescentes). No ano de 2016, segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça (BRASIL. CNJ, 2012, p. 70) 189 mil adolescentes cumpriam medida socioeducativa, em sua maioria (82.366 adolescentes) em liberdade assistida. Apesar do número de adolescentes ser de 189 mil, os atos infracionais correspondem a 222 mil, isso porque um mesmo adolescente pode ser responsabilizado por mais de um ato infracional. A maioria dos atos infracionais está relacionada à tráfico de drogas (49.717 atos). De acordo com o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei – CNAACL (BRASIL. CNJ, 2012, p. 70) 36,5% das medidas se referem à liberdade assistida, 35,7% à prestação de serviços à comunidade, e 27,8% referem-se à internação.

2.1 MARCO LEGAL DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

A Constituição Federal de 1988 considera a criança e o adolescente como sujeitos detentores de direitos e como pessoas em condição de desenvolvimento, abrindo as portas para a necessidade de instituição de leis que denunciasses as injustiças que eram cometidas contra as

crianças e adolescentes no país, principalmente as crianças pobres que não tinham direito nem sequer à infância. Com a necessidade de olhar exclusivamente a criança e o adolescente, o ECA propôs a proteção dos direitos humanos desse público: seus princípios orientam para a concepção garantista, intitulado a criança e o adolescente como público de prioridade absoluta. Com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, a concepção garantista articulou a integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, com a aplicação de instrumentos normativos e mecanismos de promoção, defesa e controle dos direitos da criança e do adolescente em todos os níveis de jurisprudência. Essa articulação entre as instâncias buscou cumprir a finalidade das políticas públicas implantadas até o momento: promoção e proteção das crianças e adolescentes.

A partir de 1996, o CONANDA aprovou várias resoluções sobre a socioeducação, identificadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Resoluções aprovadas pelo CONANDA

Data de Aprovação	Ato Normativo	O que dispõe
29/10/1996	Resolução 46	Definiu a quantidade de adolescentes de uma unidade de internação
06/12/1996	Resolução 47	Definiu que a medida socioeducativa de semiliberdade deve ser executada de forma a envolver o adolescente em atividades educativas, de educação profissional e de lazer, abrindo portas para o atendimento socioeducativo
28/11/1996	Resolução 50	Apoio à implementação e implantação do SIPIA – Sistema de Informações para Infância e Adolescência
10/06/2001	Resolução 71	Registro de entidade não-governamentais e inscrição de programas de proteção nos Conselhos Municipais
22/12/2001	Resolução 75	Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares
15/08/2002	Resolução 82	Designação de comissão de políticas públicas para acompanhar a elaboração do Relatório do governo

		brasileiro sobre a situação da criança e do adolescente e os compromissos assumidos na Cúpula pela Infância
15/06/2005 17/11/2005	Resolução 105 Resolução 106	Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente
19/04/2006	Resolução 113	Parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
11/12/2006	Resolução 119	Criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE

Fonte: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/lista>

No período de 1996 a 2006 o CONANDA, através da aprovação das Resoluções acima descritas, aperfeiçoou o atendimento socioeducativo. Porém, somente com a criação do SINASE o atendimento socioeducativo começou a ser entendido como multidisciplinar, pois por meio da Resolução nº 119 foi reforçada a garantia dos direitos dos adolescentes da socioeducação e a natureza pedagógica da medida socioeducativa, “fruto de uma construção coletiva que envolveu diversas áreas do governo, representantes de entidades e especialistas na área, além de uma série de debates protagonizados por operadores do Sistema de Garantia de Direitos em encontros regionais que cobriram todo o país” (BRASIL. CONANDA, 2006)².

Com o estabelecimento de várias políticas públicas para o atendimento socioeducativo, definiu-se o perfil do público atendido pela socioeducação. Segundo o CNAEL, o perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas não se diferencia muito de região para região do país. Com idade média entre 16 e 17 anos, a grande maioria dos adolescentes ganha sua maioridade civil durante o cumprimento da medida. Já quando analisada a escolaridade, percebe-se que existe uma disparidade entre as regiões norte e sul do país, onde 20% dos adolescentes da região norte são analfabetos, em contraposição a 1% da região sul. A respeito da família, o CNAEL indica que 43% dos adolescentes foram criados pela mãe, 4% pelo pai sem a presença da mãe, 38% criados por ambos e 17% pelos avós, além de 14% dos adolescentes já possuírem filhos. O uso de substâncias

² Em 2009, através da Resolução nº 109, instituída pelo Conselho Nacional de Assistência Social, foi apresentado e regulamentado o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, onde são descritos a tipificação nacional deste serviço.

psicoativas é comum entre os adolescentes; independente da região, 75% dos adolescentes fazem uso de drogas ilícitas. No Paraná, ainda segundo o CNACL, os últimos dados encontrados foram dos anos de 2012 e 2013, quando se identificou que o aumento de adolescentes em cumprimento de medidas cresceu de 7% de 2012 (933 adolescentes e adolescentes) a 2013 (999 adolescentes e adolescentes).

Estes índices reforçam que, para o controle do aumento de ato infracional, mesmo após a aprovação de Resoluções, ainda era necessária a promulgação de uma lei de base nacional. Neste contexto, em 2012 foi promulgada a Lei nº 12.594, que institui o SINASE, com o objetivo de regulamentar a execução das medidas socioeducativas, unificando os procedimentos de aplicação e monitoramento das medidas socioeducativas pelo Sistema de Justiça, bem como atribuindo a este sistema um novo papel de acompanhamento das medidas socioeducativas, sendo suas ações complementares às demais políticas previstas no ECA, reforçando então a concepção do atendimento integrado e intersetorial. Em 2013, o Ministério da Educação emitiu a Nota Técnica nº 38, orientando as Secretarias Estaduais de Educação para a implementação da Lei do SINASE. No mesmo ano, o CONANDA publicou a Resolução nº 160, aprovando o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, que prevê ações articuladas, no horizonte de 10 (dez) anos, nas áreas da educação, saúde, assistência social, cultura, educação profissional e esporte, além de apresentar o modelo de gestão do atendimento socioeducativo.

Diante desse contexto de instituição de leis, políticas públicas e diretrizes para o atendimento ao adolescente da socioeducação, pode-se perceber que existe uma tentativa de minimizar o número de adolescentes da socioeducação, reconhecendo-os como sujeitos atuantes na sociedade. Nas políticas da socioeducação, o SINASE não extingue as demais ações voltadas aos adolescentes. Conforme afirma Costa (2004), com as alterações na legislação os sistemas de atendimento socioeducativo vêm sofrendo grandes mudanças que exigem uma nova atuação e uma nova distribuição de trabalho entre os entes federativos, onde é necessária a delimitação dos campos de atuação do Estado e da sociedade, o que provocou realinhamento no conteúdo, método e gestão das políticas relacionadas à criança, ao adolescente e à socioeducação. Essas novas formas de atuação preconizam o trabalho em rede, reforçando que o atendimento ao adolescente não deve ter caráter assistencialista, porém o panorama social relacionado à socioeducação revela que as ações propostas têm sido fragmentadas, não compondo um projeto que garanta a efetividade e eficácia no alcance dos objetivos propostos pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

2.2 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

A aplicação das medidas socioeducativas, previstas no ECA, possui natureza sancionadora e determinada judicialmente através do Ministério Público após a apuração da prática do ato, realizada, normalmente, pela equipe vinculada à Secretaria de Assistência Social, e proporcionais à gravidade do ato infracional cometido. Entretanto, vale ressaltar que a medida socioeducativa não é considerada uma pena, visto que tem caráter pedagógico, com particularidades em seu processo de aplicação e execução.

O SINASE identifica que as medidas socioeducativas previstas no ECA têm por objetivo: responsabilizar o adolescente quanto às consequências do ato cometido, incentivando a reparação; integrar socialmente o adolescente, garantindo seus direitos sociais e individuais, através do cumprimento do seu plano individual de atendimento; e desaprovar a conduta infracional, efetivando as disposições previstas no artigo 112 do ECA. O artigo 112, capítulo IV, seção I, prevê que adolescentes que cometem ato infracional podem ser vinculados às medidas socioeducativas, com a aplicação das seguintes medidas:

- I - Advertência;
 - II - Obrigação de reparar o dano;
 - III - Prestação de serviços à comunidade;
 - IV - Liberdade assistida;
 - V - Internação em regime de semiliberdade;
 - VI - Internação em estabelecimento educacional;
- (BRASIL, 1990)

A advertência consiste em uma repressão verbal, que apesar de parecer, para a sociedade, muito informal, tem caráter pedagógico e orientador, possibilitando ao adolescente e sua família o acesso às políticas públicas e também o conhecimento de outras medidas que podem vir a ser aplicadas. A obrigação de reparar o dano é aplicada aos atos causados contra o patrimônio, com o intuito de levar o adolescente a refletir sobre o seu ato e então fornecer-lhe a oportunidade de reparar; trata-se de uma medida com pouca aplicação devido à falta de planejamento e acompanhamento. Já a prestação de serviços à comunidade – PSC, e a liberdade assistida – LA, conhecidas como medidas socioeducativas em meio aberto, preveem restrição de direitos, visando a responsabilização, a desaprovação da conduta infracional e a integração social.

A PSC consiste na prestação de serviços comunitários gratuitos e de interesse geral – prestados à comunidade e não à entidade - podendo ser prestados em hospitais, escolas, instituições socioassistenciais e outros estabelecimentos congêneres, bem como programas comunitários ou governamentais, por um período máximo de 6 (seis) meses, devendo ser cumprida em jornadas de 8 (oito) horas semanais, podendo ser computados aos finais de semana e feriados, não prejudicando a frequência escolar ou a jornada de trabalho. A medida tem caráter pedagógico, por isso preconiza a vivência dos valores de coletividade, o convívio com outros adolescentes e o desenvolvimento de estratégias de solução de conflitos. A LA restringe certos direitos e pressupõe um acompanhamento sistemático da equipe técnica, mas não exclui o adolescente do convívio social. A medida prevê o planejamento de ações³, com um prazo mínimo de 6 (seis) meses, que deverão ser acompanhadas individualmente. As medidas que implicam privação de liberdade, seja ela total ou de semiliberdade, denominadas medidas em meio fechado, são aplicadas somente após o procedimento regular de apuração do ato infracional, e levam em conta os critérios previstos no ECA para imposição da medida.

Para aplicação da medida socioeducativa, o SINASE determinou que será constituído processo de execução para cada adolescente, com autuação de peças pré-estabelecidas na lei. Autuadas as peças, a autoridade jurídica encaminhará cópia integral do processo de execução ao órgão gestor do atendimento socioeducativo, solicitando designação do programa ou da unidade de cumprimento de medida. Será elaborado o plano de atendimento individual e devolvido ao defensor e ao Ministério Público, que terá 3 (três) dias para dar vistas à proposta. A reavaliação da manutenção, substituição ou suspensão das medidas de meio aberto pode ser solicitada a qualquer momento, pela direção do programa de atendimento, pelo defensor, pelo Ministério Público, pelo adolescente, seus pais ou responsável.

A lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o SINASE, estabeleceu competências à União, aos Estados e aos Municípios. A União deverá: formular e executar a política nacional de atendimento socioeducativo, através do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, elaborado em conjunto com os Estados e Municípios; fornecer dados relativos a

³ Constantes no PIA – Plano Individual de Atendimento, previsto no artigo 52 da lei do SINASE, tais ações devem contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente. Devem constar minimamente no programa: resultados da avaliação interdisciplinar; objetivos declarados pelo adolescente; previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional; atividades de integração e apoio à família; formas de participação da família; medidas específicas de atenção à saúde do adolescente.

financiamento e população atendida; contribuir para a qualificação da rede dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo; estabelecer normas de referência e diretrizes sobre a organização e funcionamento e das unidades e programas de atendimento; instituir e manter processo de avaliação dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo; e, garantir a publicidades de informações sobre os repasses de recursos. Já os Estados deverão: formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo; criar e manter programas para execução das medidas de semiliberdade e internação; editar, quando necessário, normas complementares para organização e funcionamento do seu sistema; garantir defesa técnica do adolescente que cometeu o ato; cadastrar-se e fornecer dados ao Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo; e, cofinanciar a execução de programas e ações destinadas ao atendimento prioritário do adolescente que foi aplicada a medida de privação de liberdade. Aos Municípios compete: formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo; elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo; criar e manter programas para execução das medidas em meio aberto; editar, quando necessário, normas complementares para organização e funcionamento do seu sistema; cadastrar-se e fornecer dados ao Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo; e, cofinanciar a execução de programas e ações destinadas ao atendimento prioritário do adolescente que foi aplicada a medida de meio aberto.

De acordo com o SINASE, a execução das medidas socioeducativas seguirá os seguintes princípios: legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso que o adulto; excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas; prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas; proporcionalidade em relação à ofensa cometida; brevidade na medida em resposta ao ato cometido; individualização; mínima intervenção; não discriminação; e, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Segundo o PNAS (BRASIL. SNAS, 2005, p. 32), o serviço de MSE em meio aberto deve ser ofertado nos CREAS – unidades públicas destinadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos – garantindo aos adolescentes a segurança da acolhida, o convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social. A segurança acolhida deverá garantir um ambiente que proporcione o diálogo, onde o adolescente se sinta acolhido para apresentar suas ideias e reflexões. A segurança de convivência familiar e comunitária relaciona-se com as ações diretamente ligadas aos familiares e à comunidade, onde os vínculos sejam fortalecidos e a garantia de acesso a serviços socioassistenciais seja preconizada.

Já a segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social, tem como foco proporcionar aos adolescentes oportunidades que estimulem a construção ou reconstrução de projetos de vida e contribua para a formação do cidadão.

2.3 O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PARANÁ

O município de Araucária, como a maioria das cidades do país, apresenta dificuldades quanto a políticas públicas que contribuam com o acesso de adolescentes ao primeiro emprego. Essa dificuldade é ainda maior no caso de adolescentes que quase sempre pertencem a famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, quando os mesmos não possuem a oportunidade de participar de cursos de capacitação por conta da baixa escolaridade, comprometendo seu futuro profissional. A alternativa encontrada por esses adolescentes é ingressar no mercado informal para contribuir na renda familiar, mais uma vez prejudicando os seus estudos e, muitas vezes, contribuindo para o abandono escolar.

Os municípios, seguindo as orientações de atuação para medidas socioeducativas, através da Secretaria da Ação Social e do Trabalho, adotaram como política social voltada para a área da Infância e Juventude a prática de implantação de alguns espaços onde são realizados os atendimentos aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. No caso do município de Araucária, no ano de 2001, firmou-se um termo de compromisso com o Ministério Público do Paraná, que implantou o COMSE – Centro Operacional de Medidas Socioeducativas, objetivando oferecer ao adolescente autor de ato infracional as condições para o efetivo cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, de acordo com o artigo 112, incisos III e IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida. Além desse serviço, o município conta com outros órgãos municipais, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, que realizam ações com adolescentes encaminhados pela Vara da Infância e Juventude do município para o Regime de Prestação de Serviços Comunitários ou de Liberdade Assistida, em decorrência da prática de ato infracional e/ou outros encaminhamentos oriundos da Secretaria da Assistência Social. No que se refere a este estudo de caso, o mesmo baseia-se na medida socioeducativa de prestação de serviços comunitários e/ou liberdade assistida.

No município de Araucária, nos anos de 2016 e 2017, foram atendidos adolescentes conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Atendimento da socioeducação no município de Araucária

Ano	Quantidade de Adolescentes Atendidos	Medida Socioeducativa Aplicada
2016	117 Adolescentes	Prestação de Serviços Comunitários
2016	09 Adolescentes	Liberdade Assistida
2016	60 Adolescentes	Prestação de Serviços Comunitários e Liberdade Assistida
2017	88 Adolescentes	Prestação de Serviços Comunitários
2017	19 Adolescentes	Liberdade Assistida
2017	72 Adolescentes	Prestação de Serviços Comunitários e Liberdade Assistida

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com dados coletados com o Promotor David Kreber Aguiar

É importante frisar que, por se tratar de alunos menores de idade, em cumprimento de medidas socioeducativas e/ou egressos, os dados são de difícil acesso, pois as medidas correm em segredo de justiça. O Ministério Público do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Araucária, junto à Secretaria de Assistência Social, firmaram uma parceria com a Instituição Mantenedora, no ano de 2016, para amenizar este problema e oferecer uma oportunidade de profissionalização a estes adolescentes e suas famílias através da Aprendizagem Profissional.

A Instituição de Ensino, aqui denominada como Instituição Mantenedora, é uma instituição categorizada no Terceiro Setor, paraestatal, que tem por objetivo a formação profissional para a demanda do setor industrial. Atuante no Brasil inteiro, a Instituição foca seu atendimento gratuito na modalidade de aprendizagem, buscando oportunizar o primeiro emprego através dos contratos firmados com as indústrias contribuintes. No município de Araucária, a Instituição já atua há mais de dez anos, e anteriormente realizava processos de seleção para candidatos interessados em cursos de aprendizagem.

Inicialmente, o atendimento foi focado em uma turma piloto de 30 (trinta) adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa, ou egressos das turmas de prestação de serviços comunitários ou liberdade assistida, que assistiam às aulas do Programa de Aprendizagem no curso de Assistente Administrativo, com carga horária de 400 (quatrocentas) horas, no espaço da Instituição Mantenedora. Além da oferta dos cursos, os adolescentes foram encaminhados ao

mercado de trabalho, a partir do cadastro na Agência do Trabalhador como adolescentes aprendizes, onde cumpriram os requisitos da Lei da Aprendizagem. Vários adolescentes não estavam frequentando a escola regular, então, seguindo a legislação, o Ministério Público decretou que as escolas públicas (municipais e estaduais) do município priorizassem a matrícula dos participantes do programa. Além do processo de profissionalização e educação, durante todo o período do curso o adolescente é acompanhado através da rede de proteção vinculada à assistência social, buscando o seu desenvolvimento pleno. Segundo Motti e Santos (2006, p. 4), a rede de proteção pode ser definida como “uma articulação de pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas e projetos, de modo igualitária, democrático e solidário”. A rede de proteção também se configura em uma articulação entre políticas públicas que se encontram para formar uma “teia social”. A rede tem se constituído em importante caminho para a abordagem de questões muito complexas, ligadas à vida de famílias envolvidas com algum tipo de violação de direitos. Seu principal papel é oferecer ações de prevenção às diversas violências. Com isso, deve obter resolubilidade em suas ações, interrompendo o ciclo de violências, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, não revitimização e redução do número de famílias envolvidas em situações de violência. As redes de proteção vinculadas à Secretaria da Assistência Social se estruturam a partir de múltiplos níveis de operacionalização e dispõem de equipes multiprofissionais e interinstitucionais, que atuam nas seguintes áreas: notificação, diagnóstico, intervenção, formação, pesquisa e prevenção.

A ideia de oportunizar ao adolescente infrator a qualificação profissional faz sentido quando se compreende a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, tendo o trabalho como princípio educativo, como a uma das mais importantes mediações entre o homem e a realidade em que está inserido. Segundo o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (2007, p. 45):

[...] formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com suas conquistas e os seus reveses, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. (SETEC, 2007, p. 45)

Segundo Costa (2004), as medidas socioeducativas visam educar o adolescente para o convívio social, por isso a denominação socioeducativa. Nesse sentido, a medida socioeducativa possui relação direta com a função da escola. Por considerar o trabalho em sua dimensão

ontológica, concebe-se o mesmo como processo coletivo no qual o ser social produz as condições gerais da existência humana, sendo fonte de produção de conhecimentos e saberes, portanto princípio educativo. Nesse sentido, educar para além do trabalho operacional é necessário para apresentar aos adolescentes da socioeducação ou aos seus egressos, uma nova perspectiva de vida.

2.4 PROGRAMA DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

A Constituição Brasileira, em seu artigo 227, determina a proteção integral da criança, do adolescente e do jovem, ao considerar essas pessoas em fase de desenvolvimento, prevendo então um tratamento diferenciado, com o objetivo de contribuir para a formação das mesmas. A própria Constituição impossibilitou aos menores de 16 anos o exercício do trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, isso porque a Constituição fundamenta-se no desenvolvimento biopsicossocial do menor. Porém, a formação educacional e profissional é indispensável para a formação plena do cidadão, bem como para o progresso social e econômico (MOCELIN, 2016).

Outra legislação que contribuiu para a formação profissional da criança, do adolescente e do jovem, foi a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada em 1943, que oportunizou ao adolescente entre 14 e 18 anos o exercício de uma função com assinatura em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, desde que seguindo alguns critérios. A Lei preconizou a necessidade de verificação dos locais onde os adolescentes menores de idade seriam inseridos, levando em consideração a Lista dos Piores Trabalhos Infantis⁴ e, obrigou a frequência do adolescente na escola de educação básica quando este ainda não tivesse concluído seus estudos. Neste sentido, o Programa de Aprendizagem tem por objetivo a formação técnico-profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico da criança, do adolescente e do jovem com idade entre 14 e 24 anos. Verifica-se no programa de aprendizagem o binômio trabalho e educação.

O programa de aprendizagem, destinado à formação técnico-profissional metódica, é desenvolvido por meio de atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva. Tais atividades são implementadas por meio de contrato de aprendizagem, com base em programas organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades

⁴ De acordo com o Decreto nº 6.481, aprovado em 12 de junho de 2008, que regulamenta os artigos 3º. e 4º. da Convenção nº 182 da OIT, que trata das proibições das piores formas de trabalho infantil, considerados os trabalhos desenvolvidos que sejam prejudiciais à saúde e à segurança e/ou à moralidade.

habilitadas (BRASIL, 1990; BRASIL, 1943). O programa de aprendizagem prevê a execução de atividades teóricas e práticas sob a orientação pedagógica de entidade qualificada para formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador. As atividades devem ter a supervisão da entidade qualificadora considerando uma série de fatores, como: o público-alvo, indicando o número máximo de aprendizes por turma, perfil socioeconômico e justificativa para seu atendimento, objetivos do programa de aprendizagem, com especificação do propósito das ações a serem realizadas e sua relevância para o público participante, a sociedade e o mundo do trabalho, conteúdos a serem desenvolvidos, contendo os conhecimentos, habilidades e competências, sua pertinência em relação aos objetivos do programa, público participante a ser atendido e potencial de aplicação no mercado de trabalho; estrutura do programa de aprendizagem e sua duração total em horas, observando a alternância das atividades teóricas e práticas, bem como a proporção entre uma e outra, em função do conteúdo a ser desenvolvido e do perfil do público participante; mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa de aprendizagem e mecanismos de inserção dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do contrato de aprendizagem; e o período de duração – carga horária teórica – observando a concomitância e os limites mínimo e máximo das atividades práticas, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 723, de 23 de abril de 2012. Além da caracterização do aprendiz, a lei (BRASIL, Manual da Aprendizagem, s/a) também institui a Cota de Aprendizagem, que deverá ser de 5% no mínimo, dos trabalhadores da empresa cujas funções demandem formação profissional. Para além da criação da CLT, as leis, decretos e portarias que tratam sobre a aprendizagem têm buscado esclarecer as empresas sobre os critérios, obrigações, responsabilidades e deveres que tangem aos contratos de aprendizagem.

O ECA, em seu artigo 62, definiu a aprendizagem como a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação educacional em vigor. Além disso, estabeleceu o direito à escolarização aos adolescentes autores de atos infracionais que cumprem medidas socioeducativas. A Lei n 10.097, de 2000 (BRASIL, 2000), conhecida como a Lei da Aprendizagem, altera os artigos 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da CLT, delimita como trabalhador o menor entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos; proíbe o emprego, com exceção da contratação na modalidade aprendizagem, de adolescentes menores de 16 (dezesesseis) anos; altera algumas informações contidas no contrato de aprendizagem; institui em quais prioridades os estabelecimentos poderão ofertar cursos de aprendizagem; estabelece regras para efetivação do

adolescente após o término do contrato de aprendizagem, bem como sobre sua jornada de trabalho durante o contrato de aprendizagem.

O Decreto nº 5.598/2005 (BRASIL, 2005) regulamentou a contratação de aprendizagem e organizou metodicamente as atividades teóricas e práticas, distribuídas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho, desenvolvidas sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas para tanto. Em seu artigo 23, parágrafo 5º, instituiu que a seleção de aprendizes deverá priorizar a inclusão de adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas. Com a criação do SINASE, além da obrigatoriedade da contratação de adolescentes aprendizes, a lei determinou que o público prioritário de colocação no mercado de trabalho, na modalidade aprendiz, é o de adolescentes da socioeducação e/ou de vulnerabilidade social. Essa determinação contribuiu para o retorno do adolescente da socioeducação para a escola regular, além de permitir uma possibilidade de transformação da realidade social do adolescente infrator.

2.5 O ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA – PARANÁ

Com início em agosto de 2016, o Programa Tempo de Despertar idealizou-se pela parceria firmada entre o Ministério Público, a Instituição Mantenedora e a Prefeitura do Município de Araucária. Inicialmente atendeu 30 (trinta) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e/ou egressos de prestação de serviços comunitários ou liberdade assistida, com o objetivo de qualificá-los profissionalmente através da participação no curso de aprendizagem e encaminhamento ao mercado de trabalho. O município de Araucária não possui unidade de internamento para os adolescentes da socioeducação, porém como já apresentado, possui o Centro Operacional de Medidas Socioeducativas – COMSE, que atuou como suporte da prefeitura para a atuação no Programa.

A elaboração do Programa iniciou-se a partir de reuniões realizadas nos meses de junho e julho de 2016 todas as quintas-feiras das 14h às 15h, entre os representantes de cada instituição participante, onde foram discutidas e esquematizadas: organização e oferta da educação profissional; organização do trabalho pedagógico; o perfil dos alunos a serem inseridos no programa; gestão, financiamento e infraestrutura; organização e estratégias de encaminhamento ao mercado de trabalho; atuação perante os responsáveis dos adolescentes participantes do programa;

monitoramento e acompanhamento. Inicialmente o programa não previu nenhuma meta com relação à conclusão e/ou encaminhamento dos adolescentes, pois se tratava de uma ação inédita, sendo assim não foram estabelecidos indicadores a ser alcançados.

A modalidade de oferta da educação básica escolhida para se criar a turma foi a educação profissional. A educação profissional é uma modalidade educacional prevista na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a finalidade de preparar para o exercício de profissões, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Nela estão contidos os cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

Para melhor entendimento, faz-se necessário esclarecer que todo programa de aprendizagem se divide em dois períodos: prática profissional, onde o adolescente desenvolve uma função dentro de um setor na empresa, obrigatoriamente vinculado aos conhecimentos teóricos do curso em que está matriculado; e parte teórica, em que o adolescente participa das aulas do curso. Na parte teórica, desenvolvida no espaço da Instituição Mantenedora, o curso ofertado foi o de Assistente Administrativo, no período de um ano, com aulas às terças e quintas-feiras, das 08h00min às 12h00min, com carga horária total de 400 (quatrocentas) horas, e jornada semanal de 08 (oito) horas. A matriz curricular é composta de disciplinas visando à formação para atuação em serviços administrativos e disciplinas nomeadas de formação para o trabalho⁵. O perfil de saída do curso proporcionará ao aluno: executar atividades de rotinas administrativas, organização de documentos e apoio logístico no ambiente de trabalho da empresa, seguindo legislação, normas internas e procedimentos técnicos, de qualidade, saúde, segurança e meio ambiente.

Quadro 3: Organização curricular do curso de assistente administrativo

Módulo Educação Para o Trabalho		
Disciplina	Sigla	Carga Horária
Leitura e Comunicação	LC	20 horas
Relações Sócio profissionais, Cidadania e ética	RSCE	24 horas
Saúde e Segurança do Trabalho	SST	36 horas

⁵ Na Instituição Mantenedora todos os cursos de aprendizagem possuem 120 horas, no mínimo, de disciplinas compostas por: leitura e comunicação, saúde e segurança do trabalho, raciocínio lógico e análise de dados, relações sócio profissionais, cidadania e ética, planejamento e organização do trabalho, intituladas Formação para o Trabalho.

Planejamento e Organização do Trabalho	POT	20 horas
Raciocínio Lógico e Análise de Dados	RLAD	20 horas
Gestão Organizacional	GO	70 horas
Módulo Específico		
Organização e Arquivamento	AO	40 horas
Introdução a Marketing, Compras, Vendas e Eventos	MKT	50 horas
Fundamentos Contábil Financeiros	FCF	40 horas
Fundamentos da Administração e Recursos Humanos	FRH	40 horas
Fundamentos de Operações Logísticas	FOL	40 horas
TOTAL		400 HORAS

Fonte: Plano de Curso de Aprendizagem Industrial – Instituição Mantenedora

A prática profissional desenvolvida na empresa variou conforme o contrato de aprendizagem, podendo ser de até 933 (novecentas e trinta e três) horas totais, dependendo do início da contratação. Normalmente, a jornada semanal da prática profissional variava de 12 (doze) a 26 (vinte e seis) horas, também dependendo do contrato de aprendizagem. Para todos os adolescentes, além da garantia de salário mínimo/hora, previsto em lei, foram concedidos todos os benefícios descritos nas convenções coletivas de cada empresa contratante.

A Instituição Mantenedora e a Secretaria da Assistência Social do município mobilizaram alguns colaboradores para atendimento exclusivo desses adolescentes, como: assistente social, buscando articular as dificuldades encontradas ao longo das aulas e/ou prática profissional com o histórico do contexto do adolescente; pedagogas, levantando informações sobre os adolescentes durante o período das aulas teóricas, propiciando um conhecimento mais aprofundado dos adolescentes; coordenador técnico, com foco na busca de colocação no mercado de trabalho; além de toda a equipe docente e equipe técnica/administrativa da Instituição Mantenedora. Também foram desenvolvidos Comitês Pedagógicos com a participação das assistentes sociais, equipes da Instituição Mantenedora para discussão sobre o desempenho dos aprendizes, acompanhamento da escola regular e possíveis acompanhamentos com os responsáveis dos adolescentes. Além desses encontros, foram realizados Comitês Empresariais com a participação dos responsáveis pelo setor

de recursos humanos das empresas parceiras, com o objetivo de troca de experiências e alinhamentos necessários sobre o desempenho do adolescente na prática profissional.

Inicialmente, acreditou-se que a participação do adolescente no programa não poderia ser obrigatória. Sendo assim, foi realizada uma primeira reunião, no mês de junho, para apresentação do programa. Nesta reunião, realizada em 06/06/2016, participaram os adolescentes infratores e seus responsáveis, equipe técnica e pedagógica da Instituição Mantenedora e da Prefeitura do município de Araucária e o Promotor da Infância. Foi destacado a obrigatoriedade de frequentar a escola regular, no contra turno do trabalho e continuidade do processo da medida socioeducativa. Após essa primeira reunião, foram realizados dois encontros: um para elaboração do currículo (09/06/2016) e outro para dinâmicas de entrevistas (10/06/2016). Ambos os encontros foram organizados pela equipe técnica da Instituição Mantenedora, quando foram apresentados aos adolescentes regras e dicas de entrevistas, elaboração do currículo pelos próprios adolescentes e simulações das entrevistas que seriam realizadas nas empresas a partir de 11/06/2016. A busca do primeiro emprego iniciou-se com os encaminhamentos para as empresas. As ações adotadas na busca de colocação desses adolescentes foram: realização de audiências públicas em parceria com o Ministério do Trabalho; visitas nas empresas da região; levantamento e autuação das empresas que estavam descumprindo a cota de aprendizagem, pelo Ministério do Trabalho. Dos adolescentes encaminhados, 47% participaram de apenas uma entrevista, 24% dos adolescentes realizaram entrevistas em duas empresas diferentes, 20% dos adolescentes foram entrevistados em três diferentes empresas e 5% dos adolescentes realizaram entrevistas em quatro empresas diferentes. Apenas 5% dos adolescentes não realizaram entrevista em nenhuma empresa, sendo que os mesmos desistiram do curso ao longo do programa. 22 (vinte e dois) dos adolescentes foram contratados por 5 (cinco) empresas localizadas no município de Araucária. O maior número de contratações ocorreu nos três primeiros meses de curso.

Após essas duas etapas, iniciou-se em 11/07/2016 o curso de Assistente Administrativo, onde a turma ficou composta por 26 (vinte e seis) meninos e 4 (quatro) meninas, sendo que somente cinco eram maiores de idade. Com relação à escolaridade, 20 (vinte) adolescentes ainda estavam cursando o ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; 9 (nove) cursavam o ensino médio, sendo que todas as meninas estavam nessa faixa escolar; e 1 (um) adolescente cursava o técnico em administração. Algumas estratégias foram adotadas para o acompanhamento dessa turma, tais como uma pedagoga disponível em sala acompanhando as

aulas, observando as atitudes dos alunos para levantar dados relacionados a dificuldades de aprendizagem, utilização de drogas e respeito a regras. Optou-se por registrar a primeira semana de aulas; esse registro foi realizado pela pedagoga da Instituição Mantenedora e pela própria pesquisadora, através da observação indireta (a pesquisadora observava as aulas e intervalos dos alunos durante o período do curso).

No primeiro dia de aula foi realizada uma palestra sobre o programa ministrada pelo Promotor da Infância e Juventude do Município de Araucária. No segundo dia de aula, 11/07/2016, os alunos foram orientados sobre todos os procedimentos relacionados ao Regimento Escolar da Instituição Mantenedora, as regras internas foram apresentadas, sensibilizando a todos para um bom relacionamento e uma boa convivência com todos que circulam no espaço escolar. Uma das professoras, da disciplina de Relações Socioprofissionais, Cidadania e Ética, realizou uma dinâmica onde os alunos tiveram que apresentar-se ao grupo, seu nome, idade, expectativas e objetivos, assim todos teriam oportunidades de conhecer seus colegas de sala de aula; palavras-chave trazidas pelos adolescentes; sonhos e expectativas de mudança de vida, quase unânime no almejado futuro de cada um; a professora explicou o objetivo da sua disciplina, bem como as capacidades técnicas que seriam desenvolvidas durante o processo. Os alunos estavam bastante agitados, brincando muito, usando celular, dispersos, e no intervalo saíram para fumar, quebrando uma das regras da Instituição.

No dia 12/07/2016, os alunos estavam mais calmos e participativos, a aula com a professora, da disciplina de Planejamento e Organização do Trabalho, foi focada em uma atividade de recortes utilizando revistas e jornais, para que os alunos projetassem seus sonhos e expectativas futuras, mediante a vida pessoal e profissional de cada um na sociedade. Ao final, os alunos organizaram a sala, varreram a sujeira deixada por eles, dobraram as sobras de jornais e separaram as revistas por titulação; na sequência, apresentaram individualmente seus sonhos aos colegas através de figuras. A professora deixou em aberto para que os alunos voluntariamente apresentassem suas histórias, houve resistência por parte de alguns alunos. Novamente no intervalo alguns desrespeitaram as regras, fumando dentro do espaço escolar.

No dia 13/07/2016, os alunos estavam mais tranquilos, e a aula com a mesma professora de Relações Socioprofissionais, Cidadania e Ética ocorreu sem maiores problemas, os alunos participaram das atividades, foram bem receptivos às atividades. No intervalo não ocorreram problemas em relação ao cigarro. No dia 14/07/2016 os alunos estavam receptivos, a aula com a

mesma professora de Planejamento e Organização do Trabalho foi realizada com intervenção pedagógica com toda a turma coletivamente, em relação ao cumprimento das normas, utilização de jaleco e crachá nas dependências da Instituição Mantenedora, e com brincadeiras com a professora. Foi reforçado aos alunos sobre a saída de sala de aula, e todos foram orientados a trazer sua própria garrafa de água, minimizando a saída de sala.

No dia 15/07/2016 os alunos tiveram aula com o professor da disciplina de Saúde e Segurança do Trabalho, onde todos ficaram comportados e comprometidos com o filme⁶. Alguns alunos continuaram tirando o jaleco e ficando sem uniforme em sala de aula, sendo bastante resistentes na utilização do crachá. Um dos alunos, ao final da aula, saiu da sala sem pedir licença para o professor e para a pedagoga, saiu sem uniforme e foi tomar água, outro aluno reclamou, pois ele queria sair e não podia, alegando que os direitos são iguais. Alguns alunos reclamaram sobre dificuldades para entender o conteúdo que estava sendo tratado e algumas dificuldades de enxergar o que o professor tinha escrito no quadro.

Após a primeira semana de aula, o curso seguiu tratando sobre os conteúdos relacionados à matriz curricular. Na tabela abaixo foram identificadas as principais atividades realizadas com a turma:

Quadro 4: Atividades desenvolvidas com os alunos da turma dos adolescentes da socioeducação e/ou egressos pertencentes ao Projeto Tempo de Despertar

Atividades	Objetivo
Palestra com o Sr. RUY ALTAMIR DA CRUZ NETO – Crescimento Sem Limites	Demonstrar, através de uma experiência real, que é possível a mudança de vida e o sucesso profissional, mesmo quando não se tem muitas oportunidades.
Palestra: Cão Amigo com a Guarda Municipal	Trabalhar a implicação legal da utilização e interceptação de drogas ilícitas.
Palestra com Doutor Geraldo Celso Rocha: Educando na Sustentabilidade - Doenças Sexualmente Transmissível	Conscientizar sobre a importância do uso do preservativo e a implicação das doenças sexualmente transmissíveis, bem como da gravidez indesejada.

⁶ Segundo os dados da Instituição Mantenedora o filme desenvolvido com os alunos neste dia foi “Escritores da Liberdade” com o objetivo de demonstrar que as escolhas impactam nas mudanças da vida e, segundo o professor de SST este pensamento é extremamente necessário para um trabalhador seguir as normas de Saúde e Segurança da empresa.

Evento: O Meu Trabalho como Aprendiz	Os alunos apresentam o seu local de trabalho (empresa/setor) para a comunidade local explicando o que é ser um aprendiz.
Palestra Motivacional com Gerson Kowalski Junior, da Empresa Kaizen	Motivar os alunos a buscarem estratégias que possibilitem a transformação da sua realidade.
Turma teve oportunidade de acompanhamento odontológicos	Atendimento odontológico, pois muitos alunos reclamavam de dores nos dentes.
Visita Técnica Barracão de Reciclagem	Conscientização sobre a separação dos lixos e sobre a organização de uma cooperativa, com o objetivo de sensibilizar os adolescentes sobre a ideia de empreendedorismo.

Fonte: Registros escolares da Instituição Mantenedora de 2016 e 2017

Além da pedagoga em sala, uma vez por semana a assistente social, representante do COMSE, comparecia à Instituição Mantenedora para troca de informações sobre as mudanças de postura dos adolescentes participantes durante o monitoramento das medidas socioeducativas. Esse grupo também realizou reuniões pontuais com os professores para a criação de estratégias didáticas para as aulas. A primeira reunião, intitulada Reunião do Comitê Técnico Pedagógico⁷, foi realizada em 26/08/2016, onde os seguintes pontos foram tratados: novo cronograma dos encontros a serem realizados pela equipe do COMSE com os alunos que já estão trabalhando (sugestão de um encontro por mês); verificação do horário, porque os alunos comentaram que acabam faltando a aula; priorização de contratação dos alunos que ainda estão fora das empresas; alinhamento para participação de evento nos dias 28 e 29/09 sobre orientação profissional.

A segunda Reunião do Comitê Técnico Pedagógico foi realizada em 25/10/2016. O grupo entendeu que, além do acompanhamento durante o curso, era necessário acompanhar o adolescente no desenvolvimento da prática profissional, na escola regular, e com os seus responsáveis, então estabeleceu-se: oferta de complemento pedagógico – Curso de Excel de 16 (dezesesseis) horas; oferta de EJA – Educação de Jovens e Adultos, com inserção dos alunos para melhor acompanhamento; criação um comitê, estabelecendo reuniões mensais com troca de informações e experiências com

⁷ Essas reuniões tinham por objetivo discutir sobre o andamento do curso e o desempenho dos alunos participantes. Realizada mensalmente, contava com a presença da equipe técnica pedagógica, promotor da infância, coordenação técnico de curso de aprendizagem, e pontualmente de algumas empresas.

as empresas parceiras para articulação, direcionada aos aspectos pedagógicos desenvolvidos durante o processo, como desempenho escolar e frequência; conhecer e receber da equipe técnica do COMSE os acordos realizados com os alunos, pois a equipe pedagógica seria mais assertiva nas tratativas realizadas individualmente com cada aluno, com a implantação dos estudos de casos; criação de estratégias com os pares envolvidos, para acompanhamento mais direcionado aos alunos, principalmente com os que realizam a prática profissional, salientado a importância deste trabalho também envolver os alunos que estão sendo preparados para o mercado de trabalho; apoio do COMSE em relação às práticas desenvolvidas com os alunos para se mensurar em equipe critérios que facilitem sua rotina diária; estabelecimento de prazos para conversa com os alunos sobre o seu desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem contínuo e em conjunto; elaboração de atividades com os professores, para direcioná-las os mesmos a elaborar estratégias de acordo com a realidade dos alunos, sua produtividade, seu desempenho e o nível de complexidade de cada aluno.

Nos dias 25/11/2016 e 28/11/2016, realizaram-se novas reuniões e também o Conselho de Classe Intermediário. Com o objetivo de discutir o desempenho escolar dos alunos até o momento, este conselho deliberou que 6 (seis) alunos seriam aprovados por conselho de classe, 11 (onze) alunos seriam reprovados, 6 (seis) alunos desistiram do curso e 8 (oito) foram aprovados. Todos os alunos foram chamados pela pedagoga da Instituição Mantenedora e do COMSE para uma conversa de orientação juntamente com seus responsáveis. Para os alunos que apresentaram dificuldades de aprendizagem, a equipe pedagógica, juntamente com a coordenação técnica, traçou estratégias para a melhora do processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo, aulas de reforço escolar.

A última reunião do ano de 2016 foi realizada em 07/12, sendo a 4ª. Reunião do Comitê Técnico Pedagógico, onde levantaram-se os seguintes pontos: necessidade do estabelecimento das competências de cada entidade participante do programa; necessidade de desenvolver uma capacitação contínua com os professores participantes do programa, e necessidade do estabelecimento de um grupo de reflexão com os professores (COMSE). A 5ª. Reunião do Comitê Técnico Pedagógico foi realizada em 14/02/2017, com foco principal no atendimento psicossocial que deveria ser realizado com o grupo familiar através da equipe da Assistência Social. O coordenador técnico apresentou a situação de uma empresa ligada ao programa, onde o aluno foi elogiado pelo seu comprometimento e desenvolvimento da prática profissional.

No dia 20/03/2017 foi realizada a 6ª. Reunião do Comitê Técnico Pedagógico, quando o grupo sugeriu que sejam pensadas estratégias preparatórias para futuros alunos em relação ao processo educacional dos mesmos no programa. Discutiu-se sobre a realização da formatura. Sugeriu-se uma comunicação junto às redes de proteção do Município sobre a visão do programa a respeito do tema empregabilidade, pois isso tem causado desmotivação em alguns jovens, acarretando em evasões no curso. Relembrou-se sobre a possibilidade futura de criar novas parcerias com empresas, não industriais, para a colocação dos alunos.

No dia 24/04/2017 foi realizada a 7ª. Reunião do Comitê Técnico Pedagógico. Nesta reunião, além da equipe habitual, compareceram três representantes de empresas. A reunião iniciou com a apresentação do coordenador técnico em relação à empresa nova que aderiu ao Programa de Aprendizagem, o representante da empresa sugeriu que a equipe repense sobre as oficinas e oportunidades aos alunos, principalmente focando no teatro, suprindo suas carências pelo lado psicológico.

No dia 22/05/2017 foi realizada a 8ª. Reunião do Comitê Técnico Pedagógico, onde foi apresentada a metodologia utilizada para a realização dos atendimentos de complementação pedagógica para os casos mais pontuais, criando estratégias pedagógicas. Pensou-se sobre um Projeto para pais, e a representante da assistência social reforçou a proposta de atendimentos mais pontuais, em que os casos serão encaminhados para a psicóloga. Algumas estratégias foram traçadas para as próximas turmas: compartilhar com a equipe, todo final do mês, dicas de trabalhos, como temas específicos voltados para o curso; melhoria no acompanhamento dos alunos na escola regular; realizar um comparativo de entrada e final do módulo dos aprendizes; solicitar boletim escolar dos aprendizes para monitorarmos o acompanhamento na escola regular; registrar planos das ações pedagógicas realizadas; necessidade de estabelecer vagas por equipamento da ação social; apresentação do programa aos alunos e responsáveis antes do início do curso; desenhar o papel do professor no projeto de entrevistas e o perfil de possível colocação no mercado, para maior assertividade nos encaminhamentos para entrevista; maior envolvimento da equipe; na reunião com os pais, reforçar sobre o programa como um todo; reforçar com as empresas as atividades que os alunos desenvolverão no decorrer do processo; análise crítica do programa desde o início do curso.

A formatura da turma foi realizada em 01/09/2017, e ao término da turma o desempenho escolar estava da seguinte maneira: 8 (oito) adolescentes reprovados por desempenho escolar insuficiente (média inferior a 6,0 e/ou frequência mínima inferior a 75% das aulas); 3 (três)

adolescentes foram desligados por problemas comportamentais como: vandalismo, desrespeito a equipe técnica pedagógica e descumprimento de regras, com a anuência do Ministério Público; e 16 (dezesseis) adolescentes foram aprovados no curso. Após a conclusão dessa primeira turma, o Ministério Público, a Secretaria da Assistência Social e a Instituição Mantenedora entenderam que o programa deveria abranger o maior número de adolescentes vulnerabilizados possível, e segue atuando dessa forma até os dias atuais.

3. TRABALHO, ADOLESCÊNCIA E PERCEPÇÕES DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo serão apresentados os autores e conceitos que norteiam a dissertação. A categoria de base é o trabalho como princípio educativo, com a utilização dos conceitos de sistema de competências e de qualificação profissional, como estes são desenvolvidos no curso de aprendizagem, e qual relação podem ter com a possibilidade de transformação da realidade social dos adolescentes egressos e/ou atendidos pela socioeducação. Os autores estudados foram Gaudêncio Frigotto (1989), Dermeval Saviani (2007) e Antônio Gramsci (2001). A discussão a respeito da qualificação profissional e do sistema de competências pautou-se nos conceitos desenvolvidos por Pierre Naville (1956), Marise Nogueira Ramos (2001), Celso Ferreti (2004) e Phillippe Perrenoud (2002) e Anton Makarenko (apud RUIZ, 2008). A escolha desses autores deveu-se à compreensão que possuem sobre a qualificação profissional extrapolar o desenvolvimento de conhecimentos necessários ao mercado de trabalho, relacionando-a com o que se busca com a educação desenvolvida nesse programa. Ao desenvolver esse tópico, levantaram-se alguns questionamentos sobre o sistema de competências e o desenvolvimento do ser humano de maneira integral.

Outras duas categorias, adolescência e cidadania, também são abordadas neste capítulo. Os autores estudados para desenvolver a categoria adolescência foram Márcio Bernardim e Mônica Ribeiro da Silva (2016), Juarez Dayrell (2010) e Sérgio Adorno (2002). Na categoria cidadania, os autores escolhidos foram Francisco de Oliveira (1999), Ivo Tonet (2016) e Marilena Chauí (1997). A pesquisadora optou por esses autores por compreender que os mesmos explanam conceitos sobre adolescência e cidadania que permeiam o tema socioeducação.

3.1 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Para Gramsci (apud NOSELLA, 2016), uma nova ordem social só seria possível pela formação de intelectuais orgânicos. São esses intelectuais que organizam as crenças e as relações institucionais, o que ele denomina de hegemonia⁸, ou seja, a sociedade política é responsável por organizar a força, e a sociedade civil, o consentimento. Para ele, o Estado é a união e o equilíbrio

⁸ O conceito de hegemonia pode ser considerado em dois significados: domínio e liderança. Na perspectiva desenvolvida por Gramsci, hegemonia é uma “textura” daqueles que possuem papel na sociedade. É a maneira pela qual uma classe mantém-se na liderança (BOTTOMORE, 2012, p. 285).

dessas duas sociedades, a política e a civil, a força com o consentimento. Nesse sentido, o partido revolucionário é o órgão que possibilitará à classe trabalhadora constituir uma nova sociedade, “proporcionando-lhe meios de desenvolver seus intelectuais orgânicos e uma hegemonia alternativa” (BOTTOMORE, 2012, p. 268). O trabalho e a educação seriam alguns dos meios de desenvolvimento dessa nova ordem.

A hegemonia é o conceito chave dos Cadernos de Cárcere (COUTINHO, 2001), escritos por Gramsci no período de seu encarceramento, e para alguns pesquisadores, a principal contribuição dele para a teoria marxista. Antes da prisão, Gramsci utilizou o termo como uma estratégia da classe operária, entendendo que hegemonia seria a aliança que a classe operária deve criar para contribuir com a queda do Estado burguês. Também utilizou o termo, no mesmo sentido de estratégia, para a aliança que o proletariado soviético deveria manter com a classe camponesa. Já nos Cadernos do Cárcere, o termo é utilizado de outra maneira, hegemonia passa a ser a forma de estabelecer e manter a dominação burguesa.

Uma classe torna-se dominante, e mantém seu domínio, através da sua capacidade de ultrapassar seus interesses próprios, liderando moral e intelectualmente, formando as alianças que unificam um bloco social, que o autor chama de bloco histórico. Este é a representação de uma estrutura de consentimento de ordens sociais, onde é criada e recriada, através de agrupamentos de instituições, relações e ideias, a hegemonia da classe dominante. Esse agrupamento é realizado por todos os indivíduos que possuem um papel na sociedade, os intelectuais. A hegemonia constrói sua base com reformas ou concessões, resultantes das lideranças de classes, que permite que outras classes tenham algumas exigências atendidas. A classe hegemônica, ou seja, a classe que lidera é, em sua essência, política, pois ultrapassa os seus próprios interesses, principalmente os econômicos, representando o progresso da sociedade. Nesse sentido, Gramsci utiliza o conceito de hegemonia como contraponto a qualquer concepção que dê conta apenas de seus interesses momentâneos, pois focar nos interesses imediatos impossibilita uma análise correta da política e de suas forças, dificultando a compreensão do poder do Estado.

Uma hegemonia bem desenvolvida deve basear-se no consentimento ativo, na vontade coletiva que une diversos grupos da sociedade, extrapolando a teoria de obrigações políticas, argumentando que o amplo controle democrático potencializa o desenvolvimento de uma hegemonia mais completa. Entretanto, a natureza limitada do consentimento pode levar ao aprofundamento de uma ordem política precária, que se apoiará na força. Quando a hegemonia é

tomada como base, não se reduz à legitimação⁹, podendo proporcionar uma visão de mundo mais coesa e sistêmica, que influenciará, além da população, a organização das instituições sociais. Essa ideologia, para o autor, não reflete somente o interesse da classe econômica, “ela organiza a ação pelo modo segundo o qual se materializa nas relações, instituições e práticas sociais e informa todas as atividades intelectuais e coletivas” (BOTTOMORE, 2012, p. 285).

Não existe uma relação hegemônica claramente definida para dominar ou trazer consentimento, pois o domínio e o consentimento existem dialeticamente. Gramsci considera “hegemonia todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação” (BOTTOMORE, 2012, p. 244). O autor afirma que uma das maneiras de se impor as relações de dominação em qualquer sociedade é através da educação, principalmente na sociedade civil, onde estão as condições para reprodução ou quebra das estruturas sociais. Nas instituições da sociedade civil a hegemonia atua com a função de direcionar a relação de dominação. Por isso, Gramsci (apud NOSELLA, 2016) considera todo processo pedagógico hegemônico. Segundo o autor,

o conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho, na atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro. (NOSELLA, 2016, p. 43)

Baseado nos pensamentos de Marx (2013), ao considerar que a formação humana se produz pela materialidade da existência numa relação dialética de objetivação e apropriação, ou seja, ao agir sobre a natureza buscando a satisfação das suas necessidades, o ser humano se objetiva. E esse processo de objetivação requer uma transformação subjetiva, onde a realidade torna-se humanizada objetiva e subjetivamente, reproduzindo continuamente as funções humanas. O trabalho enquanto atividade universal que transforma a natureza e o próprio ser humano, liberta-o. Aqui é importante lembrar que “liberdade e necessidade são pressupostos e resultados da produção da existência

⁹ Falsa consciência ou instrumentalização da massa da população cujo senso comum ou visão do mundo, segundo Gramsci, é composto por vários elementos, alguns dos quais contradizem a ideologia dominante, como aliás grande parte da experiência do cotidiano.

humana, da construção de um novo modo de produção e de uma nova cultura” (RAMOS, 2001, p. 299-300).

O trabalho, quando entendido como princípio educativo, diferente do trabalho enquanto venda da sua força de trabalho, tem como referência o desenvolvimento pessoal para o exercício da cidadania, integrado ao desenvolvimento profissional que possibilita a compreensão e a atuação no mundo, para que haja a possibilidade de transformação da realidade social dos adolescentes da socioeducação e/ou egressos. Partindo deste princípio do trabalho como organizador dos conteúdos a serem desenvolvidos, o trabalho poderá contribuir para a democratização do saber científico e tecnológico, buscando permitir ao adolescente a participação ativa na vida social, política e produtiva. Segundo Gramsci (apud NOSELLA 2016, p. 46), ao trabalhar com adolescentes “é preciso fazer com que adquiram certos hábitos de diligência, de exatidão, de postura até mesmo física, de concentração psíquica em determinados assuntos, que só podem adquirir mediante uma repetição mecânica de atos disciplinados e metódicos”.

As políticas públicas que procuram restringir a atividade laboral até os 18 anos, comemoradas e entendidas como necessárias para cumprir a legislação, devem ser acompanhadas de investimentos que favoreçam as condições de acesso e permanência dos adolescentes e jovens na escola e, quando possível, nos espaços de trabalho, de modo que não haja disputa entre o desejo de estudar e a necessidade de trabalhar. Kuenzer (1989) considera que o problema da educação é político, uma vez que a divisão entre conhecimentos intelectuais e manuais não existe na prática, porque todo trabalho instrumental tem uma dimensão intelectual. Para Gramsci,

a crise escolar terá uma solução que racionalmente deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que tempere equilibradamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (técnica, industrialmente) com o desenvolvimento das capacidades de trabalhar intelectualmente. Deste tipo de escola única, através de experiências repetidas de orientação profissional, o aluno passará para uma das escolas especializadas para o trabalho produtivo (apud NOSELLA, 2016, p. 179).

Tomando o trabalho como princípio educativo, é possível desenvolver uma educação que reunifique cultura e produção, considerando um ensino que será único, politécnico, teórico-prático, democrático, moderno e atualizado. Gramsci define que o trabalho como princípio educativo é um pressuposto ontológico e ético-político no processo de socialização humana. As mudanças tecnológicas não alteraram apenas a organização do trabalho, mas também toda a relação do sistema capitalista com a sociedade. Com isso, é necessária uma nova proposta de escola, que além

de preservar a essência humanística tradicional, considere a técnica da escola profissional que desenvolve a capacidade do trabalho manual, próprio da indústria moderna. (DORE, 2014)

Nesse sentido, pressupõe a formação total do homem, “na supressão da divisão do trabalho entre os homens, a educação, instrução, preparação de homens omnilateralmente¹⁰ desenvolvidos e omnilateralmente preparados, de homens capazes de fazer tudo” (MANACORDA, 1990, p. 99), educando-os para a liberdade. Essa concepção educativa, dialética e materialista, pressupõe a historicidade que recria a natureza das necessidades produzidas, transformando a realidade.

A escola unitária do trabalho emerge da ideia de Gramsci em pensar uma escola diferente da tradicional, porém que não fosse profissionalizante no sentido de desenvolver somente capacidades técnicas. Ele considerava que a escola deveria ser unitária, a aprendizagem deveria basear-se tanto nos conhecimentos humanísticos como na ciência experimental. O ser humano é criação histórica, e diante disso é necessária a aquisição de bons hábitos pela disciplina, pois é papel da escola transformar em liberdade o que hoje é necessidade. Segundo Nosella (2016, p. 133), “a liberdade se concretiza historicamente tendo como base o trabalho moderno, pois o reino da necessidade não se separa nem se contrapõe ao reino da liberdade: os dois se integram orgânica e historicamente”.

Nos Cadernos de Cárcere, Gramsci (2001, p. 49) compreende que,

[...] Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando, na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristaliza-las em formas chinesas.

O homem moderno, integralmente desenvolvido, é uma síntese do engenheiro americano, do filósofo alemão, do político francês, do homem italiano do Renascimento. Por isso, “Gramsci fala de métodos e de fins educativos não para salvar o indivíduo singular, mas para formar a totalidade dos indivíduos, o homem-massa ou o homem coletivo” (MANACORDA, 1990, p. 107). Diante disso, surge a necessidade de uma relação pedagógica molecular entre professor-aluno, envolvendo toda a sociedade em seu conjunto, surgindo então a ideia da escola unitária, uma escola

¹⁰ O conceito de omnilateralidade não foi claramente exposto por Marx, porém durante a sua obra é possível concluir que para o autor omnilateralidade se refere a formação de homens que se afirmam historicamente, reconhecendo sua liberdade e submetendo as relações sociais ao controle coletivo e, homens que superam a separação entre trabalho manual e intelectual.

que tem como essência a escola humanista tradicional, com seu princípio da cultura desinteressada, porém que também se preocupa em desenvolver o princípio da cultura imediatamente produtiva, próprio da indústria moderna, acessível a todos indistintamente, onde o trabalho é o princípio educativo universal, tanto na fase da formação desinteressada quanto na formação especializada, uma escola unitária com linguagem industrial.

O princípio educativo do trabalho pressupõe uma disciplina própria do trabalho industrial moderno, sendo essa condição necessária para o desenvolvimento da autodisciplina, da autonomia e da liberdade. É uma pedagogia adequada às exigências da formação do homem moderno, coletivo, de uma sociedade industrial. A educação tem um papel fundamental na constituição do intelectual orgânico da classe trabalhadora porque é a educação unitária que tornará possível a formação omnilateral.

Baseada no trabalho e concomitantemente desinteressada, a escola deveria ser custeada pelo Estado ou pelo trabalho produtivo dos próprios estudantes, com regime do tipo internato. Seria organizada em quatro níveis, sendo os três primeiros a escola unitária e o último a universidade, onde ocorrerá a profissionalização especializada. A escola unitária, de trabalho intelectual e manual, teria como objetivo a formação dos valores fundamentais do ser humano, como autodisciplina intelectual e autonomia para a posterior escolha profissional, pois independente da profissão, os conhecimentos e exigências dos intelectuais serão utilizados para articular a ciência e o trabalho presentes na vida moderna. Gramsci (2001, p. 49) afirma que

[...] se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escola profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.

Para Gramsci, a escola unitária é aquela que interessa à humanidade. Sendo assim, ele opõe-se às pedagogias espontaneístas, naturalistas, diretivas e profissionalizantes, principalmente porque considera que estas desconsideram a formação integral e humana. Para ele, o historicismo supera o enciclopedismo e o espontaneísmo, porque preserva as marcas socioculturais de cada espaço e tempo em que os fatos ocorreram. Segundo Ramos (2001, p. 296),

[...] nesse último aspecto reside um importante ensinamento filosófico-metodológico de Gramsci. A educação dos trabalhadores deve enraizar-se no núcleo sadio do senso comum, dele partir com o objetivo de superá-lo. Se o conhecimento não supera o senso comum, não é conhecimento; são suposições desagregadas que seduzem os trabalhadores mais simples, por se aproximarem de sua realidade, mas os mantêm subordinados aos desígnios do espontaneísmo. Essa educação é conservadora.

Nesse sentido, é necessário analisar o trabalho como uma categoria dessa pesquisa, buscando entendê-lo como princípio educativo. Nos estudos de Acácia Kuenzer (1989) sobre como superar o academicismo rançoso e o profissionalismo estreito, levantou-se como uma das primeiras premissas qual era a consciência do trabalhador sobre a apropriação do conhecimento produzido socialmente na escola, frente à fragmentação da aplicação prática no seu cotidiano profissional. Já em sua segunda pesquisa, realizada em 1988, a autora verificou que, apesar da má qualidade da educação de 2º. Grau, os trabalhadores acreditavam que seria através dessa educação que teriam a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho e, talvez, na educação superior. Considerando os estudos da autora e os pressupostos gramscianos do trabalho como princípio educativo, utilizar esse referencial teórico como base de desenvolvimento da prática profissional dos adolescentes participantes do programa de aprendizagem se justifica, pois o objetivo de oportunizar a vivência do emprego formal para esse público é justamente desenvolvê-los historicamente e em sua totalidade, o que iria contribuir para a superação do profissionalismo estreito desenvolvido na educação profissional brasileira, tão refutado por Kuenzer. Assim, “deve-se convencer muita gente de que o estudo é também um trabalho, e muito cansativo, com um tirocínio particular próprio, não só intelectual, mas também muscular-nervoso: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e até mesmo sofrimento” (GRAMSCI, 2001, p. 51).

3.2 OS SISTEMAS DE COMPETÊNCIAS

Diante da opção de refletir sobre o conceito do trabalho como princípio educativo para os adolescentes matriculados no programa de aprendizagem, percebeu-se a necessidade de discutir sobre a pedagogia das competências e os pressupostos da qualificação profissional. Este tópico é destinado a identificar a diferença entre o desenvolvimento de competências e a qualificação profissional, partindo dos estudos de Marise Ramos (2001) e da proposta pedagógica da Instituição Mantenedora.

3.2.1 Competência x Qualificação: aporte teórico

A ideia de que o ser humano produz sua vida e a transforma através do trabalho já foi apresentada nesta pesquisa, porém quando se considera a formação do homem em sua totalidade, requerida pelo mundo do trabalho, é necessário compreender as relações entre a qualificação

profissional e a formação do homem que contribua para o seu desenvolvimento total. Essa formação pressupõe o indivíduo como ser social, ou seja, além de desenvolver-se para si, com seus sentidos e ideais, o indivíduo desenvolve-se para o social, exteriorizando a vida através das suas realizações e satisfações. Neste contexto, a proposta pedagógica elaborada por Makarenko faz sentido, pois quando ele define que o trabalho criou o homem, afirma que “ao mudarem as relações de vida entre os homens, suas relações sociais, sua existência social, mudam também suas representações, opiniões e suas ideias, em suma, sua consciência” (MAKARENKO, 2005, p. 651, apud RUIZ, 2008, p. 224).

Na ótica do modo de produção capitalista, o indivíduo desenvolve-se subjugado à lógica da propriedade privada, onde se valoriza a geração de dinheiro para suprir as necessidades criadas pelo próprio sistema capitalista. “Sendo assim, os processos sociais de formação humana sob o modo de produção capitalista são a relação dialética de subsunção do homem ao capital e a luta contra essa mesma subsunção”. (RAMOS, 2001, p. 28). Essa relação dialética é o que fundamenta a relação entre sujeito-objeto, onde o ser humano cria seus objetivos para o capital, enquanto sua subjetividade é apropriada pelo capital, não permitindo que o ser humano se reconheça como sujeito. Diante dessa divergência na formação humana, surge uma luta que é direcionada pela divisão social e pelo nível de complexificação do trabalho.

Nesse sentido,

a importância da relação trabalho-educação se justifica porque justamente a partir dela a *formação humana* configura-se como processo contraditório e marcado pelos valores capitalistas. Esse processo, à medida que se institucionaliza, forja categorias apropriadas para defini-lo socialmente, como, por exemplo: *educação básica, formação profissional, educação profissional, qualificação profissional*” (RAMOS, 2001, p. 29. Grifos da autora).

A educação básica, de acordo com os princípios liberais, é entendida como direito de todos, pois é considerada condição para o exercício da cidadania, é a forma de socializar os indivíduos em conformidade com os valores e padrões de uma determinada sociedade. Para isso, foi necessária a criação de espaços coletivos, as escolas, onde seria possível “laicizar o saber, a moral e a política, separando nitidamente fé e razão, natureza e religião, política e igreja” (RAMOS, 2001, p. 29). Novamente podemos citar a proposta elaborada por Makarenko, que considera que a educação é um processo social de tomada de consciência de si próprio e do meio que o rodeia, e o sucesso da educação depende da capacidade do sujeito se autocorrigir. Para a construção de uma nova sociedade, é necessário preocupar-se com a formação de força de trabalho jovem, com a

formação de pessoas com iniciativa e criatividade (MAKARENKO, 2005, p. 651, apud RUIZ, 2008, p. 226).

A educação moderna pautou-se na totalidade da formação humana, ou seja, na formação do cidadão. Desde o século XVIII, está inserida no processo de luta pelo estabelecimento de hegemonia, devido a sua influência socializadora e de formação crítica. A crença que a educação é condição para participação ativa do ser humano na sociedade e de que através da educação é possível ao ser humano adquirir sua liberdade, coloca-a como determinante do progresso econômico. Neste sentido, a educação dos trabalhadores tem o objetivo de educar para atender ao ideal burguês. “A educação do trabalhador, no projeto burguês, é subsumida à necessidade do capital de reproduzir a força de trabalho como mercadoria” (RAMOS, 2001, p. 31).

Ao observar o processo produtivo na indústria, percebe-se que neste contexto a educação dos trabalhadores não seria necessária, pois a própria parcialização e simplificação do trabalho permitiram que o trabalhador aprendesse no próprio posto de trabalho, somente sendo-lhe adicionado um ajudante quando necessário. Esse ajudante, normalmente criança, que fez surgir a ideia de se criarem escolas destinadas a ensinar as técnicas e ritmos do trabalho, inicialmente na Inglaterra, as *Schools of Industry*, que inseriram na cultura ocidental a formação para o trabalho. A educação para o trabalho não se resumia somente à disciplina e doutrina, o ideal burguês de progresso econômico passou a investir na formação de trabalhadores em massa. Frente à universalização das técnicas produtivas, ao trabalhador foi garantido o domínio de uma profissão, que passou a ser uma das funções da educação para o trabalho.

A formação para o trabalho passa a significar formação profissional. A emergência das profissões modernas se constitui, então, em consequência da divisão fabril e social do trabalho, hierarquizadas de acordo com as classes sociais a que se destinam – operários fabris ou técnicos, engenheiros, cientistas, e assim por diante. (RAMOS, 2001, p. 34)

No modelo taylorista-fordista, a preocupação básica é aumentar a produtividade da indústria por meio do aumento da eficiência do nível operacional, eliminação do desperdício e redução dos custos de produção. Daí a ênfase na organização racional do trabalho, fundamentada na análise do trabalho operário, no estudo dos tempos e movimentos e na fragmentação das tarefas visando a especialização do trabalhador em um trabalho padronizado, simples e repetitivo, com forte separação entre o trabalho intelectual e o manual. Henry Ford aplicou os princípios da Administração Científica em seus negócios, idealizando a linha de montagem, o que lhe permitiu

a produção em série, com a padronização do maquinário e equipamento, da mão de obra e das matérias-primas, com o mínimo custo possível.

Neste cenário, a qualificação profissional foi mais relacionada aos métodos de análise ocupacional, onde se buscava identificar as características do trabalhador de acordo com os postos de trabalho que ocupavam. A qualificação profissional relacionava-se tanto com a descrição do trabalho, ou seja, ao processo, quanto à formação profissional. Foi essa visão que contribuiu para a formação da CBO – Classificação Brasileira de Ocupações¹¹, utilizada até os dias atuais. Nesta linha de compreensão sobre a qualificação profissional, o trabalho se associou às possibilidades das relações técnicas e sociais de potencializar o conhecimento do trabalhador, tanto explícita quanto tacitamente.

Dessas observações surgiram estudos sobre a qualificação e desqualificação do trabalho e a polarização das qualificações. Segundo o estudo realizado por Braverman “a modernização tecnológica estaria criando, de um lado, uma massa de trabalhadores qualificados e, de outro, uma massa de trabalhadores desqualificados” (Apud RAMOS, 2001, p. 35). Nesse sentido ao falar-se em qualificação profissional, considerava-se a multidimensionalidade e as tendências do trabalho frente à nova materialidade produtiva. Com todas essas mudanças, vinculadas aos modelos pós-tayloristas de produção, as exigências frente às competências dos trabalhadores, à organização do trabalho, e as estratégias de superação da competitividade também sofreram mudanças. Ao trabalhador é necessária uma participação mais ativa na gestão da produção, porém nem sempre isso implica em melhores formas de remuneração.

Nesse cenário, exigia-se um novo modelo de perfil profissional, baseado em competências. Entende-se como competência profissional a “capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho” (RAMOS, 2001, p. 126). A organização das competências não se limita a propor que a escola desenvolva competências para a atuação autônoma e responsável na vida ativa, mas pressupõe que as competências devem estar associadas às atividades técnico-profissionais, econômicas, sociais, políticas e culturais.

Seguindo essa ideia, na busca de maior competitividade, as empresas passaram a se utilizar das redes de colaboração entre o processo produtivo e as funções do processo. O grande diferencial

¹¹ Classificação Brasileira de Ocupações, instituída através da Portaria n° 397, de 10 de outubro de 2002.

das empresas passou a ser o capital humano, ou seja, quanto os trabalhadores conseguiram contribuir para o alcance das metas, sendo responsáveis e impulsionadores das mudanças. Este modelo, nascido na França, remonta às origens do ensino técnico no qual,

[...] Em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, com base no qual se efetuam escolhas para cobrir os conhecimentos considerados mais importantes, parte-se de situações concretas, recorrendo-se às disciplinas na medida das necessidades requeridas por essas situações (RAMOS, 2001, p. 221).

A visão predominante na pedagogia das competências é a que enfatiza o desenvolvimento de capacidades, habilidades e atitudes dos sujeitos que atendam às exigências do mercado de trabalho, ou seja, a educação é direcionada para que os trabalhadores atuem com maior qualidade, produtividade e autonomia, contribuindo com a difusão rápida e massiva de melhores práticas organizativas e inovações tecnológicas. O foco desta pedagogia é o desenvolvimento das competências pessoais de profissionalização do sujeito, que será capaz de atuar competentemente em uma determinada função, sendo então sua competência o elemento da exploração da força de trabalho, de maior subordinação e da sua própria alienação. Logo, “pedagogia das competências é a que enfatiza o desenvolvimento dos sujeitos que privilegiam seus projetos pessoais de profissionalização em detrimento de outra perspectiva, em que a profissionalidade resulta de construções e compromissos coletivos dos trabalhadores” (FERRETTI, 2004, p. 304). Assim, procura-se mobilizar as características subjetivas dos trabalhadores enquanto valorização do capital, apoiando-se principalmente nos saberes em que se destacam os conhecimentos teóricos e técnicos, organizados em: saber-fazer, ou seja, aquilo que o trabalhador é capaz de fazer; e o saber-ser, ou seja, a maneira correta em que o trabalhador se coloca diante das situações de trabalho.

Para Ramos, o conceito de competência difere-se do conceito de qualificação, que é um conceito central na relação trabalho-educação. Segundo a autora, “o conceito de qualificação, no que apresenta de mais objetivo, ordenou historicamente as relações sociais de trabalho e educativas, frente à materialidade do mundo produtivo” (RAMOS, 2001, p. 41). O conceito de qualificação relembra o surgimento do Estado de Bem-Estar Social, ou seja, as regulações sociais reconhecem o trabalhador como membro da coletividade, regulado pelo estatuto social, e não somente pelo contrato de trabalho, em que a qualificação se apresenta como referência dessa regulação. Neste contexto, a qualificação profissional apresenta-se com duas funções: classificar e hierarquizar os postos de trabalho, e classificar e organizar os saberes em torno dos diplomas.

A partir desse momento surgem vários debates em torno do significado histórico-social da qualificação, um deles entre Georges Friedmann e Pierre Naville, que buscavam compreender o que realmente seria qualificável: o trabalho ou o trabalhador. Friedmann, com sua posição substancialista, considera difícil encontrar parâmetros que classifiquem a qualificação dos trabalhadores. O salário, por exemplo, não pode ser utilizado como critério. Para ele, “a qualificação não pertence mais ao homem, ela pertence ao posto [...] e deve-se falar não de uma classificação dos operários, mas de uma classificação dos postos” (RAMOS, 2001, p. 44). Já Naville, com sua posição relativista, centrou sua análise na qualificação do ser humano como valor social e diferencial dos trabalhadores, ou seja, a qualificação seria formada ao longo do tempo, e a partir dessa formação é que os seres humanos se diferenciariam entre si.

Já quanto à pedagogia das competências, esta retoma a Teoria do Capital Humano, que surgiu no final da década de 1950 baseada nos pressupostos de Adam Smith que considerava que:

Um homem educado à custa de muito esforço e tempo para qualquer emprego que exige destreza e qualificações especiais pode ser comparado a uma daquelas máquinas caras. O trabalho que ele aprende a realizar, como será de esperar, acima dos salários habituais da mão-de-obra comum, compensar-lhe-á todo o custo de sua educação, com, pelo menos, os lucros habituais de um capital igualmente valioso. (Apud FRIGOTTO, 1989, p. 37)

A teoria tinha como tese central a vinculação do fator humano ao desenvolvimento econômico, em que a educação é considerada fator decisivo para o desenvolvimento econômico, transformando então a escola em um espaço produtivo. O processo de ensino reduz-se à função de desenvolver habilidades intelectuais, atitudes e conhecimentos que gerarão a capacidade produtiva do homem. Neste sentido, a educação é fundamental para explicar as diferenças entre produtividade e renda.

A teoria do capital humano recebeu críticas com relação às suas concepções. Uma delas está ligada à reprodução das características estruturais próprias da escola, como horário, organização, etc. que poderiam ser reproduzidas na sociedade industrial. Outra crítica diz respeito à educação escolar reproduzir a divisão capitalista do trabalho, ou seja, a organização escolar replica as relações de dominação e submissão da esfera econômica. O conceito de capital humano está intimamente ligado aos recursos humanos que cada sociedade possui:

Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social. (FRIGOTTO, 1989, p. 41)

A partir de então, pode-se entender a relação indissociável entre trabalho e educação. A educação, como é estruturada, serve ao sistema capitalista não apenas enquanto ideologia, mas também enquanto propagadora desse sistema e formadora de mão-de-obra que servirá ao próprio sistema. Nesta perspectiva, a educação escolar passa a ser um investimento do empregador, que resultava em maior produtividade, aumentando o lucro do capital. No campo educacional, esta teoria contribuiu para a visão tecnicista da educação, isto é, baseado na premissa de que a ciência é neutra, racional e direcionada à eficiência e produtividade, e a pedagogia assume o papel de tornar o processo educativo em um processo objetivo e racional (SAVIANI, 2009). Neste modelo pedagógico, a escola busca repetir a divisão capitalista do trabalho, organizando o processo racionalmente, desenvolvendo uma educação com enfoque na eficiência, onde o que importa é aprender a fazer.

Ramos (2001) contrapõe-se ao conceito de competências, desenvolvendo conceitos sobre a qualificação profissional que se apoiam em dois sistemas: convenções coletivas que classificam e hierarquizam os postos de trabalho, e o ensino profissional que classifica e organiza os saberes em torno dos diplomas. Pierre Naville, como já visto, nos seus estudos sobre o trabalho aponta que não é possível dissociar o indivíduo das tarefas que ele realiza e extrair suas aptidões. Existem aptidões específicas para o trabalho que se enraízam na estrutura socioeconômica da sociedade, ou seja, na divisão social do trabalho. Para determinar se um trabalhador é ou não qualificado, é necessário reconhecer as condições sociais, econômicas, políticas e culturais nas quais o trabalhador está inserido.

A qualificação deve ser compreendida como parte de um processo de construção social dos indivíduos, não somente considerando o âmbito laboral, mas sim integrando a aquisição das capacidades, os modos de vida e as situações de trabalho. Neste sentido, compreende-se a qualificação como um fenômeno que considera os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, que são influenciados pelo tempo e espaço, e não apenas como resultado do processo de aprendizagem dos conteúdos do trabalho. É necessária uma educação onde a sociabilidade ocorra através do trabalho coletivo em função da vida em comunidade. Neste sentido, a principal missão do educador, na concepção de Makarenko, é a formação de um homem novo que participe da construção de uma nova sociedade, com uma nova mentalidade, que combata o individualismo, busque a coletividade, estimule perspectivas futuras, promova debates e assembleias, fortaleça práticas que realmente sejam coletivas em seu interior (RUIZ, 2008, p. 237).

3.2.2 O Sistema de Competências da Instituição Mantenedora

Na Instituição Mantenedora, o conceito de competências não se difere em relação ao senso comum e à proposta capital-burguesa. Para definir quais competências serão desenvolvidas nos cursos ofertados pela Instituição, a mesma desenvolveu uma metodologia para definição dos Perfis Profissionais, baseada nas ocupações definidas pela Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. A primeira etapa para a definição desses perfis é a composição de comitê técnico setorial, que integra empresas, setor público, acadêmicos e demais interessados no tema em questão, além da própria instituição. O objetivo desse comitê é identificar quais competências são requeridas para o exercício de determinada função, descrevendo também qual o nível de desempenho que se espera do trabalhador para se obter os níveis de produtividade e qualidade desejados. Nesta etapa inicial são descritos os seguintes aspectos:

1. Prospectiva interna, que identifica as mudanças internas de uma função, como: os sistemas e métodos de produção e trabalho; os meios de produção, como máquinas, equipamentos, ferramentas, etc.; e a atuação profissional, que prioriza as principais atividades da função;
2. Estrutura da ocupação, que define o objetivo principal da ocupação, com suas competências atuais e futuras;
3. Nível de qualificação da ocupação, que identifica quais critérios de domínio técnico-profissional, autonomia, responsabilidade, tomada de decisão e complexidade o trabalhador deverá possuir no exercício da função;
4. Competência geral, que são os conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas da ocupação;
5. Unidades de competência, que são as principais funções constantes na competência geral;
6. Elementos de competência, que são as atividades que devem ser desenvolvidas para alcançar as principais funções descritas nas unidades de competência;
7. Padrões de desempenho, que são os parâmetros que especificam a qualidade do desempenho requerido para cada elemento de competência;

8. Contexto de trabalho da ocupação, que é o conjunto de informações de natureza técnica, organizacional e socioprofissional característicos da ocupação, que contextualiza e situa o âmbito de atuação do profissional;
9. Competências de gestão, descrição das capacidades organizativas, metodológicas e sociais relativas à qualidade, à organização do trabalho, às relações no trabalho e à condição de responder a situações novas e imprevistas.

Após as etapas descritas no Perfil Profissional, a Instituição Mantenedora organiza outro comitê para a elaboração do Desenho Curricular, que consiste em transpor os conteúdos das etapas descritas no Perfil Profissional em conhecimentos a serem desenvolvidos com os alunos matriculados nos cursos ofertados.

Nos pressupostos da Instituição Mantenedora, o ideário das competências apresenta duas premissas básicas. Na primeira premissa, competência é saber mobilizar recursos afetivos, cognitivos. Baseado nos estudos de Perrenoud (2002), este processo de mobilização ocorre naturalmente quando o sujeito apreendeu capacidades mais ou menos complexas, para então mobilizar seus recursos afetivos, cognitivos, tendo a competência requerida de uma determinada função, ou seja, um curso fixo, do menos avançado para o mais avançado. Quanto à segunda premissa, pode-se relacionar à tendência da pedagogia de competências, ainda baseada em Perrenoud (2002), onde a personalidade aparece como a característica fundamental da competência, ou seja, as pessoas que são ou não competentes, e não os artefatos tecnológicos. Nesse sentido, a base das competências apoia-se em: saber-fazer e saber-ser, onde o fazer está diretamente ligado àquilo que o trabalhador é capaz, e o ser está ligado às atitudes que o trabalhador toma frente às situações.

Após compreender a diferença entre a pedagogia de competências e a qualificação profissional, e também compreender que os termos são dependentes entre si, pois a competência requer um nível de qualificação para ser efetivada, a qualificação profissional pressupõe alguma capacidade operativa real, esta pesquisadora considera que, para o programa de aprendizagem, é necessário buscar uma pedagogia que contribua para um método de ensino e aprendizagem que favoreça e potencialize o adolescente vulnerável matriculado no programa, possibilitando ainda o aumento do seu desenvolvimento através da experiência da prática profissional, pautada no trabalho como princípio educativo.

3.3 ADOLESCÊNCIA

Para iniciar a discussão dessa categoria, é necessário diferenciar os termos adolescência e juventude. Apesar de ambos serem condições sociais determinadas por uma faixa etária, e muitas vezes serem utilizados como sinônimos, os conceitos para sancionamento de leis são diferentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA¹², promulgado em 1990, no seu artigo 2º, considera adolescente aquela pessoa entre doze (12) e dezoito (18) anos de idade. Já o Estatuto da Juventude¹³, assinado em 2013, em seu artigo 1º, parágrafo 2º, considera jovens as pessoas entre quinze (15) e vinte e nove (29) anos de idade. No caso das medidas socioeducativas, as mesmas são aplicáveis às pessoas com faixa etária entre doze (12) e dezoito (18) anos de idade, podendo estender-se excepcionalmente a jovens com até vinte e um (21) anos incompletos, conforme previsto no artigo 2º do ECA. Este trabalho analisou adolescentes na faixa etária entre quinze (15) e dezoito (18) anos de idade, porém para analisar o termo adolescência há estudos como os de Bernardim e Silva que se referem a este público. Sendo assim, nessa categoria será analisado inicialmente o jovem e depois o adolescente da socioeducação.

A vida dos jovens está repleta de influências da família, dos amigos, dos professores, dos meios em que vive e convive. Influências que constituem histórias que nem sempre são positivas e que contribuem para que o jovem faça suas escolhas. Porém a juventude brasileira ainda não é considerada sujeito de direitos, portanto nem sempre sendo eficientemente beneficiada pelas políticas públicas. Alguns estudos realizados, como o de Vanucchi (2004) e Branco (2005) (apud FERRETTI, 1994 p. 100), identificaram que a maior preocupação do jovem atual está relacionada com a colocação e a permanência no mercado de trabalho. De acordo com Guimarães (apud FERRETTI, 1994, p. 101) o trabalho é central para a vida do jovem, acima de referências e valores culturais e sociais, porém essa centralidade destaca-se nos jovens de baixa renda, com menor escolaridade, negros e com idade entre 16 a 24 anos. Essa preocupação acaba sendo reforçada pelas próprias políticas públicas educacionais, que se adequam ao sistema produtivo, reforçando que esse é o interesse de toda a sociedade.

O enfoque coloca sobre os ombros dos indivíduos uma carga de responsabilidades que não lhes diz respeito, uma vez que as determinações do desemprego situam-se no plano

¹² O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

¹³ O Estatuto da Juventude, promulgado em 05 de agosto de 2013, dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas da juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

econômico e político e não apenas ou principalmente no maior ou menor nível de educação e de qualificação profissional dos demandantes a um espaço no mercado de trabalho (FERRETTI, 1994, p. 102).

Porém, o que é ser jovem? O que significa juventude? Pela dificuldade de aplicação das políticas públicas mais específicas para esse grupo percebe-se, como já foi apresentado, que os jovens brasileiros não são reconhecidos como cidadãos ativos e participantes da sociedade, o que dificulta ainda mais a passagem por essa fase da vida. O adolescente que nos interessa é aquele marcado pelo ato infracional como o determinante da sua vida, que busca sua identidade através do ato cometido, na grande maioria sem estrutura familiar, cujo projeto de vida se construirá através e durante o trabalho. É preciso um olhar específico para esse adolescente, principalmente diante das transformações da sociedade e da complexidade do ser adolescente.

Segundo Bernardim (2013, p. 93), é possível classificar a juventude de acordo com dois aspectos relevantes: a corrente geracional, que “tomaria a juventude pelo seu recorte etário”; e a corrente classista, em que “a juventude seria homogeneizada pela possibilidade histórica da emergência da transformação”. Normalmente apontados por incomodar, porém com um desejo imenso de realizar, a maioria dos jovens convive com um passado esperançoso, um presente vulnerável e um futuro sem perspectivas. Primeiro porque os jovens de 15 a 24 anos fazem parte do grupo mais suscetível à morte violenta, com 150% mais risco que o restante da população, e segundo, porque devido às características específicas dessa fase os jovens ainda não são respeitados enquanto seres ativos da sociedade. Segundo Dayrell (2007, p. 67), “a condição juvenil é uma categoria socialmente construída” e essa condição é fortemente influenciada pelos contextos históricos, sociais, culturais em que o adolescente está inserido. A condição juvenil está ligada à maneira de ser de alguém, refere-se ao modo como a sociedade encara essa fase da vida.

A constituição da condição juvenil parece ser mais complexa, com o jovem vivendo experiências variadas e, às vezes, contraditórias. Constitui-se como um ator plural, produto de experiências de socialização em contextos sociais múltiplos, dentre os quais ganham centralidade aqueles que ocorrem nos espaços intersticiais dominados pelas relações de sociabilidade. Os valores e comportamentos apreendidos no âmbito da família, por exemplo, são confrontados com outros valores e modos de vida percebidos no âmbito do grupo de pares, da escola, das mídias, etc. Pertence assim, simultaneamente, no curso de sua trajetória de socialização, a universos sociais variados, ampliando os universos sociais de referência. (DAYRELL, 2010, p. 76)

O autor apresenta três dimensões da condição juvenil, sendo elas: trabalho, cultura e sociabilidade. Na dimensão do trabalho, é importante inicialmente situar o lugar social do jovem,

por estar intimamente relacionado com a maneira como o mesmo irá priorizar o trabalho na sua vida. Para o jovem pobre, que precisa garantir sua sobrevivência, o trabalho é central nesta fase. Segundo dados da PNAD (BRASIL, 2016, p. 89), 66,5% dos jovens estão envolvidos de alguma maneira com o mundo do trabalho. Segundo Bernardim (2013) a maioria valoriza a carteira assinada e a satisfação no trabalho, diferente da opinião dos pais que valorizam a carteira assinada e o salário. Nesse sentido, os pais exercem uma pressão forte sobre a escolha da carreira dos jovens, levando em consideração carreiras mais seguras e com maior retorno financeiro. Ao mesmo tempo em que o jovem identifica o trabalho como a condição de sobrevivência para interações sociais como namoro, consumo e lazer, também enfrenta o desemprego, principalmente para os mais pobres, de baixa escolaridade. Pode-se concluir que, ou os pais têm dificuldade de interpretar a vontade dos filhos, e/ou têm se negado a ouvi-las e alinhar suas expectativas aos projetos de vida dos seus filhos.

Para o adolescente a falta do emprego e as questões econômicas associam-se ao fracasso, o que ajudam a explicar sem, contudo, e por si só justificarem a criminalidade e, no caso deste estudo o ato infracional. Segundo Bernardim e Silva (2017), embora a grande parte das pesquisas sobre juventude foque na centralidade do trabalho e na formação do jovem para inserção no mercado de trabalho e conseqüente reprodução da existência humana, é necessário considerar que o jovem trabalhador não se limita à constituição de sua materialidade, mas também à construção do seu posicionamento perante a sociedade, a maneira de se expressar como sujeito do seu tempo. A tensão entre a necessidade do salário para sobrevivência e reprodução de vida *versus* a satisfação pelo trabalho enquanto realização da sociabilidade apresenta-se como desencanto deste grupo, podendo explicar o grande contingente de jovens que nem trabalham e nem estudam.

Na dimensão de cultura juvenil, compreende-se que cada vez mais os jovens são reconhecidos pelo seu modo de ser, sua maneira de falar, de vestir, cantar, de se relacionar nas redes sociais expressando sua identidade e, muitas vezes causando estranheza nos adultos. Segundo a pesquisa nacional sobre o Perfil da Juventude, de 2003 (Instituto Cidadania), “os jovens ressaltam a predominância de atividades de diversão, de passeio, de fruição de bens da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa” (DAYRELL, 2010, p. 71). Na dimensão da sociabilidade, estabelecida com os amigos é que ocorre a trajetória da juventude. É com os amigos que o jovem se diverte, namora, se afirma perante o mundo, relaciona-se com o tempo e com o espaço. É através da sociabilidade que o jovem responde à sociedade, apresentando sua identidade.

Mas nessa dimensão temos de considerar, também, as expressões de conflitos e violência existentes no universo juvenil que, apesar de não ser generalizada, costumam ocorrer em torno e com base nos grupos de amigos, sobretudo masculinos. As discussões, brigas e até mesmo atos de vandalismo e delinquência, presentes entre os jovens, não podem ser dissociados da violência mais geral e multifacetada que permeia a sociedade brasileira, expressão do descontentamento dos adolescentes diante de uma ordem social injusta, da descrença política e do esgarçamento dos laços de solidariedade, dentre outros fatores. Mas há também uma representação da imagem masculina associada à virilidade e à coragem, que é muito cultuada na cultura popular, constituindo-se um valor que é perseguido por muitos e que, aliada à competição, cumpre uma função na construção da sociabilidade juvenil (DAYRELL, 2010, p. 72)

Nos debates nacionais, os atos infracionais cometidos pelos adolescentes vêm ocupando os temas centrais das discussões. Segundo Adorno (2002), frequentemente as crianças e adolescentes são apontados como responsáveis pelo aumento da violência das capitais brasileiras, principalmente em atos como homicídios. A mídia diariamente propaga imagens que reforçam essa indicação, veiculando imagens de crianças e adolescentes utilizando drogas, praticando assaltos, etc., porém, atribuir o aumento da violência aos adolescentes cria, no imaginário social, a isenção da responsabilidade coletiva pela situação, além de causar uma confusão na situação dos adolescentes envolvidos em situação de violência, pois ora são tratados como vítimas, ora como causadores da violência urbana. As mudanças nas características da sociedade, dos sistemas de produção e do consumo influenciam o desenvolvimento dos adolescentes.

Diante desse cenário, foi necessária a implantação do Estatuto da Juventude, através da Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013, que além de ampliar a faixa etária da categoria, buscou oportunizar a criação de políticas públicas abrangentes, ou seja, políticas passíveis de atingir a todos, pois determina os seguintes direitos: à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à diversidade e à igualdade; à saúde; à cultura; à comunicação e à liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer; ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente; e à segurança pública e ao acesso à justiça. O Estatuto da Juventude foi estabelecido sob a ótica das políticas públicas “orientadas para o atendimento daqueles que mais sofrem com o processo de marginalização inerente ao próprio sistema, a saber: a classe trabalhadora” (BERNARDIM, 2013, p. 96). Considera-se que os saberes construídos pelos jovens nos espaços onde convivem constituem a sua subjetividade, que é forjada durante todos os momentos de relação com o outro, constituindo então o ser em sua totalidade.

A complexidade de conceituação de juventude, apresentada nos estudos de Bernardim e Silva (2017), perpassa as relações sociais. O estudo identifica que não basta conceituar a juventude conforme faixa etária ou características biológicas, mas orientar-se pela busca do sentido de ser jovem, não pelo que o conceito aparenta ser ou pelo significado que a sociedade atribui, mas sim pela complexidade que a busca pelo sentido do que ser jovem realmente é. Ou seja,

os jovens são invariavelmente referidos pela potencialidade e pelo esplendor, normalmente sujeitos ao condicionamento social, simultaneamente às negativas que recebem por serem portadores de uma inquietude que incomoda e de um desejo genuíno de realização como sujeitos de seu tempo. Boa parte dos jovens confronta-se, portanto, com um passado de esperanças, um presente de grave vulnerabilidade material e de negação da subjetividade, e um futuro sem perspectivas de melhoria. (BERNARDIM; SILVA, 2017, p. 693)

As relações com escola e trabalho acabam sendo prioritárias para a compreensão do jovem, porém é necessário considerar todos os elementos da prática social, para então compreender o jovem em sua totalidade complexa, de pontos de vista e julgamentos próprios da pessoa, conforme seus sentimentos, preferências, experiências, onde tudo isso determina o seu lugar e a sua maneira de agir na sociedade. Com um passado esperançoso e um presente de muita vulnerabilidade socioeconômica, é necessário identificar os elementos que confundem a compreensão de ser jovem para que esses sejam ponto de partida para criação de novas possibilidades, abrangendo não só a materialidade, mas a satisfação de pertencer a uma sociedade e de poder participar, escolher, decidir sobre os assuntos que lhes dizem respeito.

3.4 O ADOLESCENTE DA SOCIOEDUCAÇÃO

Quando analisamos o adolescente da socioeducação, observamos que o ato infracional passa a determinar sua vida. É a partir dele que o adolescente se constitui enquanto indivíduo e passa a pertencer a um grupo. Todas as suas ações, conversas, amizades, decisões passam a girar em torno do ato cometido, e seguir regras torna-se quase impossível. Segundo Mocelin (2016), os adolescentes que cometiam ato infracional, normalmente eram meninos ou meninas abandonadas, deixados pelas ruas por serem filhos de mães solteiras ou com problemas de saúde mental ou física. Justamente por estarem nas ruas envolvem-se com pequenos delitos, que normalmente, acabavam por tomar proporções que fugiam do controle de segurança, ou da doutrina de proteção integral.

Com a implementação do ECA, o adolescente passa a ser reconhecido como ser humano em desenvolvimento, tendo direito a respeito, escola, saúde e condições de sobrevivência. O termo menor deixa de ser utilizado e passa-se a utilizar os termos “criança” e “adolescente”. O que era considerado crime agora passa a ser “ato infracional”, no caso dos adolescentes. Tanto a criança quanto o adolescente passam a ser prioridade absoluta, considerando que ambos não possuem o conhecimento de seus direitos e por não conseguirem sozinhos suprir suas necessidades básicas. Porém, o grande avanço do ECA foi considerar a criança e o adolescente seres humanos completos.

Não se pode traçar um perfil exato do adolescente da socioeducação, pois as classes sociais, os níveis de escolaridade e as histórias familiares são as mais diversas. Ainda segundo Mocelin (2016, p. 43), “existem adolescentes vivendo com pais biológicos, em condições de subsistência mínima, que contrariam a teoria de que famílias desestruturadas, compreendidas pelo senso comum, como aquelas sem a presença de um dos pais, originem filhos delinquentes”. Com a criação da Lei do SINASE, criou-se também o Sistema de Medidas Socioeducativas, que possibilita identificar o perfil do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade. Segundo o relatório do DAESE¹⁴ (BRASIL, 2015, p. 17), 93% dos adolescentes em cumprimento de medida são meninos (879 adolescentes), 46% possui cor (autodeclarada) parda, e 98% são brasileiros. O maior número de adolescentes está na faixa etária de 17 anos, 76% são reincidentes e 83% são reinternados. Com relação ao ato infracional, encontram-se: 23,10% refere-se a roubos; 16,07% dos atos são relacionados a tráfico de drogas; 14,61% encaixam-se como roubo agravado; 9,88% são homicídios qualificados; 5,88% são homicídios simples; 3,46% relacionam-se a furtos qualificados; 2,91% são decorrentes ao descumprimento da medida; 2,49% de atos com roubo resultando em morte; 1,94% são decorrentes da lei do desarmamento; 1,88% indicam furtos simples; 1,82% relacionam-se a ameaças; 1,76% receptação; e 1,33% não informado. Na Comarca de Curitiba, sessenta por cento dos processos relacionados à aplicação de medidas socioeducativas apresentaram indícios de violência, o que pode ser considerado grave. O perfil do adolescente da socioeducação de Curitiba é: a grande maioria não possui filhos, com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, com composição familiar

¹⁴ Relatório de Ações do Departamento de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná. Este departamento é vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU. No ano de 2015 o Paraná contava com 18 Centros de Socioeducação (CENSE) e 08 Casas de Semiliberdade, totalizando 1032 vagas.

de 4 a 6 pessoas, porém em sua maioria reside apenas com a mãe. Em sua maioria estão fora da escola e sem trabalho, os “nem-nem”, além de serem excluídos dos seus direitos sociais.

O adolescente da socioeducação é, quase sempre, marcado por uma trajetória com dificuldades de aprendizagem, notas baixas, evasão e reprovações. Quando essa trajetória é marcada nos adolescentes das classes menos favorecidas economicamente, esses indicadores podem trazer consequências mais graves, podendo gerar sentimento de frustração e impotência, normalmente levando o adolescente a cometer delitos. Segundo um levantamento estatístico realizado no estado do Paraná, no ano de 2008, pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ), dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e/ou internação provisória, 67,03% estavam afastados da escola antes da privação de liberdade, e somente 26,79% estavam regularmente matriculados. Como observado também na turma analisada, a maioria dos adolescentes ainda não havia concluído o ensino fundamental ciclo II. Como afirmam Guerresi e Silva (apud PARANÁ, 2015, p. 16), “o ato infracional efetuado pelo adolescente, nem sempre se encontra agregado à situação de pobreza ou miséria em si”.

Pelo trabalho ou pela preparação para o trabalho se educa, e se educa numa perspectiva nova, de modo a incorporar valores e comportamentos que permitam vislumbrar uma outra realidade, diferente daquela que levou os adolescentes a cometerem as infrações. A qualificação profissional não pode e não deve ser vista como estratégia que depende da vontade do sujeito isoladamente, mas compreendida como passo indispensável para a integração, ainda que tardia, dos adolescentes à sociedade. Porém, como bem colocado por Ferretti (1994), a responsabilidade da empregabilidade não pode ser do adolescente e a educação profissional não resolverá o problema de desemprego que o Brasil enfrenta há anos, sendo necessárias outras políticas públicas que busquem alterar esta realidade. Para Costa (apud MOCELIN, 2016, p. 44), “não se está diante de um infrator que por acaso é adolescente, mas exatamente ao contrário, se está diante de um adolescente que por alguma circunstância cometeu um ato infracional”.

3.5 CIDADANIA

Na análise do programa de aprendizagem desenvolvida com adolescentes egressos ou em cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços comunitários e/ou liberdade assistida, não poderíamos deixar de considerar a categoria cidadania pois, segundo Oliveira (1999)

é a falta da cidadania que gera a exclusão. O autor realizou uma análise na FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor¹⁵, onde concluiu que a reclusão reforça e produz a exclusão, porque ela constrói um perfil onde o excluído “não tem mais capacidade de ativar¹⁶ seus mecanismos de inclusão na sociedade, sua plenitude de autonomia” (OLIVEIRA, 1999, p. 7). Neste sentido torna-se necessário abordar essa categoria, pois o objetivo era analisar o contexto em que esses adolescentes se encontram, assistidos em sua liberdade e premiados pela necessidade de serem acolhidos social e economicamente. Ainda segundo Oliveira (1999), é necessário refletir sobre o desacordo da sociedade composta por cidadãos que possuem plena consciência da sua autonomia enquanto pessoas, e das instituições coletivas – aquelas que determinam a esfera pública – que pouco oferecem autonomia. É preciso minimizar esse desacordo, porque o cidadão pode e deve ser ativo, mesmo nas condições desfavorecidas que as instituições oferecem.

O termo cidadania ganhou importância com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, surgida no processo da Revolução Francesa, época em que os burgueses defendiam a cidadania para todos. Na medida em que a educação buscava formar cidadãos mais livres, relacionava-se com o desenvolvimento da cidadania. Segundo Tonet (2016, p. 47), “partimos, na esteira de Marx, do pressuposto de que o trabalho (entendido como aquela atividade humana que faz a mediação entre o homem e a natureza) é o fundamento ontológico do ser social”. Ou seja, Marx considera o trabalho como ato constituidor do ser humano, ao mesmo tempo que transforma a natureza, o homem se constitui como um “ser essencialmente histórico, ativo, social, universal, consciente e livre” (TONET, 2016, p. 61). O trabalho sempre será o condutor do processo social. Sendo assim, se pretendemos entender a natureza da cidadania é necessário começar pela natureza do trabalho, pois este fundamenta a sociabilidade. Para Marx, o que constitui o ser social é o trabalho, e é isso que nos permite definir o ser humano como um ser da *práxis*. Nesse sentido, é através do trabalho que os seres humanos se tornam seres sociais, surgindo então as relações de poder e de classes. Na sociedade capitalista, existe uma relação dialética entre a sociedade civil e

¹⁵ Atualmente intitulada Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), foi criada pelo Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, com função de executar as medidas socioeducativas.

¹⁶ Para Oliveira (1999, p. 8) “ativar quer dizer usar um conjunto de instituições, de mecanismos que já existem na sociedade; usá-los para exercer de fato sua autonomia. Esse ativar tem sentido de um movimento em expansão, não é um estado de repouso. Trata-se de possibilitar a criação pela sociedade civil desses mecanismos, regulamentos, instituições, sem os quais ela na verdade não existe, sem os quais se reduz de novo a sociedade civil a um conjunto automatizado de indivíduos, e aí não funciona”.

a emancipação política, da qual a democracia e a cidadania fazem parte, onde são necessárias pessoas livres e autônomas. Assim, para Marx o indivíduo, mesmo na condição de cidadão, continua sendo explorado pela lógica do capital.

A teoria liberal da cidadania considera que cada ser humano é proprietário de si e de seu corpo, compreendendo que todos os homens são iguais e livres por natureza. O ser humano se constitui através do trabalho, porém no sistema capitalista vende sua força-de-trabalho, tornando-se uma mercadoria, vendida de acordo com as leis de mercado e utilizada para produção de novas mercadorias, aumentando assim a riqueza do capitalista. Desse modo,

[...] a dimensão democrático/cidadã é, ao mesmo tempo, expressão e condição de reprodução da desigualdade social. O que significa que, por mais aperfeiçoada que seja a cidadania, ela jamais eliminará a desigualdade social, jamais permitirá aos indivíduos serem efetiva e plenamente livres. (TONET, 2016, p. 49)

Apesar da cidadania não significar o fim das desigualdades sociais, não podemos esquecer sua contribuição para a construção de uma sociedade menos injusta, embora sem nunca ocupar o lugar da emancipação humana. Segundo Oliveira (apud BAVA, 1999, s/a, p. 3), “a cidadania enquanto uma dimensão universal não nega qualquer especificidade, ao contrário, reforça as especificidades. Quando se diz que você primeiro é cidadão e depois..., esse depois é uma forma só analítica de dizer”. É necessário um processo em que sejam identificadas todas as dimensões - étnica, religiosa, econômica, política, cultural -, para se alcançar a cidadania em sua plenitude.

Segundo Tonet (2016), contribuir para a formação de cidadãos será sempre contribuir para a formação de indivíduos cada vez mais livres e humanos. Porém, é importante refletirmos sobre a condição da cidadania. Será que realmente somos formados para vivermos livremente?

Para Oliveira (1999, p. 1),

A cidadania seria uma espécie de estado de espírito em que o cidadão fosse alguém dentro da sociedade – evidentemente não haveria cidadão fora dela -, fosse alguém que estivesse em pleno gozo de sua autonomia, e esse gozo de sua autonomia não fosse um gozo passivo, mas sim um gozo ativo, de plena capacidade de intervir nos negócios da sociedade da qual ele faz parte. Isso na concepção ativa de cidadania, não apenas de quem recebe, mas na verdade de um ator que usa seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar no espaço público. No fundo, a cidadania, a meu modo de ver, pode ser definida em forma sintética como o estado pleno de autonomia, quer dizer, saber escolher, poder escolher e efetivar as escolhas. Esse conceito é uma coisa totalmente escorregadia e difícil de precisar. O indivíduo então, não se realiza sem a sua expressão coletiva. O pleno gozo de sua autonomia, ele só consegue mediado por instituições.

No pensamento burguês, existe uma separação entre proprietários e não proprietários, e somente os proprietários têm direito à plena liberdade e cidadania. Para os não proprietários existia

uma cidadania de segunda ordem, cuja educação tem a função de disciplinar para a produção. Diante desse cenário, se percebe que a cidadania seria uma ferramenta de equilíbrio das desigualdades sociais. Segundo Chauí (1997, p. 433), a sociedade democrática moderna “institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e à criação de novos direitos”. Entendendo então que a cidadania está ligada à liberdade, o papel da educação para a cidadania é contribuir para formar os indivíduos como cidadãos críticos, participantes ativos do processo social. Nesta linha, é necessária uma educação que

[...] garanta um nível cada vez mais elevado de acesso ao saber, o que implica melhorar as condições gerais de trabalho de todos os envolvidos no processo; buscar métodos democráticos e ativos de ensino-aprendizagem; estabelecer uma interação ativa entre a escola e a comunidade; estabelecer formas democráticas e participativas tanto na gestão da escola quanto na elaboração da política educacional mais geral, etc. em resumo, construindo experiências de educação democrática, participativa, autônoma e sintonizada com os interesses das classes populares (TONET, 2016, p. 63).

Para Oliveira (1999), a formação é necessária, pois através dela que se tem e se conhecem todas as formas de sociabilidade, é na formação que se compreendem as dinâmicas da sociabilidade, onde sem essa compreensão não se ativa a cidadania, e isso ocorre através do conhecimento formal. Porém, somente com o conhecimento formal não ocorre a cidadania em sua plenitude, pois formar cidadãos além de um processo reflexivo é formar para o conflito. Para se alcançar a plenitude é preciso atuar ativamente, e essa atuação ocorre quando o conflito aparece, só através dele é possível ampliar os direitos e resistir à desconstrução da cidadania. O conflito possibilita a plenitude da cidadania porque, apesar das regras públicas não agirem completamente, favorecem a autonomia. É na esfera pública que o cidadão finalmente exerce sua autonomia plena, porém para isso é preciso que cada indivíduo seja ativo, tenha consciência dos seus direitos, podendo acessar, trabalhar, manipular os recursos, utilizando e usufruindo dos mesmos, conforme a sociabilidade.

Diante desse cenário, buscar a cidadania é almejar um mundo onde a educação formaria pessoas conscientes dos seus direitos e deveres, com olhar crítico sobre os problemas e participação ativa na democracia. Esse trabalho é permanente e, numa sociedade onde a maioria nasce limitada em exercer a plenitude da sua autonomia, onde adolescentes são excluídos antes e após agirem erroneamente, com aplicação de medidas que reforçam a exclusão, esse trabalho é muito mais árduo.

3.6 RESSOCIALIZAÇÃO OU REINTEGRAÇÃO?

Esta reflexão concerne principalmente sobre a possibilidade de ressocializar adolescentes que nunca foram socializados. A partir dos estudos de Mocelin (1996), Costa (2004) e Julião (2013), serão identificadas algumas percepções sobre o processo de possibilidades de transformação da realidade social dos adolescentes da socioeducação. Para Julião (2013), é no universo punitivo que se encontram as instituições socioeducativas destinadas ao adolescente, baseadas no princípio pedagógico da ressocialização: aprisionando para educar. A maioria dos atores envolvidos com a socioeducação defendem uma educação associada à qualificação profissional, onde exista a articulação entre educação e trabalho, porém ao adolescente da socioeducação a oportunidade de trabalho formal quase sempre não existe. Mesmo assim, o trabalho informal acaba sendo mais valorizado do que o estudo. Muitas vezes é através do trabalho informal que o adolescente contribui para o sustento da família, o que o leva a abandonar os estudos.

O conceito de ressocialização está intimamente ligado ao sentido de socializar novamente, e é basicamente utilizado no contexto da socioeducação, “a socialização é um processo de aprendizagem que se apoia, em parte, no ensino explícito e, também em parte, na aprendizagem latente – ou seja, na absorção inadvertida de formas consideradas evidentes de relacionamentos com os outros” (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996, p. 711). Quando observados os adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas, ou egressos, se percebe que é necessário pensar a ressocialização de todo adolescente submetido à socioeducação, independente do seu regime, pois a socialização está evidente em qualquer tipo de relacionamento, ou seja, no ato de ressocializar – socializar novamente – é necessária a mudança na maneira de se relacionar com o outro para que exista uma nova socialização. Segundo Elias (apud JULIÃO, 2009, p. 61),

A civilização não é ‘razoável’, nem ‘racional’, como também não é ‘irracional’. É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver. [...] é precisamente em combinação com o processo civilizador que a dinâmica cega dos homens, entremisturando-se em seus atos e objetivos, gradualmente leva a um campo de ação mais vasto para a intervenção planejada nas estruturas social e individual – intervenção está baseada num conhecimento cada vez maior da dinâmica não-planejada dessas estruturas.

Elias considera que o processo de civilização é a oficialização de hábitos coletivos que controlam e regulam individualmente e estabelecem as divisões de funções dentro da sociedade,

mantendo-as interdependentes, fazendo então com que cada ação de um indivíduo seja integrada à ação do outro. Dessa forma, o indivíduo passa a submeter-se a regras rigorosas que autocontrolam sua conduta, e aqueles que não seguem as regras ou não exercem o autocontrole de acordo com os hábitos sociais oficializados são considerados anormais, e devem ser punidos pelos seus atos. Para que isso não ocorra, são criadas pelo Estado instituições com o objetivo de ensinar os hábitos, controles e regras para que os indivíduos possam socializar-se. Com a implantação do ECA, o adolescente passa a ser responsabilizado penalmente por seus atos, mas não é imputável penalmente, ou seja, o adolescente é responsabilizado pelos seus atos nos critérios estabelecidos pela aplicação das medidas socioeducativas e não pelas penas do Código Penal.

O processo pedagógico é considerado o processo chave na ressocialização, porém para compreendermos esse processo hegemônico temos que considerar que: a maioria dos adolescentes da socioeducação já estavam excluídos da sociedade, sendo considerados adolescentes ligados a delitos que vivem à margem da sociedade; para se ressocializar, esses adolescentes precisam participar ativamente de atividades que o tornem cidadão com deveres e direitos. Na maior parte das medidas socioeducativas, a privação de liberdade tem sido a pena mais sancionada, o que acaba por excluir e segregar ainda mais o adolescente infrator. Atualmente, a ideia de ressocialização está ligada a ensinar o indivíduo a seguir as regras. A ressocialização baseia-se num processo coercitivo, onde o indivíduo passará a seguir as regras, e concomitantemente aprenderá seu papel na sociedade contraditória, podendo então retornar a ela. Analisando o discurso jurídico da socioeducação sobre ressocialização, conclui-se que o conceito está sendo utilizado para mascarar a prática social repressiva do castigo e da violência real do Estado, que nada mais é que o próprio castigo (JULIÃO, 2009, p. 74).

Neste cenário, onde a medida socioeducativa tem o objetivo de ensinar o adolescente a seguir as regras e a ressocialização nada mais é que o próprio castigo, surge então o conceito de socialização, onde o sistema de medidas socioeducativas compreende suas limitações, tanto institucionais quanto profissionais, e busca instituições e parcerias para atuar com estratégias mais completas da socialização, onde o adolescente, além do acompanhamento da medida socioeducativa, iniciará o seu processo de convívio social. Para que isso ocorra com sucesso, é necessário que durante esse período o adolescente seja submetido a experiências diversas, sendo as mais relevantes: o trabalho formal e a escola regular e profissional. As estratégias educativas

utilizadas devem influenciar o adolescente positivamente, contribuindo para a compreensão e aceitação de si.

Neste contexto, o objetivo da educação passa a ser não somente a disciplina, mas também o desenvolvimento do senso de autonomia. A educação profissional deve apresentar uma proposta pedagógica baseada no aprender a ser e a conviver, além de garantir o desenvolvimento das competências pessoais, sociais, produtivas e cognitivas. A educação passa a ser o meio pelo qual a sociedade prepara os adolescentes para condições de sobrevivência.

[...] a educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. (MOCELIN, 2016, p. 69)

Para Gramsci (2001), a escola é a instituição da sociedade civil que legitima os modelos de comportamentos e a hierarquia dos indivíduos dentro das sociedades. O funcionamento da escola acaba sendo também um instrumento de controle, pois através da escola os conceitos de disciplina, ordem, obediência, divisão do trabalho intelectual e manual são desenvolvidos e repassados aos indivíduos, ou seja, “a escola é, por outras palavras, lugar de doutrinação, sem que a criança possa verificar o que lhe é transmitido” (MOCELIN, 2016, p. 70). Para que isso ocorra, são necessárias aprendizagens que partam de pressupostos do desenvolvimento integral. A Declaração de Jomtien, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia em 1990, apresentou definições e novas abordagens sobre a aprendizagem, partindo dos seguintes pressupostos:

Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro; Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, económico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional; Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social; Reconhecendo que o conhecimento tradicional e o património cultural têm utilidade e valor próprios, assim como a capacidade de definir e promover o desenvolvimento; Admitindo que, em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível; Reconhecendo que uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autónomo; e Reconhecendo a necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras uma visão. (UNESCO, 1990, p. 2-3)

Baseada nesses pressupostos, a Declaração ressaltou a necessidade de respeito à dignidade humana, estabelecendo que a melhor maneira de o fazer é respeitar o ser humano em todos os seus direitos, por isso a relação entre aprendizagem e direito é fundamental. Para o ECA, a maneira de respeitar o ser humano é garantir a proteção integral da criança e do adolescente, ou seja, garantir o direito à sobrevivência, ao desenvolvimento pessoal e social e o direito à liberdade, respeito e dignidade, convivência familiar e comunitária. Mesmo garantindo a proteção integral, o ECA ainda causa muita rejeição, principalmente por respeitar e fortalecer os direitos das crianças e adolescentes. O que se encontra no meio educacional é um processo pedagógico punitivo, assim como na socioeducação.

Segundo Mocelin (1996), o adolescente da socioeducação somente retornará à sociedade quando passar pelo processo de humanização. Conforme Álvaro Viera Pinto (apud MOCELIN, 1996, p. 36) expõe, “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros a sua imagem e em função de seus interesses”. Sendo assim, a educação é constante na história das civilizações, diferenciando-se nos tempos e espaços, relacionando-se diretamente com o modelo de sociedade e homem que se quer formar. Nos espaços socioeducativos, esse processo está subentendido na reeducação dos adolescentes em conflito com a lei, pois quando o adolescente está inserido no processo de busca de sua transformação da realidade social, está continuamente em busca da produção da sua existência, e conseqüentemente de sua humanização.

3.7 REINCIDÊNCIA

O processo punitivo encontrado no meio educacional, também encontrado na socioeducação, pode ser observado a partir dos índices de reincidência. As medidas socioeducativas V e VI do ECA, que tratam da semiliberdade e da privação da liberdade, não têm garantido a ressocialização, não garantem a não reincidência criminal, e muito menos garantem os direitos previstos em lei das crianças e adolescentes. Como já apresentado anteriormente, o adolescente em conflito com a lei é submetido às políticas públicas que têm por objetivo a punição e o não envolvimento em nenhum tipo de delito após o período em que permaneceu na medida socioeducativa, porém a reincidência é recorrente, demonstrando que essas políticas não proporcionam condições econômicas, sociais, políticas e culturais para que não cometam nenhum ato infracional.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948 é considerada um marco na história dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, pois estabeleceu o direito a cuidados especiais. “A declaração dos direitos da criança de 1959 reitera em seu artigo 40 que, mesmo no caso de violação das leis penais, a criança e o adolescente merecem ser tratados com diferenças específicas de forma que seu fim seja o de promover sua dignidade com o objetivo de reintegrá-lo à sociedade” (MOCELIN, 2016, p. 32). No Brasil, regras sobre a proteção e a garantia dos direitos do adolescente infrator e regras de proteção à criança vítima de abandono ou violência foram incorporadas à legislação. Mesmo assim, ao analisar as normas referentes aos direitos e deveres da criança e do adolescente, a imputabilidade da lei, ou seja, a capacidade de atribuir às crianças e aos adolescentes a responsabilidade por um delito, percebe-se que ainda não existem ações que efetivamente levem à não ocorrência de reincidências.

Trabalhar com foco na não reincidência é compreender, inicialmente, que os adolescentes em conflito com a lei são antes de tudo adolescente com direitos de ser, adolescentes que buscam a reconstrução da sua cidadania. Quando se compreende que o adolescente é um ser integral, as medidas socioeducativas passam a ter o objetivo de inserção na vida em sociedade, proporcionando experiências que permitam ao adolescente viver na condição de cidadão.

Pode-se perceber, ao longo dessa dissertação, que os programas, as políticas públicas e as diretrizes orientadoras do trabalho com a socioeducação proporcionam um trabalho estruturado e focado na emancipação humana, suscitando um novo projeto de vida. Porém, de acordo com Costa (2004), a aplicação das leis da socioeducação e as orientações para o trabalho com os adolescentes infratores passou a significar uma realidade onde não há saída para a inclusão social, pois muitos dos adolescentes que cometem o ato infracional nem sempre são considerados adolescentes de direito pela sociedade, ou seja, não é possível reincluir o que não era incluso, ou seja, o problema fundante é que o adolescente da socioeducação quase sempre esteve à margem da sociedade, não se sente incluído. Isso ocorre porque para a criança e para o adolescente a família representa a primeira experiência de convivência social, um protótipo da sociedade mais ampla e que serve como rede de proteção, onde aprendem sobre a moral, a ética e a convivência em sociedade. Porém, normalmente as famílias dos adolescentes da socioeducação são aquelas que vivem à margem da sociedade também, essa família sofre com os reflexos da própria sociedade, que a impedem de oferecer a proteção integral, delegando o cuidado dos adolescentes a terceiros, aumentando o período de ausência de referência familiar. Considerando esta realidade, as leis e orientações da

socioeducação compartilham entre Estado e família do adolescente da socioeducação a responsabilidade pela garantia dos direitos e deveres da criança e do adolescente, tentando assim, minimizar a reincidência.

4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL QUE OPORTUNIZA A TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

Este capítulo apresenta a análise dos dados obtidos a partir das entrevistas realizadas com as pessoas chave da pesquisa e da narrativa com os alunos participantes do programa de aprendizagem, desenvolvido no município de Araucária. A partir do pressuposto que, segundo Marise Ramos (2001), a qualificação profissional é estruturante das relações de produção e dos códigos de acesso e permanência no mercado de trabalho. Convergimos com este pressuposto, levando em consideração que a qualificação depende das condições objetivas de trabalho e da disposição subjetiva por meio da qual os trabalhadores coletivos, como sujeitos ativos, constroem e reconstroem seu potencial de profissionalização. Neste ponto apresenta-se o motivo pelo qual a qualificação do trabalhador não pode ser considerada somente a efetivação prática das competências individuais.

A partir desses pressupostos teóricos e das falas apresentadas pelas pessoas chave da pesquisa, buscou-se identificar o significado da participação do programa de aprendizagem industrial dentro do processo da socioeducação. Analisando os dados de reincidência, percebe-se que as políticas públicas já existentes nem sempre proporcionam a transformação da realidade social desses adolescentes, às vezes levando a reforçar o processo de exclusão que os mesmos encontram-se. Como já apresentado anteriormente na Seção 1.1, elegemos três grupos para realizar as entrevistas, sendo eles: os funcionários da Prefeitura do Município de Araucária (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), os funcionários da Instituição Mantenedora (pedagogo e professor), além do Promotor do Ministério Público.

Diferenciamos o roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice) entre o Promotor do Ministério Público e os outros atores atuantes do programa. Em relação ao Promotor, a pergunta chave está relacionada com a criação do programa, e buscou-se identificar os motivos que o levaram a idealizar uma ação diferente das previstas nas políticas públicas já existentes. Para os funcionários da Prefeitura do Município de Araucária e da Instituição Mantenedora, as perguntas estão relacionadas: às principais dificuldades encontradas para a implantação do programa; à contribuição do programa para os alunos no que tange ao mundo do trabalho, profissão e cidadania, a fim de compreender se existiu uma mudança de realidade dos alunos após a participação no programa; aos possíveis motivos da evasão, considerando o nível de escolaridade e a mudança de rotina dos alunos participantes e as expectativas dos alunos em relação ao programa; e à retomada

da escolarização e acompanhamento dos egressos, a fim de compreender se o programa trouxe mudanças concretas no cotidiano dos alunos participantes.

Após a realização das entrevistas com as pessoas chave do programa foi possível compreender as diferentes visões que permeiam a questão da possibilidade de transformação da realidade social dos adolescentes da socioeducação, num cenário composto por dificuldades financeiras, baixa escolaridade e ausência de perspectivas de vida, ou seja, numa realidade de total exclusão social. A eventualidade de ingresso no mercado de trabalho, vinculada ao processo de qualificação profissional, passa a ser o ponto central da discussão.

A seguir apresenta-se a caracterização dos entrevistados:

Quadro 5 - Caracterização das pessoas chaves entrevistadas

Código do Entrevistado	Tempo de Duração e Data das Entrevistas	Função/Órgão	Tempo de atividade no Programa
E01	1h10min 22/01/2019	Promotor da Infância do Ministério Público	Desde o início
E02	2h40min 14/02/2019	Psicólogo COMSE	Desde 2016
E03	2h00min 14/02/2019	Assistente Social COMSE	Desde o início
E04	1h40min 14/02/2019	Serviço Social COMSE	Desde o início
E05	2h00min 14/02/2019	Pedagoga COMSE	Desde o início da implantação
E06	1h00min 14/02/2019	Psicólogo COMSE	Desde 2016
E07	40min 12/02/2019	Pedagoga Instituição Mantenedora	Desde 2016
E08	1h20min 12/02/2019	Professor Instituição Mantenedora	Desde 2016

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Para compreender o ponto de vista dos adolescentes participantes do programa, a pesquisadora se utilizou de duas atividades desenvolvidas pelos adolescentes durante a realização do curso. Uma, realizada logo no início do curso, intitulada entrevista autobiográfica, com objetivo de conhecer melhor os alunos, suas expectativas para a vida e o trabalho. A outra atividade, realizada com os adolescentes em 01/12/2016, buscou extrair as possíveis transformações ocorridas no cotidiano escolar, na vida pessoal e profissional dos alunos participantes. Ambas atividades podem ser consideradas entrevistas narrativas.

Abaixo, a caracterização dos alunos que realizaram as atividades:

Quadro 6 - Caracterização dos alunos que participaram das atividades

Código do Aluno	Composição Familiar	Gênero	Trabalho dos responsáveis
Aluno 01	Mãe, padrasto, um irmão	Masculino	Padrasto: soldador Mãe: administradora
Aluno 02	Mãe, padrasto, dois irmãos e duas irmãs	Masculino	Padrasto: desempregado Mãe: auxílio doença
Aluno 03	Mãe, padrasto, três irmãos	Masculino	Padrasto: serviços gerais
Aluno 04	Mãe, pai, dois irmãos	Feminino	Pai: Encarregado de solda Mãe: operadora de caixa
Aluno 05	Dois irmãos	Feminino	Pai: segurança Mãe: auxiliar administrativo
Aluno 06	Dois irmãos	Masculino	Mãe: limpeza
Aluno 07	3 irmãos	Masculino	Pai: Mestre de obras Mãe: administrativo
Aluno 08	Não respondeu	Masculino	Não respondeu (realizou somente a atividade em 01/12/2016)
Aluno 09	Dois irmãos	Masculino	Tia: empregada doméstica
Aluno 10	Mãe, pai, um irmão	Masculino	Pai: construção Mãe: empregada doméstica

Aluno 11	Duas irmãs	Masculino	Pai: pintor Mãe: costureira
Aluno 12	Mãe e quatro irmãos	Masculino	Não respondeu

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O foco principal da entrevista realizada com o Promotor do Ministério Público foi compreender os motivos da idealização de um programa diferente dos já existentes nas políticas públicas da socioeducação. Os principais temas tratados pelos funcionários da prefeitura do Município de Araucária entrevistados foram: a) principais dificuldades encontradas para a implantação do programa; b) relação entre os funcionários da prefeitura do município de Araucária e os funcionários da Instituição Mantenedora; c) possíveis melhorias sob o ponto de vista organizacional e administrativo; d) acompanhamento dos egressos no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho e escolarização. Já os temas extraídos das entrevistas dos funcionários da Instituição Mantenedora foram: a) contribuição do programa para os alunos no que diz respeito visão de mundo, profissão e cidadania; b) evasão dos alunos no transcorrer do curso e percentual de conclusão; c) expectativas dos alunos com relação ao programa; d) retomada da escolarização, mesmo após o término do programa; e) acompanhamento dos egressos no que diz respeito inserção no mercado de trabalho e escolarização. Para os alunos, o foco foi compreender os seguintes aspectos: a) relação com a família; b) escolaridade; c) expectativas relacionadas ao curso; d) futuro e projetos de vida pessoal e profissional; e) pontos positivos e/ou negativos agregados ao cotidiano do adolescente após o início do programa.

4.1 PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES ATORES ATUANTES SOBRE O PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR

Neste tópico buscou-se compreender, através das diferentes visões, quais as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do programa e a relação entre os diferentes atores atuantes no mesmo. Para realizar a análise das entrevistas, é importante retomar o papel de cada ator atuante no programa, a saber: a) promotoria, que seleciona os alunos para ingresso no programa, monitora a execução do mesmo, e contribui na inserção dos alunos no mercado de trabalho; b) funcionários da prefeitura do Município de Araucária, que articulam o contato com os responsáveis dos alunos, acionando os mesmos quando necessário, contribuem na tomada de decisão diante de alguma

situação, e contribuem nas orientações e tratativas com os alunos; c) funcionários da Instituição Mantenedora, que acompanham os alunos em sala de aula, realizam as orientações e tratativas com os alunos, buscam a inserção dos alunos no mercado de trabalho, bem como realizam a orientação das empresas sobre o programa de aprendizagem industrial e realizam a formação pedagógica da equipe de professores. Segundo o promotor:

Uma primeira dificuldade foi a interdisciplinaridade que o programa exige, já que foram necessários conhecimentos específicos da legislação de aprendizagem e trabalhista. Uma segunda dificuldade foi localizar parceiros com motivação suficiente para participar do projeto, já que, obrigatoriamente deve contar com entidades de aprendizagem e os serviços de assistência social. (E01)

Para os funcionários da prefeitura do Município de Araucária e os funcionários da Instituição Mantenedora, as maiores dificuldades estão relacionadas ao preconceito, postura e estratégias diferenciadas para lidar com os adolescentes e inserção no mercado de trabalho.

A relação dos profissionais com os adolescentes em cumprimento de medida. O preconceito e a dificuldade de lidar com as limitações e dificuldades de aprendizagem deles. (E04)

Em relação aos adolescentes em medida socioeducativa foi a adesão das empresas na contratação desses adolescentes. (E05)

No que diz respeito à relação entre a coordenação e a Instituição Mantenedora, os funcionários da prefeitura aparentemente não compreenderam a questão, entretanto, a percepção da pesquisadora, é que os funcionários não se sentiram à vontade para respondê-la, talvez por se tratar de um programa desenvolvido por outra Instituição (Mantenedora) que não a responsável pela aplicação das medidas socioeducativas, ou seja, a Instituição Mantenedora que desenvolveu o curso aceitou os alunos oriundos da socioeducação, mas não possui responsabilidade legal no atendimento das medidas socioeducativas, responsabilidade essa da administração pública, no caso, o próprio COMSE. Dessa maneira, o vínculo entre os órgãos foi de muito companheirismo, o que pode ter levado a equipe a demonstrar o desconforto com relação à questão. Outro ponto percebido é que, ao longo do desenvolvimento do programa os conflitos foram gerenciados e a equipe soube trabalhar de maneira assertiva, buscando o bem comum dos adolescentes participantes.

Sob o ponto de vista organizacional e administrativo, analisou-se que a questão de formação pedagógica para a equipe atuante no programa foi o ponto mais citado como oportunidade de melhoria.

Ampliar conhecimento sobre SINASE. (E03)

Acredito que os profissionais envolvidos devem ser capacitados para trabalhar com adolescentes em situação de vulnerabilidade e baixa escolaridade. (E04)

A capacitação e sensibilização dos profissionais que atuam diretamente com os adolescentes envolvidos no Projeto. (E05)

Diante do exposto pelos entrevistados, pode-se perceber que a necessidade de um trabalho interdisciplinar para o atendimento das medidas socioeducativas apresentado pelas próprias políticas públicas é extremamente relevante para o sucesso da aplicação das mesmas. Este ponto, levantado pela promotoria, deve ser levado em consideração por todos os órgãos atuantes na socioeducação, pois somente através da atuação interdisciplinar é possível tentar transformar a realidade do adolescente. Outro quesito importante levantado nas entrevistas diz respeito à formação da equipe atuante: apesar da prefeitura do município contar com assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, percebeu-se que o ator mais relevante no trabalho com esse público é o professor, que convive diariamente em sala de aula com os alunos, e através dessa convivência consegue proporcionar novas experiências e novas relações que podem modificar sua postura perante os acontecimentos da vida. Dessa forma, é necessário ampliar a capacitação dos professores tanto no desenvolvimento de aulas com alunos que não possuem o pré-requisito de aprendizagem (como por exemplo: matemática básica, interpretação de textos) necessário para a compreensão de conhecimentos tratados pela educação profissional, quanto na compreensão da legislação do Sistema Nacional de Atendimento da Medidas Socioeducativas, potencializando assim o conhecimento sobre o seu público. A falta de adesão das empresas reforça o preconceito existente na sociedade diante das medidas socioeducativas, o que possivelmente aumenta a exclusão desse público, contribuindo para que permaneça à margem da sociedade. Vale frisar que muitas empresas somente aderiram ao programa devido à atuação do promotor.

O Programa oportunizou aos alunos uma experiência e vivência diferenciada de seu cotidiano de vida. Antes de serem integrantes, muitos não tinham o encaminhamento e a orientação necessária acerca das regras e direcionamentos de sua vida profissional e pessoal. O Programa também apresentou uma nova realidade com diversas oportunidades de aprendizado e de crescimento profissional, dos quais teriam grande dificuldade de ingressar estando fora do ambiente do curso. O aprendizado desenvolvido em sala de aula confirmou na prática, o que as empresas esperavam dos alunos, e isso facilitou o progresso dos conteúdos apresentados. Assim como o tratamento dado a cada aluno em relação as regras, atitudes e comportamentos de um profissional inserido no mercado de trabalho. Creio que ao final do Programa, conseguimos um pleno desenvolvimento de nossos alunos, não somente como profissionais, mas também como cidadãos capazes de escolher, decidir e transformar a sociedade onde estão inseridos. (E08)

As duas questões apresentadas nas entrevistas com os funcionários da Prefeitura e da Instituição Mantenedora, que tratavam sobre a escolarização, permitiram identificar os motivos de abandono durante o curso e retomada da escolarização pelos alunos participantes.

Vejo que tem relação com perfil impulsivo e imediatista dos adolescentes pois recorro que muitos desistiram diante da ausência do trabalho ou surgindo algo que lhes desse renda. (E02)

Aos que concluíram o curso, reconhecimento sobre a superação e rompimento de ciclo de exclusão, e aos que não conseguiram, excesso de expectativas por emprego imediato e por não conseguirem acompanhar conteúdos e rotinas. (E03)

Além da dificuldade de aprendizado, a expectativa e necessidade de um trabalho remunerado levam os jovens a buscar outras alternativas. (E04)

Para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, estabelecer uma rotina de estudos, horários e compromissos não é fácil, já que a grande maioria se encontra fora da escola e sem uma rotina saudável em sua vida. A mudança brusca exigida em seu comportamento, e muitas vezes a dificuldade no ingresso no mercado de trabalho, contribuem para que ocorra a evasão do projeto. (E05)

Para um número expressivo de jovens, no início do programa houve evasão significativa, acredito que em grande parte motivada pela negação social dos direitos de todos os jovens. (E06)

O maior índice de evasão dos alunos foi por falta de empregabilidade, pois na maioria das vezes nesta mudança de contexto social, a responsabilidade fica muito explícita no contexto do aluno, que acaba optando em oportunidades de trabalho mais rápidas e eficazes que resolvam seu problema temporariamente, assim não se preocupam com o conhecimento adquirido ao longo do processo educacional, optando infelizmente pela desistência do Programa, que acarretou em aproximadamente 50% de evasão durante o processo de ensino aprendizado. (E07)

A evasão dos alunos acabou por se tornar a principal dificuldade que enfrentamos. Pois acredito que os choques de interesse por quais os alunos são submetidos, principalmente momentâneos, fizeram alguns desistirem do Programa; tal qual a exigência da participação dos alunos no curso os levou a capacitação, entendimento e crescimento no âmbito profissional e pessoal. Trazer à tona esse mundo de perspectivas de futuro que poderiam alcançar através do Programa, os fizeram compreender a importância da Instituição Mantenedora em sua vida e permanecer no curso até o final. (E08)

Diante das falas dos entrevistados, percebe-se que o choque de realidade também causa a evasão, porém fica nítido que a escolarização está relacionada à empregabilidade, sendo assim, a maioria das desistências ocorreu devido à ausência de trabalho, pois os adolescentes muitas vezes contribuem no orçamento familiar.

Nem sempre, poucos continuaram. (E03)

Não, a maioria só retoma os estudos durante o curso. (E04)

Em relação aos adolescentes em medida socioeducativa, o índice da retomada aos estudos é muito baixo, são muito resistentes à escolarização porque não se sentem pertencentes a esse espaço. (E05)

Difícil responder de forma precisa, a intenção é retomar a escolarização e os casos que retomaram são dos jovens que puderam amadurecer. (E06)

Outro ponto importante a ser considerado é que, para os atores atuantes no programa, os adolescentes não perceberam a importância da continuidade nos estudos para a permanência no mercado de trabalho e até mesmo para uma possível transformação da sua realidade social. Segundo alguns desses atores, o grande obstáculo para o adolescente neste processo de escolarização é a falta do sentimento de pertença ao espaço escolar, pois o preconceito e a dificuldade de aprendizagem acabam excluindo o adolescente dos bancos escolares.

4.2 RELAÇÃO EMPREGO X ABANDONO

Nesta seção, procurou-se identificar como ocorre o processo de escolarização dos adolescentes da socioeducação e a compreensão dos próprios adolescentes sobre a importância da escola para sua inserção na sociedade. Uma das primeiras dificuldades percebida na fala dos alunos foi a permanência no curso, como já mencionado anteriormente, pois por se tratar de medidas socioeducativas em meio aberto, os alunos eram convidados, mas não estavam obrigados a participar do Programa. Neste contexto, a permanência nas aulas e na empresa tornou-se uma dificuldade pela necessidade de dedicação e participação dos alunos, criação de uma rotina com horários pré-estabelecidos e foco no estudo, o que inicialmente não fazia parte do cotidiano desses adolescentes.

Concordamos com Bernardim (2013), ao refletir que a relação entre a escola e o trabalho precisa levar em consideração os elementos da prática social que podem limitar ou potencializar a realização da subjetividade dos jovens, ou seja, o emprego interfere na condição de vida dos adolescentes, principalmente nos adolescentes da socioeducação, pois através do emprego eles enxergam uma nova possibilidade de vida.

Já houve dias que pensei em desistir. Mas fora eu tenho a minha mãe para sustentar a casa. Então eu não posso desistir, simplesmente jogar tudo para o alto e sair andando como se nada tivesse acontecido ou como se ninguém precisasse de mim. Não sou eu quem está mantendo a casa, porem sou uma ajuda e tanto, não é fácil pagar 600,00 reais de aluguel, 200,00 reais de luz mais 100 de água, fora internet, nossa alimentação e a alimentação dos bichinhos de estimação, é bem difícil ver contas acumulando e perceber que por mais que

você ajude ainda não é o bastante. Mas é isso. Obrigada por me ajudarem a amadurecer em relação a algumas coisas e a mudar bastante para melhor. (Aluno 04)

Neste período de portas abertas e oportunidades que recebemos, foi algo grandioso [...] aqui nós aprendemos a ter compromisso e responsabilidade, não só na vida profissional como pessoal, essas oportunidades que foram concedidas mudaram a história de jovens que não tinham interesse e nem compromisso com a vida, agora nós podemos ver que a vida não é só brincadeira, uma hora temos que crescer e amadurecer, pensar no futuro e criar ideia de constituição de vida.

Aqui não tivemos dificuldades de entender que a vida é feita de obstáculos e precisamos ter sabedoria para enfrentarmos, também tivemos ajuda emocional quando necessário, para não nos fazer desistir de ter um alvo que pode ser cheio de coisas boas se soubermos adquirir pontos positivos e foco. (Aluno 05)

Desde o início do curso, houve um período muito difícil de adaptação ao horário, afinal, nenhum adolescente gosta de acordar cedo, muito menos quando se estuda à noite, porém acostumar o organismo a esse novo ritmo foi ótimo, agora podemos aproveitar mais o fim de semana pois não temos essa restrição do sono no período da manhã.

Com as aulas de G.O, foi possível até para mim, que sou um tanto desorganizado, controlar o meu trabalho de forma saudável e de fácil acesso pois os métodos de organização são muito claros e limpos.

Nas aulas de SST foi possível aprender coisas que se fosse em outras circunstâncias eu nem saberia ser possível, essa matéria me ajudou a saber me defender e ter argumentos quando ocorre algum acidente. Em Raciocínio Lógico achei que não fosse passar muito bem, mas no fim agora paro para pensar nos problemas antes de dar uma opinião. Hoje tenho horários estabelecidos, ordem em coisas que pareciam impossíveis de organizar e hoje tenho noção das atitudes que eu e a empresa devem tomar caso ocorra algo desagradável.

Hoje com meu salário posso ajudar minha mãe a manter a casa, e com a cesta posso dar mais variedade de alimentos para as minhas irmãs, atualmente minha mãe está desempregada e vou ajudar como posso. Em parte, fui muito prejudicada psicologicamente, o stress, os alunos me deixarem hoje consequências que me impedem até de correr para alcançar o ônibus, tem noite em que eu acordo tendo crises de ansiedade e vomitando, e tem dias que graças aos remédios as crises são controladas, isso afeta até o meu trabalho, alguns remédios me dão ânsia e passo mal quase todos os dias, os gastos aumentaram e do meu salário gasto até R\$ 200,00 em remédio. Isso afetou meu desempenho escolar, pois mesmo com os atestados eu tenho que correr atrás de conteúdo. E consegui muitas inimizades no colégio por causa disso, eu tenho as melhores notas e não tenho a mesma presença, e além de passar stress no curso passo também na escola. Felizmente esses problemas estão afetando mais a vida pessoal, eu tenho ajuda de amigos e parentes para me recuperar. (Aluno 08)

Bom, começando pelo ponto escolar, eu senti mais dificuldade, mas nada que tenha afetado meu rendimento escola. Por causa da Instituição Mantenedora eu fiquei mais responsável com as entregas dos trabalhos da escola, comecei a pensar mais nas coisas e nas consequências. (Aluno 11)

Percebe-se que os próprios adolescentes compreendem que a permanência na escola impacta na sua colocação no mercado de trabalho. Novamente concordamos com Bernardim (2013, p. 131), ao afirmar que “a escolaridade exigida pelas empresas é naturalmente ampliada como estratégia de seleção, tendo em vista a abundância de candidatos, o que em si não tem nada de novo”. As entrevistas nos apresentaram que, mesmo diante da compreensão que a escolarização

contribui para a permanência no mercado de trabalho, grande parte dos adolescentes, após o término do curso, não permanece na escola.

A Instituição Mantenedora mudou minha vida tanto como pessoal tanto como profissional eu entrei na Instituição Mantenedora muito tímido acanhado. Antes de entrar na Instituição Mantenedora eu estava procurando um trabalho, mas não conseguia, pois, as empresas pediam qualificação profissional.

E no meu currículo não tinha nada de qualificação, até que um dia fui com uma amiga minha no CONSE e a A. me deu uma chance de entrar no Instituição Mantenedora sem ao menos me conhecer direito. Depois que saí dali do COMSE nem estava acreditando muito que eu dali para a frente estaria fazendo parte do mundo Instituição Mantenedora. (Aluno 06)

O ponto central não é a permanência ou não na escola, ou ainda a compreensão dos adolescentes sobre o impacto da falta de escolaridade, mas sim o papel da educação na constituição do ser e no pouco caso da sociedade perante esses adolescentes excluídos da escola. Marx indica que a busca pela omnilateralidade, ou seja, a busca pela formação humana provocada pelo trabalho e no trabalho deve abranger os diversos campos, moral, ético, prático, superando a formação para o capitalismo. O processo de ensino aprendizagem não pode ser desvinculado das atividades que permitem o homem a constituir-se pelo trabalho, contribuindo para a construção da sua subjetividade (BERNARDIM, 2013, p. 122).

Além do papel da educação para esses adolescentes, outras questões puderam ser identificadas, tais como dificuldade de aprendizagem, estabelecimento de rotina e negação social.

Ter responsabilidade no curso, trabalho, ainda tem escola à noite, mudou a rotina toda, tenho que cumprir regras, horários, não posso faltar, aprendi bastante sobre as empresas, como que funcionam alguns processos dentro dela, a Instituição Mantenedora vem ajudando a ter uma aprendizagem muito importante... (Aluno 01)

Persisti com mais dedicação, mais amor, mais sabedoria, mais força de espírito, mais alegre, mais confiante, mais perseverante. Adquiri novos conhecimentos, com a persistência de cada docente se empenhando conosco nesse projeto revolucionário para todos os que estão participando, que se dediquem e conscientizem-se, pois, reforçará uma boa entrada no mercado de trabalho e marketing. (Aluno 03)

O começo do curso e da minha rotina na empresa foi uma mudança da noite para o dia, foi algo muito rápido, mas foi algo muito bom. É muito cansativo fazer o curso, trabalhar e ir para a escola durante a noite, só que ao mesmo tempo, é algo motivador saber que no final do mês terá um valor “x” te aguardando no banco. Eu não esperava me adaptar e gostar tanto da empresa quanto eu estou adaptada (admito que ainda tenho muito para aprender e espero conseguir compreender o que eles tiverem de me passar) e gostar ainda mais de lá. Tive que aprender a lidar com a irritação e a correria do dia-a-dia, ainda estou me adaptando, confesso que não é nada fácil conciliar a vida profissional com a vida de estudante e com a vida pessoal. (Aluno 04)

Já o ponto pessoal eu tive uma mudança muito grande, pois agora estou mais independente, estou ajudando minha mãe e minha irmã com a comida e um pouco com as contas financeiras. Agora o ponto profissional eu estou gostando muito, pois estou adquirindo muito conhecimento na empresa que estou trabalhando. Não teve pontos negativos, a única coisa é ter que acordar cedo. (Aluno 11)

As falas dos alunos apresentam a realidade exposta na Seção 3.3.1: adolescentes com trajetórias repletas de dificuldades de aprendizagem, notas baixas e evasão, dificuldades de rotina, e que normalmente se sentem excluídos da sociedade. Pode-se perceber também que muitos alunos veem no salário a motivação para não desistir do curso, contribuir para o sustento familiar os ajuda a permanecer no curso e, por consequência na escola regular. Todos os onze alunos que responderam à atividade compreendem a necessidade de escolarização para possuir uma profissão, criando então uma possibilidade concreta de mudança de seu contexto social.

4.3 CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA: MUNDO DO TRABALHO, PROFISSÃO E CIDADANIA

A questão relacionada às contribuições do programa, no que dizem respeito à visão de mundo do trabalho, profissão e cidadania, foram realizadas com todas as pessoas chave participantes da pesquisa. Através das falas identificou-se que o programa ampliou a possibilidade de inclusão dos adolescentes da socioeducação.

É oportunidade de uma vivência diferente, e de uma conscientização do impacto das escolhas/responsabilidades. (E02)

Abertura de oportunidades. (E03)

Durante o curso a maioria deles têm contato com o mercado de trabalho e primeiro emprego. (E04)

Amplia a visão de mundo, abre novas possibilidades. (E05)

Acredito que o incremento do projeto de vida mais amplo para o jovem e a possibilidade de tratamento mais igualitário. (E06)

Transformação pessoal e sentimento de pertença, e sua importância no ambiente onde está inserido. (E07)

Diante das falas, constatou-se que a oportunidade de vivenciar diferentes contextos, através de um tratamento mais igualitário, permitiu que os adolescentes ampliem sua visão de mundo, além de reforçar o que Tonet (2016) considera como constituinte do ser humano, o trabalho

sempre será o condutor do ser social. Para alcançar sua plenitude de cidadania, segundo Oliveira (1999), é necessário um processo que considere todas as dimensões – étnica, religiosa, econômica, política, cultural, dimensões que aparecem, segundo o autor, diante de conflitos, sendo possível assim, a plenitude da cidadania.

Eu também comecei a ser visto melhor pelas pessoas, ‘olha que bom ele está trabalhando’, isso muda muito, te deixa mais dedicado, com vontade e inspiração para fazer as coisas e agarrar essa oportunidade, também comecei a respeitar mais minha mãe, meu pai, mas perdi um pouco do contato com eles por não ter muito tempo. Porque de segunda a sexta eu saio às 06:45 e chego em casa a 22:40, isso me impede bastante de ter um contato com meus pais, mas fora isso minha vida melhorou 100%. (Aluno 01)

Tenho alguma dificuldade com horários ainda, mas tento melhorar dia-a-dia para que isso não seja um incômodo para a minha vida e nem para quem conta comigo para algum compromisso importante. E agora também estou almoçando e jantando na hora certa, tenho mais compromisso para com as minhas tarefas e agora com essa rotina louca, até ajudo minha mãe em casa nas horas vagas. (Aluno 02)

Todos conseguem, basta acreditar e focar nos seus objetivos e lembrar que o que importa é a jornada, não a chegada. (Aluno 06)

Agreguei essa rotina que não devemos ficar parados, sem fazer nada, porque nada nessa vida é de graça e que devemos abraçar as oportunidades que encontramos no caminho. Graças à Instituição Mantenedora e ao COMSE, estamos aí trabalhando com carteira registrada, tendo oportunidade de seguir uma carreira profissional, seguir em frente, nesse projeto tivemos vários pontos positivos e negativos, por exemplo, conhecemos pessoas novas, professores excelentes, sabedoria para a vida toda, várias pessoas que realmente podemos confiar. Negativo é que temos que fazer várias correrias, [...] oportunidade de passar tempo com quem queremos não existe mais, perdemos vários na caminhada, perdemos oportunidades, várias oportunidades por causa das pessoas que estava ocupando lugar no projeto para atrapalhar. (Aluno 07)

Bom, para mim este curso trouxe mais alegria em minha vida porque eu fiz de mim mesmo o que muitos não acreditavam, trouxe alegria para minha família, fez com que eu me distanciasse de coisas negativas, [...] e fez também que eu tenho mais responsabilidade e que eu sou capaz de adquirir o que eu quero em minha vida, não só na minha vida qualquer, mais na minha vida profissional. (Aluno 09)

Chance de melhorar, o que antes era “157¹⁷” no futuro será um grande homem, de cargo na gerência, de chefe do Planejamento e Controle da Produção na empresa onde era só menor aprendiz. (Aluno 12)

Compreendendo que os adolescentes, através do trabalho, se enxergam pertencentes à sociedade, confirmamos um pressuposto de Gramsci, por considerar o trabalho como determinante para a transformação social. Tomado em sua dimensão ontológica, concebe-se o mesmo como

¹⁷ 157 é o número do artigo no Código Penal que descreve o crime de assalto a mão armada. Por este motivo, o código 157 se transformou numa gíria popular, utilizada principalmente entre os criminosos, para descrever com discrição a ação de assaltar alguém.

processo coletivo no qual o ser social produz condições gerais da existência humana, sendo fonte de produção, de conhecimentos e saberes, portanto princípio educativo.

4.4 PERSPECTIVA DE FUTURO: POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

Sobre as intenções futuras dos adolescentes após o término do programa, a maioria das falas apresentou a empregabilidade como a questão central enquanto possibilidade de transformação da realidade social dos adolescentes da socioeducação. Essa fala replica a ideia implantada no Brasil a partir da década de 1990, que indica a empregabilidade como a solução para a redução do grande risco social: o desemprego.

Segundo Gentili (2005), o conceito de empregabilidade é o eixo que estruturaria os três elementos necessários para a superação do desemprego, sendo eles: a redução dos encargos patronais, a flexibilização trabalhista e a formação profissional permanente. A escola é a instância que integra os indivíduos ao mercado de trabalho, entretanto nem todos chegarão a ele, visto que não há emprego para todos. A tese da empregabilidade recuperou a concepção individualista da Teoria do Capital Humano, já apresentada neste trabalho, porém desmistifica a relação entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social, ou seja, a empregabilidade não significa melhores condições de competição pelos empregos disponíveis, mas sim a desvalorização do princípio universal do direito ao trabalho, e uma revalorização da lógica competitiva interindividual. Faz parte da empregabilidade, além dos conhecimentos vinculados à formação profissional, o capital cultural socialmente reconhecido, ou seja, em um mercado estruturalmente excludente, além de conhecimentos técnicos, é necessário fazer parte do seletivo grupo de indivíduos socialmente aceitos, como: ser branco, sem necessidades especiais, ser homem, ser heterossexual, etc.

Facilmente se observa uma relação muito próxima entre a prática de atos infracionais e a vulnerabilidade social das famílias em que os adolescentes estão inseridos. E com a profissionalização e inclusão no mercado de trabalho se rompe considerável fator que leva a reincidência, ofertando acima de tudo dignidade aos envolvidos. Se observou ainda que todos que concluíram o projeto não reincidiram em atos infracionais, diferente daqueles não aderiram e que em algumas oportunidades voltaram a praticar atos infracionais similares ao inicial. (E01)

Acho que esperam trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro. (E02)

Emprego imediato. (E03)

A expectativa deles é entrar no mercado de trabalho. (E04)

A maior expectativa é o trabalho. (E05)

As expectativas dos jovens são na maioria muito imediatistas e bastante amplas, o que em muitos casos 'colidem' com a realidade. (E06)

Foi muito clara a questão de *oportunidades, conquistas e sonhos* sendo despertados, pois a grande maioria dos alunos chegou sem estas expectativas de um futuro promissor, com a inserção no Programa o despertar ficou muito claro de que é possível ter uma vida melhor enquanto cidadão. (E07)

Começar a trabalhar, terminar os estudos e talvez fazer uma faculdade. (Aluno 02)

Me qualificar, aperfeiçoar-se mais diante do meu posto de trabalho, e fazer concursos para ter uma boa faculdade. (Aluno 03)

Para os adolescentes, o seu futuro está vinculado à permanência no mercado de trabalho, confirmando os estudos de Ferretti sobre a centralidade do trabalho na vida do jovem. Através das falas dos alunos sobre os projetos profissionais ou educacionais que pretendem desenvolver ao longo de três anos, captou-se que todos pretendiam permanecer ou encontrar outro emprego e dar continuidade aos estudos, porém é necessário lembrar os estudos de Bernardim e Silva (2017) que consideram que o jovem trabalhador não se limita à constituição de sua materialidade, que ocorre através do trabalho, mas também através do seu posicionamento perante a sociedade, sendo assim é importante que o adolescente da socioeducação se sinta pertencente à sociedade.

Quero ter uma boa profissão, mas quero terminar meus estudos primeiro, ajudar meus irmãos a subirem na vida e a minha mãe também. (Aluno 02)

Bom, ainda estou cursando o primeiro ano do ensino médio, em dois anos terminarei o ensino médio, então nesse terceiro ano, pretendo prestar vestibular. (Aluno 04)

Quero ficar firme em uma empresa para sempre, crescer na empresa até eu ter uma base completa de experiência para terminar a faculdade de psicologia e criar o próprio empreendimento. (Aluno 05)

Trabalhar na área de RH, ganhar bem, eu acho que é isso. (Aluno 06)

Ter um emprego ideal para o meu modo de vida e ter um porte físico digno de um atleta. (Aluno 10)

Quero me formar em Administração e fazer faculdade de Engenharia Civil. (Aluno 11)

Sei lá, crescer no emprego. (Aluno 12)

Identifica-se nas falas acima que a educação seria a solução para a transformação da realidade social dos adolescentes da socioeducação. O interessante é que essas falas foram escritas antes do início do curso, ou seja, antes desses adolescentes ingressarem no mercado de trabalho formal, confirmando os estudos de Gentili (2005), de que a empregabilidade é apresentada como a solução para o mal do século: o fracasso na vida produtiva. Pode-se concluir que, durante o curso, esses adolescentes passaram a compreender a importância da escolarização, e que se constituir enquanto ser humano perpassa pelo trabalho, confirmando os pressupostos de Gramsci de que o trabalho e a educação são as formas mais transformadoras de si próprias e do meio onde se está inserido.

Não há como atender o fim pedagógico de que o ato infracional é um erro na vida do adolescente, se não houver a demonstração de que nós (enquanto sociedade organizada que pretendemos ser) ofertamos efetivas possibilidades de inclusão de todos os direitos que qualquer pessoa com dignidade tem. Muitos discursos teóricos, quando falam de dignidade e cidadania, não se preocupam efetivamente em como concretizar ações para esse fim.

O projeto Tempo de Despertar, nesse ponto, foi um marco, pois rompeu tais barreiras demonstrando que é possível dar visibilidade e cidadania a um público até em esquecido pelos poderes constituídos. (E01)

Diante deste destaque é necessário compreender o discurso de uma “exclusão includente” e de uma “inclusão excludente”, que tem sido tema dos estudos de Acácia Kuenzer (2009). Segundo a autora, atualmente identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal - onde o trabalhador tem sua carteira de trabalho assinada, com condições mínimas de trabalho, com direitos seus direitos assegurados – essas novas estratégias precárias de inclusão no mundo do trabalho, apresentam-se como reempregados e/ou reintegrados. Ou seja, os trabalhadores são empregados com salários mais baixos ou reintegrados ao mercado através de empresas terceirizadas. E é neste mercado que o adolescente da socioeducação está baseando seus sonhos futuros.

Neste contexto, abandonar as políticas significaria decretar o fim da história para esses adolescentes. Se as condições não são ideais, é necessário lutar para melhorá-las, mas não abandonar a luta e perder a esperança. Pode-se perceber que a expectativa desses adolescentes é sua reinserção a sociedade através do trabalho, o que por si só já é algo a ser comemorado, pois eles perceberam que através da educação e do trabalho é possível transformar sua realidade social. Porém, é necessário deixá-los cientes que o mercado de trabalho é altamente excludente, e sobreviver com as poucas oportunidades encontradas é uma luta diária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar as percepções dos atores envolvidos com um programa de aprendizagem, desenvolvido no município de Araucária, como possibilidade de transformação da realidade social dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e/ou egressos destas, compreendendo que a qualificação profissional pode ser uma das estratégias para a mudança do contexto desses adolescentes. A delimitação do trabalho enquanto princípio educativo a ser desenvolvido durante a qualificação profissional dos adolescentes da socioeducação, considerada categoria principal da pesquisa, compreende que sendo o trabalho condição primordial para satisfação das necessidades materiais, é necessário proporcionar uma formação que contribua na construção de uma nova perspectiva de atuação frente à sociedade em que estão inseridos, além de criar ferramentas que contribuirão para a permanência no mundo do trabalho, minimizando a possibilidade de reincidência do ato infracional. Para que isso ocorra, entende-se que são necessárias três etapas a serem percorridas pelo adolescente da socioeducação: a conclusão da educação básica, a formação profissional específica, e a experiência profissional.

A tarefa de reintegração social dos adolescentes da socioeducação, idealizada pela legislação, é muito diferente da realidade em que se encontra a medida socioeducativa brasileira. Além das mudanças que a educação brasileira vem sofrendo, a atual reformulação do Ensino Médio, proposta pelo governo como instrumento para a melhoria da educação no país, propõe a flexibilização da grade curricular baseada na Base Nacional Comum Curricular, que reforça a ideologia do capitalismo neoliberal, excluindo cada vez mais os adolescentes da socioeducação. Com esse cenário, é urgente analisar novas estratégias de enfrentamento do problema. Diante de uma sociedade dividida por classes sociais antagônicas, onde imperam os valores neoliberais, a escola também acaba seguindo a lógica do capital neoliberal, porém ainda se acredita que a educação deve ser sobretudo desconstrução/reconstrução de ações e comportamentos.

Como apresentado anteriormente, o novo tipo de produção racionalizada demandou um novo tipo de educação, que exigiu uma concepção de mundo onde justifica-se a crescente alienação, para suprir as necessidades do capital. A escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz essa fragmentação, replicando a necessidade de evitar todas as formas de perda e ampliar as possibilidades de valorização do capital.

Ao receber os adolescentes da socioeducação, ou egressos destas, a Instituição Mantenedora também buscou proporcionar novas reflexões sobre as possibilidades de um mundo diferente para esses alunos. Há a consciência de que a escola é uma instituição que reforça a hegemonia dominante, entretanto acredita-se que é na escola que o adolescente troca experiências e idealiza novas possibilidades.

Sendo assim, a Instituição Mantenedora, juntamente com seus parceiros, acreditou que o processo educacional poderia ser uma possibilidade de transformação da realidade social dos adolescentes da socioeducação. Durante o desenvolvimento do curso de aprendizagem industrial, observou-se que as experiências laborais estão intimamente ligadas ao processo de formação. Essa relação entre escola e trabalho potencializa a realização da subjetividade desses jovens, como exposto por Bernardim (2016). Assim, é necessário compreender o adolescente em sua totalidade complexa através da sua subjetividade e do protagonismo que exerce na sociedade. Deve-se ressaltar, porém, que a lógica da inclusão excludente cria estratégias de inserção nos diversos níveis educacionais aos quais não são necessários padrões que permitem a formação de seres humanos autônomos intelectualmente e dialeticamente capazes de responder e superar as demandas do capitalismo, ao contrário, fornece ao capital a força de trabalho disciplinada técnica e socialmente, atendendo aos pressupostos da pedagogia das competências. Deve haver um sincero interesse de não se limitar a uma inclusão excludente, mas de criar as condições para uma emancipação possível, mesmo que o mundo que idealizamos não seja aquele de que dispomos. Estudar e trabalhar não podem ser compreendidos como castigo, mas como caminho para uma possível transformação de si, que pode permitir a transformação do mundo que nos rodeia.

A pedagogia das competências é a que enfatiza o desenvolvimento dos sujeitos que privilegiam seus projetos pessoais de profissionalização em detrimento de outra perspectiva, que resulta de construções e compromissos coletivos dos trabalhadores. A qualificação profissional deve ser compreendida como parte de um processo de construção social dos indivíduos, não somente considerando o âmbito laboral, mas sim integrado à aquisição das capacidades, aos modos de vida e às situações de trabalho. A qualificação profissional considera aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Compreende-se que somente através do conflito é possível ampliar os direitos e resistir à desconstrução da cidadania.

Analisou-se que o Projeto Tempo de Despertar é uma possibilidade de transformação da realidade social dos adolescentes da socioeducação. Apesar de proporcionar formação baseada na

pedagogia das competências, todo o projeto considerou os pressupostos da qualificação profissional, o que, na percepção da pesquisadora, gerou grandes conflitos de entendimento para os próprios adolescentes, pois ao mesmo tempo que a formação estava focada em preparar para o mercado de trabalho, também estava focada em tentar transformar a realidade social desses adolescentes. Apesar deste conflito, a pesquisadora considera que esta experiência proporcionou que cada adolescente compreendesse e estabelecesse seu lugar diante desta sociedade extremamente excludente em que vivem.

Quando analisamos as entrevistas realizadas com os adolescentes, identificamos que eles relatam a melhoria de seu desempenho escolar, pois ao longo do programa perceberam a importância da escolarização e passaram a ter uma dedicação aos estudos. Esse dado está em concordância com um dos objetivos do programa que é o de favorecer a construção de uma escolarização que não seja excludente. Os adolescentes avaliam que um bom nível de escolaridade pode não ser garantia de emprego, mas assumem que ele aumenta as chances de ter uma profissão, de obter boas colocações no mercado de trabalho, acesso ao consumo, e como consequência respeito perante a sociedade e formação de cidadania. Vislumbram na escola uma perspectiva de vida e concluem que quem estuda tende a ter melhor comunicação, contando pontos na hora da disputa por uma vaga de emprego. Conclui-se que os adolescentes da socioeducação compreenderam este sentido da educação e do trabalho durante sua passagem no Projeto Tempo de Despertar.

A possibilidade de retornar à escola regular, mesmo que através de uma determinação do Ministério Público, a possibilidade de ter uma profissão, mesmo que através de uma certificação que determina suas competências técnicas, a possibilidade de ter uma carteira assinada, mesmo que pelo período de um ano, todas essas novas possibilidades podem proporcionar uma mudança da realidade social desses adolescentes, como se pode constatar pelo fato de não se verificar reincidência do ato infracional dos participantes do Projeto até os dias atuais. Portanto, pode-se afirmar que nós, enquanto sociedade, temos obrigação de oportunizar estratégias que retirem os adolescentes da socioeducação do risco de cometerem mais atos infracionais, pois não podemos esquecer que, antes do ato infracional, esses adolescentes têm direito de serem pessoas que buscam a reconstrução da sua cidadania, buscam a transformação da sua realidade social.

Concluindo, é fundamental que se perceba que não é só com a criação de novas escolas, principalmente associadas ao ensino profissional, que resolveremos o problema da educação para

adolescentes, mas sim por meio de uma concepção educacional que privilegie e ajude a desenvolver suas potencialidades, que não os deixe se sentirem paralisados diante dos obstáculos que serão encontrados na relação social antes, durante e após a medida socioeducativa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea.** *Jornal de Psicologia*, Abr/Jun 2002, p. 7-8.

BERNARDIM, M. L. **Juventude, Escola e Trabalho: sentidos atribuídos ao ensino médio integrado por adolescentes da classe trabalhadora.** 304 f., Tese de Doutorado, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

BERNARDIM, M. L.; SILVA, M. R. da **Juventude, Escola e Trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao ensino médio.** *Rev. Educação em Revista*, Jan-Mar 2016, vol. 32, n. 01, p. 211-234;

BERNARDIM, M. L.; SILVA, M. R. da **Juventude(s) e Ensino Médio: da inclusão escolar excludente aos jovens considerados nem-nem.** *Rev. Contrapontos - Eletrônica*, Out-Dez 2017, vol. 17, n. 04, p. 688-704;

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista.** 2ª. ed., São Paulo: Zahar, 2012.

BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. **Dicionário do Pensamento Social do século XX.** São Paulo: Zahar, 1996.

BRASIL. **Constituição** (1988). Sumário. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/legislacao/constituicao/pesquisa/sumariobd.asp>> Acesso em 19 jun. 2016.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. 01 de maio de 1943. **Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, DF, 09 ago. 1943.

BRASIL. Decreto 5.598 de 1 de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 02 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 16 jul. 2012a.

BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 19 jan. 2012b.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos adolescentes, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 06 ago. 2013.

BRASIL. MTE. **Manual da Aprendizagem**. O que é preciso saber para contratar o aprendiz. 9ª. ed. Brasília: MTE, 2014.

BRASIL. Portaria MTE nº 723, de 23 de abril de 2012. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 abr. 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 5 out. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

BRASIL. CONANDA. Resolução nº 46, de 29 de outubro de 1996. Regulamenta a execução da medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8069/90. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29/10/1996a.

BRASIL. CONANDA. Resolução nº 47, de 6 de dezembro de 1996. Regulamenta a execução da medida socioeducativa de semiliberdade, a que se refere o artigo 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06/12/1996b.

BRASIL. CONANDA. **Resolução n.º 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/resolucao_119_conanda_sinase.pdf. Acesso em: 19 jun. 2018.

BRASIL. MEC. SETEC. **Educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio**: Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. SDH. **Levantamento Anual SINASE 2013**. Privação e Restrição de Liberdade. Brasília: SDH, 2015.

BRASIL. SDH. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. CNJ. **Panorama Nacional**. A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação. Brasília, DF: CNJ, 2012.

BRASIL. SNAS. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Brasília, DF, SNAS, 2016.

BRASIL. SNAS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: SNAS, 2005.

- BRASIL. SNJ. **Homicídios e Juventude no Brasil**. Mapa da Violência. Brasília, DF: SNJ, 2013.
- BAVA, S. C. **O que é Formação para a Cidadania. Entrevista realizada com Francisco de Oliveira**, Dezembro, 1999.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 9ª. ed., São Paulo: Ática, 1997.
- COSTA, A. C. G. **Por uma política nacional de execução das Medidas Socioeducativas: conceitos e princípios norteadores**. Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.
- COUTINHO, C. N. **Cadernos de Cárcere**. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DAYRELL, J. T. **A juventude no contexto do ensino da Sociologia: questões e desafios**. Coleção Explorando o ensino. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- DICIONÁRIO JURÍDICO. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1284/Ato-infracional>>. Acesso em 28 de abril de 2019.
- DORE, R. **Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci?** *Rev. Cad. Cedes*, Campinas, Set-Dez 2014, vol. 34, n. 94, p. 297-316;
- FERRETTI, C. J. **Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação**. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v.25, n.87, mai/ago de 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21463.pdf>>. Acesso em 04 de setembro de 2018.
- FERRETTI, C. J. **Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar** São Paulo: Vozes, 1994;
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª. Edição, Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 3ª. Edição, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989;
- GENTILI, P. **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais**. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2005. 3. Ed. P. 52-55.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JULIÃO, E. F. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. 428f., Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

JULIÃO, E. F. **Educação para Adolescentes e Adultos em Situação de Restrição e Privação de Liberdade: questões, avanços e perspectivas.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

KUENZER, A. **O trabalho como princípio educativo.** Caderno de Pesquisa. São Paulo (68): 21-28, 1989.

KUENZER, A. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** Gestão Escolar, Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/exclusao_includente_acacia_kuenzer.pdf>. Acesso em 28 de abril de 2019.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MOCELIN, M. R. **Adolescência em Conflito com a Lei ou a Lei em conflito com a Adolescência: a socioeducação em questão.** Curitiba: Appris, 2016.

MOTTI, A. J. A.; SANTOS, J. V. dos. **Redes de Proteção Social à Criança e ao Adolescente: Limites e Possibilidades.** Disponível em: <<http://www.levead.com.br/pair/public/arquivos/Texto%20m5.pdf>> Acesso em 18 de novembro de 2018.

NAVILLE, P. **Essai sur la qualification du travail.** Paris: Rivière, 1956.

NONATO, C. **Sérgio Adorno: Reflexões sobre a violência e a intolerância na sociedade brasileira.** *Rev. Comunicação & Educação*, Jul/Dez 2015, n. 2, p. 93 - 100.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci.** 5ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2016.

OLIVEIRA, F. **O que é formação para a cidadania?;** entrevista com Francisco de Oliveira, realizada por Silvio Caccia Bava. São Paulo: Instituto Pólis, 1999. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/coliveira.htm> Acesso em: 25 jun. 2019.

ONU. **Declaração Mundial de Educação para Todos.** Conferência de Jomtien, Tailândia. UNICEF, 1990.

PARANÁ. SECRETARIA DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório de ações** – Departamento de Atendimento Socioeducativo. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sinase/relatorio_dease_pr_2015.pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário da educação profissional em saúde.** 2ª. Ed., Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PERRENOUD, P.; THURLER, M. G.; MACEDO, L.; MACHADO, N. J.; ALESSANDRINI, M. D. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

RUIZ, M. J. F. **Trabalho coletivo na escola pública: contribuições pedagógicas de Anton Semionovitch Makarenko.** *Org. & Demo*, Jan/Dez. 2008, n. 1/2, v. 9, p. 223-240.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 41 Edição, Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** *Rev. Bras. Educ.*, Jan/abr 2007, vol. 12, n. 34, p. 152-165.

TONET, I. **Educação contra o capital.** 3ª. Ed., São Paulo: Instituto Lukács, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** Jomtien, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 08 abr. 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE – ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM PROMOTOR

Realizada em 22 de janeiro de 2019, às 14h00, com 1 hora e 10 minutos de duração.

1). Relate como surgiu a ideia para criação do PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR.

R: No dia a dia da promotoria de justiça vinculada a área da socioeducação se observou que não havia serviços sendo ofertados no Município visando a profissionalização e colocação no mercado de trabalho, o que dificultava alcançar o fim último de qualquer medida socioeducativa, que é além de trazer a noção do erro cometido, de inclusão social efetiva do adolescente em todos os âmbitos, entre eles o profissional.

Outro ponto relevante, e que as demandas envolvendo atos infracional equiparados a delitos contra o patrimônio e tráfico de drogas, tem como pano de fundo, a vulnerabilidade financeira, por isso a importância da profissionalização e inclusão no mercado de trabalho serem um dos vieses do Plano Individual de Atendimento Socioeducativo.

2) Quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação do PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: Uma primeira dificuldade foi a interdisciplinaridade que o programa exige, já que necessários conhecimentos específicos da legislação de aprendizagem e trabalhista.

Uma segunda dificuldade foi localizar parceiros com motivação suficiente para participar do projeto, já que, obrigatoriamente deve contar com entidades de aprendizagem e os serviços de assistência social.

3) Na sua opinião qual a contribuição do programa para os alunos no que diz respeito ao mundo do trabalho, profissão e cidadania?

R: Facilmente se observa uma relação muito próxima entre a prática de atos infracional e a vulnerabilidade social das famílias em que os adolescentes estão inseridos. E com a

profissionalização e inclusão no mercado de trabalho se rompe considerável fator que leva a reincidência, ofertando acima de tudo dignidade aos envolvidos.

Se observou ainda que todos que concluíram o projeto não reincidiram em atos infracional, diferente daqueles não aderiram e que em algumas oportunidades voltaram a praticar atos infracional similares ao inicial.

4). Na sua opinião o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR leva os alunos à retomada da escolarização, mesmo após o término do programa?

R: Com a inclusão profissional na vida dos adolescentes, também surge o desejo de ascensão profissional, trazendo para o mundo deles a importância do estudo em todas as searas.

5). Inclua demais informações ou comentários relevantes.

R: Não há como atender o fim pedagógico de que o ato infracional é um erro na vida do adolescente, se não houver a demonstração de que nós (enquanto sociedade organizada que pretendemos ser) ofertamos efetivas possibilidades de inclusão de todos os direitos que qualquer pessoa com dignidade tem.

Muitos discursos teóricos, quando falam de dignidade e cidadania, não se preocupam efetivamente em como concretizar ações para esse fim.

O projeto Tempo de Desperta, nesse ponto, foi um marco, pois rompeu tais barreiras demonstrando que é possível dar visibilidade e cidadania a um público até em esquecido pelos poderes constituídos.

ENTREVISTAS COM EQUIPE DO COMSE (02)

Realizada em 14 de fevereiro de 2019, às 14h00, com 2 horas e 40 minutos de duração.

1). Quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação do PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR em Araucária?

R: Vejo que a demanda de postura/estratégias diferenciadas para lidar com adolescentes em grupo e conseguir o estágio para todos.

2) Como se dá a relação entre a coordenação e a instituição mantenedora?

R: Não compreendi a pergunta.

3). Sob o ponto de vista organizacional e administrativo, o que precisa melhorar no PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: Aproximação com locais que encaminharam os adolescentes, garantia do estágio a todos que ingressam no curso, oportunizar cursos diferentes (se possível).

4). Qual a contribuição do programa para os alunos no que diz respeito ao mundo do trabalho, profissão e cidadania?

R: É oportunidade de uma vivência diferente, e de uma conscientização do impacto das escolhas/responsabilidades.

5). Comente sobre a questão da evasão dos alunos no transcorrer do curso e a percentagem de alunos que concluíram o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR

R: Vejo que tem relação com perfil impulsivo e imediatista dos adolescentes pois recordo que muitos desistiram diante da ausência do trabalho ou surgindo algo que lhes dessem renda.

6) De acordo com a sua percepção e experiência de trabalho no Programa, quais as expectativas dos alunos em relação ao PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: Acho que esperam trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro.

7). Na sua opinião o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR leva os alunos a retomada da escolarização, mesmo após o término do programa?

R: Não acho a questão da adesão a escolarização é questão mais complexa.

8). É realizado um acompanhamento dos egressos para verificar se o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR possibilitou a inserção no mercado de trabalho, após o término do programa?

R: Não.

ENTREVISTAS COM EQUIPE DO COMSE (03)

Realizada em 14 de fevereiro de 2019, às 14h00, com 2 horas de duração.

1). Quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação do PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR em Araucária?

R: Preconceito. Dificuldades de materializar trabalho com adolescentes em MSE.

2) Como se dá a relação entre a coordenação e a instituição mantenedora?

R: Diálogo para superação das dificuldades.

3). Sob o ponto de vista organizacional e administrativo, o que precisa melhorar no PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: Ampliar conhecimento sobre SINASE.

4). Qual a contribuição do programa para os alunos no que diz respeito ao mundo do trabalho, profissão e cidadania?

R: Abertura de oportunidades.

5). Comente sobre a questão da evasão dos alunos no transcorrer do curso e a percentagem de alunos que concluíram o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR

R: Aos que concluíram o curso, reconhecimento sobre a superação e rompimento de ciclo de exclusão e aos que não conseguiram, excesso de expectativas por emprego imediato e por não conseguirem acompanhar conteúdos e rotinas.

6) De acordo com a sua percepção e experiência de trabalho no Programa, quais as expectativas dos alunos em relação ao PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: Emprego imediato.

7). Na sua opinião o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR leva os alunos a retomada da escolarização, mesmo após o término do programa?

R: Nem sempre, poucos continuaram.

8). É realizado um acompanhamento dos egressos para verificar se o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR possibilitou a inserção no mercado de trabalho, após o término do programa?

R: Não de forma sistemática.

ENTREVISTAS COM EQUIPE DO COMSE (04)

Realizada em 14 de fevereiro de 2019, às 14h00, com 1 hora e 40 minutos de duração.

1). Quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação do PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR em Araucária?

R: A relação dos profissionais com os adolescentes em cumprimento de medida. O preconceito e a dificuldade de lidar com as limitações e dificuldades de aprendizagem deles.

2) Como se dá a relação entre a coordenação e a instituição mantenedora?

R: Não sei responder.

3). Sob o ponto de vista organizacional e administrativo, o que precisa melhorar no PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: Acredito que os profissionais envolvidos devem ser capacitados para trabalhar com adolescentes em situação de vulnerabilidade e baixa escolaridade.

4). Qual a contribuição do programa para os alunos no que diz respeito ao mundo do trabalho, profissão e cidadania?

R: Durante o curso a maioria deles têm contato com o mercado de trabalho e 1º. Emprego.

5). Comente sobre a questão da evasão dos alunos no transcorrer do curso e a percentagem de alunos que concluíram o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR

R: Além da dificuldade de aprendizado a expectativa e necessidade de um trabalho remunerado levam os jovens a buscar outras alternativas.

6) De acordo com a sua percepção e experiência de trabalho no Programa, quais as expectativas dos alunos em relação ao PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: A expectativa deles é entrar no mercado de trabalho.

7). Na sua opinião o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR leva os alunos a retomada da escolarização, mesmo após o término do programa?

R: Não, a maioria só retoma os estudos durante o curso.

8). É realizado um acompanhamento dos egressos para verificar se o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR possibilitou a inserção no mercado de trabalho, após o término do programa?

R: Não. Só sabemos as informações dos que foram efetivados durante o curso.

ENTREVISTAS COM EQUIPE DO COMSE (05)

Realizada em 14 de fevereiro de 2019, às 14h00, com 2 horas de duração.

1). Quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação do PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR em Araucária?

R: Em relação aos adolescentes em medida socioeducativa foi a adesão das empresas na contratação desses adolescentes.

2) Como se dá a relação entre a coordenação e a instituição mantenedora?

R:

3). Sob o ponto de vista organizacional e administrativo, o que precisa melhorar no PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: A capacitação e sensibilização dos profissionais que atuam diretamente com os adolescentes envolvidos no Projeto.

4). Qual a contribuição do programa para os alunos no que diz respeito ao mundo do trabalho, profissão e cidadania?

R: Amplia a visão de mundo, abre novas possibilidades.

5). Comente sobre a questão da evasão dos alunos no transcorrer do curso e a percentagem de alunos que concluíram o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR

R: Para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas estabelecer uma rotina de estudos, horários e compromisso não é fácil, já que a grande maioria se encontra fora da escola e sem uma rotina saudável em sua vida. A mudança brusca exigida em seu comportamento e muitas

vezes, a dificuldade no ingresso no mercado de trabalho, contribuem para que ocorra a evasão do projeto.

6) De acordo com a sua percepção e experiência de trabalho no Programa, quais as expectativas dos alunos em relação ao PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: A maior expectativa é o trabalho.

7). Na sua opinião o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR leva os alunos a retomada da escolarização, mesmo após o término do programa?

R: Em relação aos adolescentes em medida socioeducativa o índice da retomada aos estudos é muito baixo, são muito resistentes a escolarização porque não se sentem pertencentes a esse espaço.

8). É realizado um acompanhamento dos egressos para verificar se o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR possibilitou a inserção no mercado de trabalho, após o término do programa?

R: Não. Apenas daqueles que após o curso conseguem a efetivação.

ENTREVISTAS COM EQUIPE DO COMSE (06)

Realizada em 14 de fevereiro de 2019, às 14h00, com 1 hora de duração.

1). Quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação do PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR em Araucária?

R: Como em todo novo programa, surgem ajustes necessários, talvez a maior dificuldade seja a lacuna de pré-requisito exigidos do jovem com o programa de formação e a adequação da instituição.

2) Como se dá a relação entre a coordenação e a instituição mantenedora?

R: Em diversos níveis hierárquicos, cada um com suas particularidades nem sempre convergem. A negociação é fato.

3). Sob o ponto de vista organizacional e administrativo, o que precisa melhorar no PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: Negociações mais amplas e atrativas, flexibilizando condutas mais aderentes a vida do jovem.

4). Qual a contribuição do programa para os alunos no que diz respeito ao mundo do trabalho, profissão e cidadania?

R: Acredito que o incremento do projeto de vida mais amplo para o jovem e a possibilidade de tratamento mais igualitário.

5). Comente sobre a questão da evasão dos alunos no transcorrer do curso e a percentagem de alunos que concluíram o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR

R: Para um número expressivo de jovens, no início do programa houve evasão significativa, acredito que em grande parte motivada pela negação social dos direitos de todos os jovens.

6) De acordo com a sua percepção e experiência de trabalho no Programa, quais as expectativas dos alunos em relação ao PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: As expectativas dos jovens são na maioria muito imediatistas e bastante amplas o que em muitos casos “colidem” com a realidade.

7). Na sua opinião o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR leva os alunos a retomada da escolarização, mesmo após o término do programa?

R: Difícil responder de forma precisa a intenção é retomar a escolarização e os casos que retomaram são dos jovens que puderam amadurecer.

8). É realizado um acompanhamento dos egressos para verificar se o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR possibilitou a inserção no mercado de trabalho, após o término do programa?

R: Acredito que de maneira informal sim.

ENTREVISTA COM EQUIPE DA INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

Pedagoga (07)

Realizada em 12 de fevereiro de 2019, às 14h30, com 40 minutos de duração.

1) Quais as principais dificuldades enfrentadas para a implantação do PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR em Araucária?

R: Aceitação da equipe em relação ao público oriundo.

2) Como se dá a relação entre a coordenação e a instituição mantenedora?

R: O vínculo é propício, pois, o foco de ambas é voltada a inserção dos jovens no Mundo do Trabalho e Sociedade.

3) Sob o ponto de vista organizacional e administrativo, o que precisa melhorar no PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: Acredito que uma equipe multidisciplinar no espaço em atendimento, facilitaria o maior engajamento do programa.

4) Qual a contribuição do programa para os alunos no que diz respeito ao mundo do trabalho, profissão e cidadania?

R: Transformação pessoal e sentimento de pertença, e sua importância no ambiente onde está inserido.

5) Comente sobre a questão da evasão dos alunos no transcorrer do curso e a percentagem de alunos que concluíram o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR

R: O maior índice de evasão dos alunos foi por falta de empregabilidade, pois na maioria das vezes nesta mudança de contexto social, a responsabilidade fica muito explícita no contexto do aluno, que acaba optando em oportunidades de trabalho mais rápidas e eficazes que resolvam seu problema

temporariamente, assim não se preocupam com o conhecimento adquirido ao longo do processo educacional, optando infelizmente pela desistência do Programa, que acarretou em aproximadamente 50% de evasão durante o processo de ensino aprendido.

6) De acordo com a sua percepção e experiência de trabalho no Programa, quais as expectativas dos alunos em relação ao PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: Foi muito claro a questão de *oportunidades, conquistas e sonhos* sendo despertados, pois a grande maioria dos alunos chegaram sem estas expectativas de um futuro promissor, com a inserção no Programa o despertar ficou muito claro de que é possível ter uma vida melhor enquanto cidadão.

7) Na sua opinião o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR leva os alunos a retomada da escolarização, mesmo após o término do programa?

R: Em questão sobre a retomada sim, pois os alunos precisam estar matriculados na escola para participar do programa ao longo deste processo, o ponto a ser melhorado é o acompanhamento destes após o término do programa enquanto egressos, pois não temos este acompanhamento em relação a escolarização.

8) É realizado um acompanhamento dos egressos para verificar se o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR possibilitou a inserção no mercado de trabalho, após o término do programa?

R: Existe um sistema de acompanhamento em relação aos egressos que finalizam os cursos na Instituição Mantenedora sobre a inserção no mercado de trabalho após um ano de curso.

ENTREVISTA COM EQUIPE DA INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

Professor (08)

Realizada em 12 de fevereiro de 2019, às 14h30, com 1h20 minutos de duração.

1). Qual a contribuição do programa para os alunos no que diz respeito ao mundo do trabalho, profissão e cidadania?

R: O Programa oportunizou aos alunos uma experiência e vivência diferenciada de seu cotidiano de vida. Antes de serem integrantes, muitos não tinham o encaminhamento e a orientação necessária acerca das regras e direcionamentos de sua vida profissional e pessoal. O Programa também apresentou uma nova realidade com diversas oportunidades de aprendizado e de crescimento profissional, dos quais teriam grande dificuldade de ingressar estando fora do ambiente do curso. O aprendizado desenvolvido em sala de aula confirmou na prática, o que as empresas esperavam dos alunos, e isso facilitou o progresso dos conteúdos apresentados. Assim como o tratamento dado a cada aluno em relação as regras, atitudes e comportamentos de um profissional inserido no mercado de trabalho. Creio que ao final do Programa, conseguimos um pleno desenvolvimento de nossos alunos, não somente como profissionais, mas também como cidadãos capazes de escolher, decidir e transformar a sociedade onde estão inseridos.

2). Comente sobre a questão da evasão dos alunos no transcorrer do curso e a percentagem de alunos que concluíram o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR

R: A evasão dos alunos acabou por se tornar a principal dificuldade que enfrentamos. Pois acredito que os choques de interesse por quais os alunos são submetidos, principalmente momentâneos, fizeram alguns desistirem do Programa; tal qual a exigência da participação dos alunos no curso os levou a capacitação, entendimento e crescimento no âmbito profissional e pessoal. Trazer à tona esse mundo de perspectivas de futuro que poderiam alcançar através do Programa, os fizeram compreender a importância da Instituição Mantenedora em sua vida e permanecer no curso até o final.

3). De acordo com a sua percepção e experiência de trabalho no Programa, quais as expectativas dos alunos em relação ao PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR?

R: Para alguns, se tratava da única chance de mudança de sua realidade, por isso, o interesse em realizar o curso os colocava em uma situação de responsabilidade e escolha. Escolha essa, que também passa pelas portas das empresas que alimentam os sonhos dos alunos, em relação ao seu crescimento profissional, assim como a melhoria de sua vida financeira. Para aqueles que escolheram focar na realização do curso e levaram a oportunidade com seriedade, colheram frutos preciosos que serão duradouros em sua caminhada, semelhante às portas abertas e carregadas de novas oportunidades. Retroceder não é mais uma opção, pois agora as expectativas são maiores e a certeza da mudança e da concretização dos planos são possíveis.

4). Na sua opinião o PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR leva os alunos a retomada da escolarização, mesmo após o término do programa?

R: Com certeza. Porque após essa experiência e, principalmente, após a valorização dos alunos como pessoas e trabalhadores, as oportunidades que o mercado de trabalho proporcionou, permitiram que novos sonhos fossem nascendo, tal qual a compreensão de que as oportunidades somente virão através de novos aprendizados. No caso do Programa Instituição Mantenedora, esse aprendizado posterior é representado pelos cursos técnicos, que só tem a acrescentar e os fazer crescer na profissão. Temos como exemplo, alunos dessa turma que estão desenvolvendo nossos cursos técnicos para um melhor engajamento no mercado de trabalho.

ENTREVISTA COM ALUNOS (01)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: mãe, pai, vós, vos, tios, tias

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: 1 irmão, eu sou mais velho, meu pai e minha mãe.

Meu pai soldador, mãe administração.

Eles incentivam bastante.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: geografia, história, português

Medicina.

Jogar bola.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R: matemática

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R:

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.

6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?

6.2 Há coisas que você teme?

6.3 Quais as coisas que o animam?

R:

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: andar de skate, jogar bola, e vídeo game.

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: cursar medicina, e continuar fazendo atividade física.

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: Ter responsabilidade no curso, trabalho, ainda tem escola a noite, mudou a rotina toda tenho que cumprir regras horários não posso faltar, aprendi bastante sobre as empresas como que funciona alguns processos dentro dela, a Instituição Mantenedora vem ajudando a ter uma aprendizagem muito importante, eu também comecei a ser visto melhor pelas pessoas “olha que bom ele está trabalhando” isso muda muito te deixa mais dedicado, com vontade e inspiração para fazer as coisas e agarrar essa oportunidade, também comecei a respeitar mas minha mãe meu pai,

mas perdi um pouco do contato com eles por não ter muito tempo. Porque de segunda a sexta eu saio as 06:45 e chego em casa a 22:40, isso me impede bastante de ter um contato com meus pais, mas fora isso minha vida melhorou 100%.

ENTREVISTA COM ALUNOS (02)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: minha mãe.

Esperto.

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: tenho meu padrasto, minha mãe, dois irmãos e duas irmãs, e eu sou o 4º. da lista.

Minha mãe recebe auxílio doença e meu padrasto está desempregado.

Eles são a base forte para que eu faça a coisa certa e me dão muito incentivo.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: Matemática, ciências e história. Mas gosto mais de matemática.

Eu quero ser cientista.

Brincar.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R: Ainda não sei ao certo.

Raciocínio lógico e análise de dados.

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R: jogar bola na quadra da vila onde moro.

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.

6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?

6.2 Há coisas que você teme?

6.3 Quais as coisas que o animam?

R: um chefe chato.

Tenho medo de perder minha mãe.

Gosto muito de música.

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: Começar a trabalhar, terminar os estudos e talvez fazer uma faculdade.

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: Quero ter uma boa profissão, mas quero terminar meus estudos 1º., ajudar meus irmãos a subirem na vida e a minha mãe também.

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: Eu achava que não era importante anotar recados que o professor passava oralmente, mas aí eu esquecia e, conseqüentemente acabava perdendo provas e trabalhos, eu não anotava o dia das provas e não estudava para poder ir bem.

Tenho alguma dificuldade com horários ainda, mas tento melhorar dia-a-dia para que isso não seja um incômodo para a minha vida e nem para quem conta comigo para algum compromisso importante.

E agora também estou almoçando e jantando na hora certa, tenho mais compromisso para com as minhas tarefas e agora com essa rotina loca até ajudo minha mãe em casa nas horas vagas.

A greve dos ônibus foi um ponto que me prejudicou pois nesse tempo eu não fui trabalhar e ainda perdi matéria na Instituição Mantenedora, matéria de revisão de prova e, com isso, fui mal nas provas. Ainda bem que tinha prova de recuperação e eu estudei e consegui ir bem.

No começo o ponto mais difícil foi acordar cedo e ter que ir à noite para a escola ainda, era cansativo, mas agora eu já me acostumei.

Conclusão: não tente atropelar o tempo, que ele te atropela.

ENTREVISTA COM ALUNOS (03)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: Diante de todas as fases que já passei, passei calado, mas com o racional ativo em qualquer momento de minha vida, eu posso ter errado e aprendi com eles os pecados, mas hoje o entendimento é claro pois aprendemos a cada dia que vivemos.

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: Minha família é composta por uma guerreira como minha mãe que fortalece a casa, mas 3 irmãos e um padrasto.

Eu estou no lugar do 2 filho em regra decrescente. A carreira do meu padrasto é trabalho com serviços gerais.

Nenhuma influência, pois, estou aqui hoje por mim.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: gosto de todas as matérias.

1 profissão é de ser um engenheiro civil.

Gostava muito de ir na casa do meu pai, e visita-lo.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R: No momento estou iniciando o curso com suas matérias.

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R: Costumo ficar em casa vendo um filme, ouvindo som, pensando, raciocinando e dormir.

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.

6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?

6.2 Há coisas que você teme?

6.3 Quais as coisas que o animam?

R: evitaria de estudar, pois o nosso mero conhecimento ninguém a de tirar.

Temo ao meu Deus poderoso.

Anima-me muito conversar com os meus parceiros e colegas.

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: me qualificar, aperfeiçoar-se mais diante do meu posto de trabalho, e fazer concursos para ter uma boa faculdade.

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R:

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: O problema que havia em minha vida escolar e pessoal agrava-se com um todo, diante da comunidade que sou cidadão tive muitas (baixas) impressões; sendo uma pessoa sem felicidade no interior como contendo em si o coração esfriado pelos males desse mundo, que não se tem prazer, nem a felicidade constantemente aprazível por si. São momentâneos os prazeres que a nossa carne sente e sendo assim decidi a mim o caminho do Senhor levando em mente cujo nome é justo e fiel e, portanto, glorificado sereis.

Ao caminho que inicializei a metade do ano de 2016 levei em consideração a seguinte forma de se caminhar certo pois é longo e prospero e ao contrário do caminho errado que és perto. Eu não sou mais um, sou um a mais para o exército de cristo.

Persisti na mais dedicação, mais amor, mais sabedoria, mais força de espírito, mais alegre, mais confiante, mais perseverante.

Adquiri novos conhecimentos, com a persistência de cada docente e se empenhando conosco nesse projeto revolucionário para todos os que estão participando que se dediquem e conscientize-se, pois, reforçará para uma boa entrada ao mercado de trabalho e marketings.

ENTREVISTA COM ALUNOS (04)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: Meus pais me ajudam a entender o mundo

... tranquila

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: Minha família é composta pela minha mãe, pelo meu pai, pelos meus dois irmãos e por mim.

Meu pai é encarregado de solda e minha mãe é operadora de caixa.

A situação e a condição deles me fizeram refletir para que eu pensasse alto e desejasse algo melhor para mim.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: Matemática, português, geografia e história.

Quando pequena, pensei em ser veterinária, mas com o passar do tempo mudei de ideia.

Eu gostava de assistir desenhos.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R: Estou muito ansiosa para ter aulas de matemática e linguagem e comunicação, ainda não tenho total conhecimento sobre as outras matérias.

Linguagem e comunicação me chamou bastante atenção.

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R: Ler, estudar, assistir séries.

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.

6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?

6.2 Há coisas que você teme?

6.3 Quais as coisas que o animam?

R: Não quero evitar nada, quero que tudo aconteça da forma que tem que acontecer.

Eu temo que eu não consiga chegar onde eu realmente planejo estar.

Saber que estarei fazendo o que gosto.

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: terminar o ensino médio e terminar a faculdade de medicina.

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: Bom, ainda estou cursando o primeiro ano do ensino médio, em dois anos terminarei o ensino médio, então nesse terceiro ano, pretendo prestar vestibular.

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: O começo do curso e da minha rotina na empresa foi uma mudança da noite para o dia, foi algo muito rápido, mas foi algo muito bom.

É muito cansativo fazer o curso, trabalhar e ir para a escola durante a noite só que ao mesmo tempo é algo motivador saber que no final do mês terá um valor “x” te aguardando no banco. Eu não esperava me adaptar e gostar tanto da empresa quanto eu estou adaptada (admito que ainda tenho muito para aprender e espero conseguir compreender o que eles tiverem de me passar) e gostar ainda mais de lá. Tive que aprender a lidar com a irritação e a correria do dia-a-dia, ainda estou me adaptando, confesso que não é nada fácil conciliar a vida profissional com a vida de estudante e com a vida pessoal.

Em relação a Instituição Mantenedora, só tenho a agradecer pela empresa maravilhosa que enviaram para ser entrevistada, a correria daqui também é bem cansativa, um tanto desgastante pelo fato da cobrança de trabalhos e tudo mais, ainda mais eu que sou tão tímida, ter que apresentar trabalhos perante um professor e uma turma de trinta e tantos alunos.

Já houve dias que pensei em desistir. Mas, fora eu tenho a minha mãe para sustentar a casa. Então eu não posso desistir, simplesmente jogar tudo para o alto e sair andando como se nada tivesse acontecido ou como se ninguém precisasse de mim. Não sou eu quem está mantendo a casa, porem sou uma ajuda e tanto, não é fácil pagar 600,00 reais de aluguel, 200,00 reais de luz mais 100 de água, fora internet, nossa alimentação e a alimentação dos bichinhos de estimação, é bem difícil ver contas acumulando e perceber que por mais que você ajude ainda não é o bastante.

Mas é isso. Obrigada por me ajudarem a amadurecer em relação a algumas coisas e a mudar bastante para melhor.

ENTREVISTA COM ALUNOS (05)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: Meus anos que me mostraram a ver o lado bom de todas as coisas por mais que a situação seja complicada.

Fui considerada uma criança criativa e esperta.

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: Tenho 2 irmãos 1 pia e uma menina, sou a mais velha.

Mãe auxiliar administrativa e financeira, pai segurança, avo zelador e avo dona de casa.

Eles me dão força em qualquer decisão desde que possa fazer bem ao meu futuro.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: Filosofia e sociologia.

Psicologia ou psicopedagogia

Desenhar, escrever e brincar de escolinha.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R: Estou interessado em todas porque tudo será necessário no futuro.

Leitura e comunicação e matemática.

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R: Cozinhar, organizar minhas coisas, ler e ver vídeos aula no youtube.

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.

6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?

6.2 Há coisas que você teme?

6.3 Quais as coisas que o animam?

R: desavenças.

Regras.

Seminários e debates.

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: Terminar os estudos e guardar um bom dinheiro para comprar uma casa e ser independente.

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: Quero ficar firme em uma empresa para sempre crescer na empresa até eu ter uma base completa de experiência para terminar a faculdade de psicologia e criar o próprio empreendimento.

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: Neste período de portas abertas e oportunidades quais recebemos, foi algo grandioso com aqui nós aprendemos a ter compromisso e responsabilidade, não só na vida profissional como pessoal, essas oportunidades quais foram concedidas mudou a história de jovens que não tenham interesse e nem compromisso com a vida, agora nós podemos ver que a vida não é só brincadeira, uma hora temos que crescer e amadurecer, pensar no futuro e criar ideia de constituição de vida.

Aqui não tivemos dificuldades de entender que a vida é feita de obstáculos e precisamos ter sabedoria para enfrentarmos, também tivemos ajuda emocional quando necessário, para não nos fazer desistir de ter um alvo que pode ser cheio de coisas boas se soubermos adquirir pontos positivos e foco.

A Instituição Mantenedora acreditou em pessoas que muitos desacreditavam e falaram que não havia jeito, a Instituição Mantenedora apostou em nossas habilidades e pontos fortes que outros não viam, aqui conhecemos um lado de aprendizagem que nós temos e não conhecíamos, e hoje quem somos nós? A família Instituição Mantenedora a qual nos abraçou, acreditou e nos levantou do vale de destruição que hoje é o mundo.

ENTREVISTA COM ALUNOS (06)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: Minha mãe, muito quieto um pouco bagunceiro.

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: Tenho dois irmãos, sou o mais velho.

Minha mãe trabalha na área de limpeza minha mãe me apoia bastante na área que eu pretendo fazer.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: Dava prioridade para as matérias de português e matemática as matérias que tirava boas notas são história e geografia.

Eu pensei em seguir a área de RH e estou com esta ideia até hoje quando criança gostava de jogar bola.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R:

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R: gosto de assistir TV fazer caminhada ir ao parque.

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.

6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?

6.2 Há coisas que você teme?

6.3 Quais as coisas que o animam?

R: Temo em reprovar na Instituição Mantenedora.

Estar na Instituição Mantenedora.

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: não sei.

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: trabalhar na área de RH ganhar bem eu acho que é isso.

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: A Instituição Mantenedora mudou minha vida tanto como pessoal tanto como profissional eu entrei na Instituição Mantenedora muito tímido acanhado. Antes de entrar na Instituição Mantenedora eu estava procurando um trabalho, mas não conseguia, pois, a empresa pediam qualificação profissional.

E no meu currículo não tinha nada de qualificação até que um dia fui com uma amiga minha no COMSE e a Andreia me deu uma chance de entrar na Instituição Mantenedora sem ao menos me conhecer direito esta chance. Depois que sai dali do COMSE nem estava acreditando muito que eu dali para a frente estaria fazendo parte do mundo Instituição Mantenedora.

Mas depois daquele dia minha vida começou a mudar pois daí para a frente eu iria fazer parte da família Instituição Mantenedora daí para a frente minha vida virou de ponta cabeça pois ainda não tinha dado conta que a vida faria acaba e agora tinha que me portar como um profissional aos poucos fui me habituando dentro da Instituição Mantenedora aqui estou aprendendo muita coisa eu cresci profissionalmente e amadureci aprendi assumi os erros de cabeça erguida. E que erar é humano aprendi que no mercado de trabalho não é uma brincadeira e um mundo competitivo que nós temos que aprender jogar e a Instituição Mantenedora está me ajudando muito esta é só o começo tenho muito que aprender com a Instituição Mantenedora só tenho a agradecer esta confiança que a família Instituição Mantenedora e o COMSE depositaram em mim e espero crescer muito aqui dentro da Instituição Mantenedora. Todos conseguem basta acreditar e focas nos seus objetivos e lembrar que o que importa é a jornada não a chegada.

ENTREVISTA COM ALUNOS (07)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: Minha mãe.

Legal.

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: Sim, 3 irmãos.

Segundo mais novo.

Pai mestre de obra mãe assistente administrativo.

Nenhuma.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: todas, mas eu gostava mais de matemática.

DJ.

Assistir TV.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R: todas.

Mecânica.

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R: fico mexendo no meu PC.

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.

6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?

6.2 Há coisas que você teme?

6.3 Quais as coisas que o animam?

R: não.

Não.

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R:

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R:

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: Agreguei nessa rotina que não devemos ficar parado, sem fazer nada, porque nada nessa vida é de graça e o que devemos abraçar as oportunidades que encontramos no caminho. Graças a

Instituição Mantenedora, COMSE estamos aí trabalhando com carteira registrada tendo oportunidade de seguir uma carreira profissional, seguir em frente, nesse projeto tivemos vários pontos positivos e negativos, por exemplo, conhecemos pessoal novas, professores excelentes, sabedoria para a vida toda, várias pessoas que realmente podemos confiar.

Negativo é que temos que fazer várias correrias, estudar pra karalh*, oportunidade de passar tempo com quem queremos não existe mais, perdemos vários na caminhada, perdemos oportunidades, várias oportunidades por causa das pessoas que estava ocupando lugar no projeto para atrapalhar.

ENTREVISTA COM ALUNOS (08)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

O aluno não realizou a atividade.

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: Desde o início do curso, houve um período muito difícil de adaptação ao horário, afinal, nenhum adolescente gosta de acordar cedo, muito menos quando se estuda à noite, porém acostumar o organismo a esse novo ritmo foi ótimo, agora podemos aproveitar mais o fim de semana pois não temos essa restrição do sono no período da manhã.

Com as aulas de G.O, foi possível até para mim que sou um tanto desorganizado, controlar o meu trabalho de forma saudável e de fácil acesso pois os métodos de organização são muito claros e limpos.

Nas aulas de SST foi possível aprender coisas que se fosse em outras circunstâncias eu nem saberia ser possível, essa matéria me ajudou a saber me defender e ter argumentos quando ocorre algum acidente. Em raciocínio lógico achei que não fosse passar muito bem, mas no fim para agora paro pensar nos problemas antes de dar uma opinião. Hoje tenho horários estabelecidos, ordem em coisas que pareciam impossíveis de organizar e hoje tenho noção das atitudes que eu e a empresa devem tomar caso ocorra algo desagradável.

Hoje com meu salário posso ajudar minha mãe a manter a casa, e com a cesta posso dar mais variedade de alimentos para as minhas irmãs, atualmente minha mãe está desempregada e vou ajudar como posso. Em parte, fui muito prejudicada psicologicamente, o stress, os alunos me deixarem hoje consequências que me impedem até de correr para alcançar o ônibus, tem noite em que eu acordo tendo crises de ansiedade e vomitando, e tem dias graças aos remédios que as crises são controladas, isso afeta até o meu trabalho, alguns remédios me dão ânsia e passo mal quase todos os dias, os gastos aumentaram e do meu salário gastei até R\$ 200,00 em remédio. Isso afetou

meu desempenho escolar, pois mesmo com os atestados eu tenho que correr atrás de conteúdo. E consegui muitas inimizades no colégio por causa disso, eu tenho as melhores notas e não tenho a mesma presença, e além de passar stress no curso passo também na escola. Felizmente esses problemas estão afetando mais a vida pessoal eu tenho ajuda de amigos e parentes para me recuperar.

ENTREVISTA COM ALUNOS (09)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: Meus familiares.

Feliz.

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: Tenho irmãos mas são bem maiores.

Sou um dos mais novos, moro com minha tia.

Minha tia é empregada doméstica meu irmão é cobrador de ônibus, meu primo é cadeirante.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: a no momento gostei de português e de ciências.

Soldador.

Jogar bola.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R: No momento estou iniciando no curso.

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R: A depende em casa ficava na internet.

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.

6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?

6.2 Há coisas que você teme?

6.3 Quais as coisas que o animam?

R: Na minha opinião o que me anima é a felicidade os meus familiares.

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: tudo um pouco.

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R:

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: Bom pra mim este curso trouxe mais alegria em minha vida porque eu fiz de mim mesmo o que muitos não acreditava, trouxe alegria pra minha família fez com que eu me distanciasse de coisas negativa, e hoje eu acredito mais ainda no senhor, agradeço sempre pelo que ele fez por mim pela

família pelo o que está fazendo, e fez também que eu tenho mais responsabilidade e que eu sou capaz de adquirir o que eu quero em minha vida, não só na minha vida qualquer, mais na minha vida profissional, também agradeço ele porque nem eu mesmo acreditava neste pessoa que sou. Também agradeço a Instituição Mantenedora por esta fazendo eu adquirir conhecimento de como é a vida também de como a gente ter responsabilidade pelos nosso serviço, de como se adaptar também faz com eu tenho mais amor pelo o que eu faço e hoje 01/12/16 agradeço a Instituição Mantenedora por ter este amor este carinho por nós, não só a Instituição Mantenedora mais o projeto COMSE.

ENTREVISTA COM ALUNOS (10)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBRIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: Minha mãe, fui considerado uma criança normal que gostava de jogar jogos eletrônicos o dia todo.

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: Minha família é composta por 4 pessoas, sendo eles minha mãe, pai e irmão, tenho apenas uma irmã mais velha e eu sou o mais novo, meu pai trabalha em construções e a minha mãe é empregada doméstica, e não tenho notícia dos parentes próximos.

A influência é muita pois a carreira que eu quero seguir é a mesma do meu pai.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: geografia, matemática e educação física.

Minha primeira profissão que pensei em seguir foi engenheiro civil, brincar de construir e destruir coisas em jogos ou com matérias de casa.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R: por informática, inglês e arte, e os cursos que mais me chamaram atenção foi auxiliar administrativo, inglês, informática e arte.

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R: Praticar esporte como vôlei ou jiu jitsu entre outros.

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.

6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?

6.2 Há coisas que você teme?

6.3 Quais as coisas que o animam?

R: não há nada específico que eu queira evitar, temo ficar velho e desempregado, o que me anima é saber que as coisas que eu faço estão dando certo.

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: Terminar o colegial, cursos e trabalho e só ter uma formação específica para determinada área.

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: Ter um emprego ideal para o meu modo de vida e ter um porte físico digno de um atleta.

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: Os pontos positivos foram vários para mim desde que entrei, faço mais coisas em casa e ajudo a minha família e também que a vida não é mole e o curso me ajudou muito no meu dia a dia e não tenho do que reclamar da Instituição Mantenedora, estão sempre nos ajudando e só sou grato e ele por tudo. Não tenho muito o que dizer, somente agradeço por fazer parte disso tudo.

A única coisa negativa que tudo isso de trabalho e curso foi que eu tive que mudar de escola e com isso fui obrigado a fazer novas amizades.

ENTREVISTA COM ALUNOS (11)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: Quem ajudou eu a entender o mundo dói meus avós e meus pais.

Fui considerado uma criança quieta.

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: Tenho duas irmãs mais novas que eu.

Meu pai é pintor e minha mãe é costureira.

Eles me apoiam bastante nas minhas escolhas.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: Gosto bastante de química, física, artes e educação física.

Engenheiro civil ou arquiteto.

Jogar bola, vídeo game e vôlei ball.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R: não sei ainda.

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R: Academia, jogar bola praticar esportes em geral.

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.

6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?

6.2 Há coisas que você teme?

6.3 Quais as coisas que o animam?

R: coisas que me animam e na área de informática.

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: Quero me aperfeiçoar na área de administração para futuramente me tornar um profissional.

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: Quero me formar em administração e fazer faculdade de engenharia civil.

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: Bom começando pelo ponto escolar, eu senti mais dificuldade mais nada que tenha afetado meu rendimento escola. Por causa da Instituição Mantenedora eu fiquei mais responsável com as entregas dos trabalhos da escola, comecei a pensar mais nas coisas e nas consequências.

Já o ponto pessoal eu tive uma mudança muito grande, pois agora estou mais independente, estou ajudando minha mãe e minha irmã com a comida e um pouco com as contas financeiras. Agora o ponto profissional eu estou gostando muito pois estou adquirindo muito conhecimento na empresa que estou trabalhando.

Não teve pontos negativos, a única coisa é ter que acordar cedo kkk.

ENTREVISTA COM ALUNOS (12)

ATIVIDADE 1 – ENTREVISTA AUTOBIOGRÁFICA

1. PRIMEIRA INFÂNCIA

1.1 Quem ajudou você a entender o mundo?

1.2 Você foi considerado pela família ... (complete a frase)

R: Minha mãe, meu pai, lógico.

2. FAMÍLIA

2.1 Como é composta a sua família. Tem irmãos? Quantos? Você é o mais velho ou mais novo?

2.2 Qual carreira profissional dos seus pais e familiares mais próximos?

2.3 Qual a influência deles nas escolhas que fez ou pretende fazer?

R: Moro com a minha mãe tenho irmãos 4 e do meio.

3. ESCOLARIDADE

3.1 Quais as matérias a que você deu prioridade na escola, desde o ensino fundamental? Ou que tirava boas notas, gostava da matéria?

3.2 Qual foi a primeira profissão que pensou em seguir?

3.3 O que mais gostava de fazer quando era criança?

R: Português, gostava da matéria queria ser jogador de futebol.

Gosto de jogar vídeo game.

4. CURSO

4.1 Por quais matérias do curso você está mais e menos se interessando?

4.2 Quando você viu as disciplinas do curso, quais lhe chamaram atenção (que provavelmente vai gostar mais)?

R: Eu ainda não sei, tipo não sei pois não faço ideia.

5. ATIVIDADES DE LAZER

5.1 O que costuma fazer nas horas vagas?

R: Gosto de conversar com os amigos.

6. QUANDO PENSA NO FUTURO DE SUA CARREIRA.**6.1 Há coisas que gostaria especialmente de evitar?****6.2 Há coisas que você teme?****6.3 Quais as coisas que o animam?**

R: evitar problemas não música.

7. QUAIS OS PROJETOS DE VIDA QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: Ser DJ.

8. QUAIS OS PROJETOS PROFISSIONAIS OU EDUCACIONAIS QUE PRETENDE DESENVOLVER NOS PRÓXIMOS 3 ANOS?

R: sei lá crescer no emprego.

ATIVIDADE 2 – ASPECTOS DO COTIDIANO

Realizado em 01 de dezembro de 2016.

No seu ponto de vista enquanto discente, registre quais foram os pontos positivos que você considera ter agregado na sua rotina diária do seu cotidiano escolar, pessoal e profissional.

R: No meu ponto de vista eu pude melhorar várias coisas como ter mais responsabilidades cuidados respeitar as regras conheci novos amigos e o lanche não é minha casa, mas já acho bom que tem a tiazinha da cozinha. A Instituição Mantenedora me ajuda bastante antes não conseguia emprego hoje já faz quase 3 meses que estou registrado e na empresa conheci novas pessoas com isso tudo até me alimentar no horário certo antes comia a qualquer horário e hoje em dia tudo tem seu horário a hora de levantar a hora de dormir a hora de entrar na empresa e sair e depois ir pra escola rotina difícil a semana inteira mais fico meio triste de alguns descontos sem motivos estou ganhando pouco mais melhor do que não ganhar nada antes nunca tinha nada de dinheiro a situação era um pouco difícil mais hoje em dia estou firme e forte com os meus deveres pretendo continuar na

empresa porque eu acho que trabalho muito bem se deus quiser vai tudo melhorar mais do que já está. Levando a vida e dificuldades batalhando até o fim algo de bom vai acontecer espero que esse esforço que tive se transforme em coisas boas está sendo difícil para mim essa jornada mais agradeço a Instituição Mantenedora que me deu chance de melhorar o que antes era “1S7” no futuro será um grande homem de cargo na gerencia de chefe do PCP onde na empresa que só menor aprendiz.